

PATRIMÓNIO E COMUNIDADE





Inspeção. Diagnóstico. Projeto. Coordenação. Fiscalização.









02 EDITORIAL Inês Flores-Colen e Sofia Costa Macedo

14. BOAS PRÁTICAS O impacto da arqueologia numa aldeia. O exemplo da South-West

Archaeology Digs em Safara (Moura) Mariana Nabais

- Dar novos lugares aos lugares. Desenvolvimento e recuperação de património fora dos centros urbanos Luísa Mateus, Susana Lainho
- De Fenais a Fenais. Museu, Património e Comunidade João Paulo Constância
- Os Cuidadores do Património da Rota do Românico Rota do Românico
- Um meteorito, a Arca de Noé e a busca pela salvação. A arte do projeto Museu na Aldeia Gabriela da Rocha, Henrique Chaves
- 24 Documentação do património industrial. Unir academia e comunidades num esforço de preservação partilhado Leonor Plácido de Medeiros

32 ESTUDO DE CASO The relationship between local communities and their heritage. Castro Laboreiro as a case study Diana Alexandra Simões Carvalho

38 PATRIMÓNIO EM PERIGO As construções de falsa cúpula e os brandeiros de Santo António de Vale de Poldros e Aveleira Antero Leite

52 AGENDA

54 ESPECIAL 25 ANOS

A natureza político-administrativa do Património em Portugal Tomás Mesquita

- 57 25.º Aniversário da Pedra & Cal no Palácio Nacional de Queluz
- 58 Campanha Associado Júnior+. Se tens 40 anos ou menos, junta-te a nós!
- 59 Entrevista a Vítor Cóias, sócio honorário. fundador do GEcoRPA e da Pedra & Cal
- 60 Como será a Pedra & Cal daqui a 25 anos? Convidámos alguns amigos para uma expedição ao futuro da revista...
- 61 Testemunho de Vasco Peixoto de Freitas, sócio honorário e ex-presidente do **GECORPA**
- **62** DIVULGAÇÃO

66 COMUNICADO DE IMPRENSA Casa do Alcaide-Mor, Estremoz. Incúria e más-práticas vão continuar a ser investigadas Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos e Fórum do Património

- 68 NOTÍCIAS
- **7** VIDA ASSOCIATIVA
- 76 CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO GECORPA / LIVRARIA

Pedra &Cal

Conservação e Reabilitação

N.º 74-75 | 1.º e 2.º Semestres $Janeiro > Dezembro\ 2023$

Pedra & Cal, Conservação e Reabilitação é reconhecida pelo Ministério da Cultura como publicação de manifesto interesse cultural, ao abrigo da Lei do Mecenato.

PROPRIETÁRIO

GECoRPA - Grémio do Património



GECORPA GRÉMIO DO PATRIMÓNIO Instituição de utilidade pública pacho n.º 14926/2014 do D.R. 238/2014, 2.º Série, de 2014-12-10)

www.gecorpa.pt | info@gecorpa.pt www.pedraecal.org | revista@pedraecal.org

FUNDADOR Vítor Cóias

DIRETORA Inês Flores-Colen

COORDENAÇÃO EDITORIAL Sofia Costa Macedo

CONSELHO EDITORIAL

Alexandra de Carvalho Antunes, André Teixeira, Catarina Valenca Goncalves, Clara Bertrand Cabral, Fátima Fonseca, João Appleton, João Mascarenhas Mateus, Jorge Correia, José Aguiar, José Maria Amador, José Maria Lobo de Carvalho, Luiz Oosterbeek Maria Eunice Salavessa, Mário Mendonça de Oliveira, Miguel Brito Correia, Paulo Lourenço, Soraya Genin, Teresa de Campos Coelho

COLABORADORES Antero Leite, Diana Alexandra Simões Carvalho, Gabriela Rocha, Henrique Chaves, João Paulo Constância, Leonor Plácido de Medeiros, Luísa Mateus, Mariana Nabais, Susana Lainho, Tomás Mesquita, Vasco Peixoto de Freitas, Vítor Cóias

REDAÇÃO Daniel Gomes, Lia Nunes

PAGINAÇÃO Fernando Afonso

PRODUCÃO EDITORIAL Canto Redondo

PUBLICIDADE GECORPA - Grémio do Património

SEDE DO EDITOR / REDAÇÃO

GECoRPA - Grémio do Património Rua Bernardim Ribeiro, 10 A 2700-111 Amadora Tel.: +351 912 951 176

DEPÓSITO LEGAL 128444/00

REGISTO NA ERC 122549

ISSN 1645-4863

NIPC 503980820

Publicação Semestral

Os textos assinados, incluindo as imagens e as tabelas, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, pelo que as opiniões expressas podem não coincidir com as do GECoRPA. É respeitada a ortografia adotada pelos autores.

CAPA: Mostra Gastronómica - Turismo Cultural nos Fenais da Luz. © Museu Carlos Machado.



25 anos de dedicação ao Património

Inês Flores-Colen | Diretora da Pedra & Cal

elebramos com imenso orgulho o 25.º aniversário da nossa revista. Durante estes anos, mantivemos uma produção constante, sempre focados em promover as melhores práticas no património e servir como uma fonte de informação valiosa para todos os profissionais e cidadãos interessados neste campo. A revista tem sido um palco para a partilha de artigos técnicos centrados em estudos de caso, permitindo aos nossos leitores aprofundar os seus conhecimentos e entender melhor as complexidades do nosso património. Além disso, temos procurado

dar a conhecer as principais atividades do GECoRPA, onde os nossos associados têm desempenhado um papel crucial. Neste momento de celebração, queremos expressar a nossa profunda gratidão ao eng. Vitor Cóias, fundador desta revista e do GECoRPA. O seu trabalho incansável e dedicação têm sido uma inspiração para todos nós.

Queremos ainda agradecer a todos que contribuíram para que a revista se tornasse um instrumento de estudo e mudança: o conselho editorial, coordenadores, autores e editores. A vossa dedicação e paixão são fundamentais para o sucesso da nossa publicação. Por último, mas não menos importante, agradecemos a todos os nossos leitores pelo interesse demonstrado pela revista. A vossa participação e feedback têm sido inestimáveis para o nosso crescimento e evolução. A revista é gratuita e esperamos continuar a contribuir para o conhecimento de todos. Em nome da equipa, muito obrigada por fazerem parte desta jornada. Estamos ansiosos para continuar a servir-vos nos próximos anos. Espero que gostem deste número comemorativo!



Comunidades patrimoniais

Sofia Costa Macedo | Coordenadora da Pedra & Cal

P&C comemora 25 anos, o que corresponde, genericamente, ao tempo de uma geração. É esperado que, de geração em geração, existam mudanças, por vezes conflituosas, mas que promovam algum tipo de evolução.

A P&C fez isto há um quarto de século, abrindo caminho para esta mudança na forma de abordar, tratar e dar voz ao património cultural. Procurámos, nesta revista não só revisitar estes 25 anos de Pedra e Cal, como perspetivar mais 25 anos, utilizando também os recursos digitais de que dispomos.

Neste número comemorativo recordamos a Convenção de Faro (2005) na sua "necessidade de colocar a pessoa e os valores humanos no centro de um conceito alargado e interdisciplinar de património cultural" e, como tal, olhámos para as comunidades patrimoniais, com algumas experiências na interseção das comunidades com os seus bens patrimoniais. Neste sentido humanista para o património, é também momento de recordar os vários contributos que ao longo destes 25 anos permitiram esta mudança entre fundadores, coordenadores, editores,

contribuidores que permitiram colocar a revista nas mãos dos leitores, e manter este fluxo de mudança que permita ao património cultural o seu lugar na "edificação de uma sociedade pacífica e democrática, bem como no processo de desenvolvimento sustentável e de promoção da diversidade cultural" (Convenção de Faro, 2005, art.º 1.º).

Parabéns!



Instituição de utilidade pública (despacho n.º 14926/2014 do D.R. 238/2014, 2.ª Série, de 2014-12-10)

Dez bons motivos para se tornar associado empresarial do GECoRPA

1 - Experiência

Os associados têm a oportunidade de contactar com outras empresas e profissionais do segmento da reabilitação, e trocar experiências e conhecimentos úteis. O Grémio constitui, por essa razão, um fórum para discussão dos problemas do setor.

2 - Representatividade

O GECORPA – Grémio do Património garante uma maior eficácia na defesa dos interesses comuns e uma maior capacidade de diálogo nas relações com as entidades oficiais para melhor defesa da especificidade do setor.

3 - Concorrência Leal

O Grémio do Património bate-se pela sã concorrência entre os agentes que operam no mercado, defendendo a transparência, o preço justo e a não discriminação.

4 - Referência

Muitos donos de obra procuram junto do Grémio os seus fornecedores de serviços e produtos. Pertencer ao GECoRPA – Grémio do Património constitui, desde logo, uma boa referência.

5 - Formação

Os sócios têm prioridade na participação e descontos na inscrição das ações de formação e divulgação promovidas pelo Grémio do Património.

6 - Informação

O GECORPA – Grémio do Património procede à recolha e divulgação de informação técnica sobre o tema da reabilitação, conservação e restauro do edificado e do Património.

7 - Gestão da Qualidade

O Grémio do Património proporciona apoio à implementação de sistemas de gestão da qualidade e à certificação, oferecendo aos sócios condições vantajosas.

8 – Publicações

Agora em formato digital e de distribuição gratuita, a *Pedra & Cal* é uma revista semestral editada pelo GECoRPA há 25 anos, que tem como missão divulgar as boas práticas neste setor e evidenciar a necessidade de qualificação das empresas e profissionais.

9 - Publicidade e Marketing

O GECORPA – Grémio do Património distingue as empresas associadas em todas as suas atividades. Os sócios beneficiam de condições vantajosas na publicidade da *Pedra & Cal*, onde podem publicar notícias, estudos de caso e experiências da sua atividade.

10 - Presença na Internet

O sítio web da associação constitui um prestigiado centro de informação das atividades, soluções e serviços de cada associado na área da conservação e da reabilitação do património construído.

Ajude a defender o Património do País: as futuras gerações agradecem! Pela salvaguarda do nosso Património: Adira ao GECoRPA!



O impacto da arqueologia numa aldeia

O exemplo da South-West Archaeology Digs em Safara (Moura)

Mariana Nabais South-West Archaeology Digs (SWAD, Portugal), Institut Català de Paleoecologia Humana i Evolució Social (IPHES, Espanha), mariananabais@gmail.com

A manutenção e salvaguarda do património cultural assume um papel fundamental na identidade de uma sociedade que, tal como defendido pela Convenção de Faro (2005), poderá ser uma "fonte de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida numa sociedade em constante evolução". Neste contexto, a arqueologia torna-se crucial no fornecimento de novos dados que facilitam uma melhor compreensão e interpretação do passado, contribuindo assim para a reconstrução da cultura, sociedade e seus ambientes ao longo do tempo. Contudo, a investigação arqueológica em Portugal, como várias outras áreas do conhecimento, enfrenta fortes desafios de financiamento. Com o intuito de superar tais dificuldades e de realizar investigações arqueológicas num contexto com recursos limitados, como é o caso da aldeia de Safara, foi criada a escola de campo internacional de arqueologia South-West Archaeology Digs (SWAD).

afara é uma aldeia que integra a União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração (UFSSAR) que compreende 240 km² do concelho de Moura, distrito de Beia. Com base nos Censos de 2021. verifica-se que a UFSSAR tem vindo a ter um decréscimo populacional anual de 1,8 % desde 2011. Esta é, aliás, uma tendência que marca todo o concelho caracterizado por uma densidade populacional reduzida, de 14 habitantes por km², e com uma população envelhecida, com 177 idosos por cada 100 jovens. Esta realidade reflecte-se numa população inactiva na ordem dos 51 % e, consequentemente, numa productividade reduzida no concelho (www.pordata.pt, consultado no dia 12 de Outubro de 2023).

Neste contexto, a SWAD desempenha um papel importante na promoção da investigação arqueológica e na preservação do património cultural em Safara e Moura, proporcionando novas oportunidades de aprendizagem e investigação através da criação de um ambiente internacional. A SWAD colabora estreitamente com universidades estrangeiras, contando também com apoio local da Câmara Municipal de Moura, da UFSSAR, da Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura (ADCMoura) e do Professor Escultor António Vidigal, natural de Safara. Fundada no verão de 2017 com o apoio da University College London (UCL, Reino Unido), a SWAD mantém também ligações com diversas universidades americanas e australianas, destacando-se a participação activa e assídua de alunos da UCL, da De Paul University (Chicago, EUA), e da Macquarie University (Sydney, Austrália). A sua atividade arqueológica, iniciada em Junho de 2018 no Castelo Velho de Safara, teve um interregno em 2020/21 devido à pandemia de covid-19, mas expandiu-se em 2022 para outros sítios arqueológicos e outras regiões do país. No entanto, focamo-nos agora apenas na experiência adquirida em Safara.

O Castelo Velho de Safara (CVS) situa-se em Safara, na confluência entre o rio Ardila e a ribeira de Safareja. Apresenta três fases de ocupação - Calcolítico, Idade do Ferro e Romano Republicano - que foram inicialmente identificadas por recolhas de superfície (Soares et al 1985; Soares 2001; Costa 2010). As escavações sistemáticas iniciadas pela SWAD em 2018 têm demonstrado que o CVS terá sido um sítio importante

e densamente povoado durante a época Romano Republicana (século I a.C.), dado a sua ampla dimensão e o considerável investimento na construção de grandes elementos defensivos. A sua população era bastante militarizada, como apontam as evidências de cultura material, e estabeleceu-se sobre um assentamento anterior, datado da Idade do Ferro, com inícios no século IV a.C. Dado a ocupação indígena se encontrar por debaixo de um denso e bem preservado edificado romano, ainda não foi possível encontrar estruturas in situ datadas desta cronologia mais antiga. Porém, foi já demonstrada a sua inequívoca presença em duas sondagens, onde se descobriu uma longa potência estratigráfica revelando uma densa acumulação material.

- 1 | Alunos da South-West Archaeology Digs (SWAD) em visita a Serpa em 2019. © João de Brito Vidigal
- 2 | Dia Aberto no Castelo Velho de Safara (CVS) em 2019, com a participação de mais de uma centena de pessoas. © João de Brito Vidigal





Quanto à ocupação datada do terceiro milénio a.C., foi apenas identificada por materiais esparsos recolhidos à superfície, julgando-se que a ocupação principal terá acontecido no topo do esporão rochoso do sítio (Nabais *et al* 2019; Soares & Nabais 2022).

Entre 2018 e 2023, a SWAD contou com um total de 105 participantes, oriundos de 20 países diferentes. Cerca de 90 % dos participantes são indivíduos de idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos que se encontram a realizar as suas licenciaturas em arqueologia ou antropologia, encontrando-se os restantes 10% a completar os seus mestrados nas mesmas áreas de estudo. O programa da SWAD acomoda a equipa de escavação numa casa partilhada na aldeia de Safara, estando as refeições asseguradas num restaurante local. Os trabalhos de campo acontecem durante a manhã, estando as tardes reservadas a sessões de trabalho de laboratório que alternam com aulas teórico-práticas sobre diversos temas, tais como métodos de escavação, registo e desenho de campo, análise de cultura material, zooarqueologia, antropologia física, arqueometalurgia, entre outros. Os fins-de-semana são reservados ao conhecimento da região envolvente, sendo dinamizados passeios a vários museus, monumentos e escavações que se encontrem a decorrer nas imediações, como Moura, Mourão, Monsaraz, Reguengos, Serpa, Beja ou Barrancos (fig. 1).

Desde o seu início que a SWAD desenvolveu um plano de acção que visa a participação e integração da comunidade local e escolar nos trabalhos arqueológicos, com enfoque na valorização e sensibilização para o património histórico e arqueológico. Em 2018 e 2019 foram realizadas várias actividades lúdico-pedagógicas com duas turmas do 1.º ciclo da Escola Primária de Safara. Anualmente são realizados Dias Abertos com passeio pedestre e visitas guiadas, em colaboração com a ADCMoura e a UFSSAR (fig. 2). As crianças das Oficinas dos Tempos Livres da Casa do Povo de Safara visitam anualmente o CVS, participando em diferentes actividades no campo, como escavação, crivagem de sedimentos, lavagem de materiais cerâmicos e faunísticos, e participação em jogos de pista (fig. 3). Também o Centro de Dia da Casa do Povo de Safara e a Universidade de Sénior de Moura realizaram visitas às escavações do CVS. Adicionalmente, as visitas espontâneas são sempre acolhidas com uma dedicada explicação do sítio e dos trabalhos que se têm vindo a desenvolver, notando-se que muitas destas visitas são de pais e familiares dos participantes estrangeiros. Os mais relevantes materiais recolhidos pela SWAD foram também apresentados à comunidade na exposição No Princípio Era Um Castelo realizada pela SWAD na Semana Cultural de Safara, em 2019. A exposição de arqueologia foi animada por várias visitas guiadas, duas conferências e uma exposição adicional de fotografia da Ana Paganini que nesse ano documentou os trabalhos de campo (fig. 4). Outras retribuições à comunidade do conhecimento adquirido têm-se plasmado na publicação de artigos científicos e na edição do livro infantil Está aí Alguém? / Is Anyone There?, da autoria de Inês Almeida e Nicholas Carvalho. A SWAD aposta na divulgação de todas as suas actividades junto da comunicação social e das redes sociais, sendo já várias as notícias em rádios, revistas, jornais e canais de televisão (nomeadamente a RTP1 e a RTP3) onde figuram os trabalhos desenvolvidos.



3 | Crianças das
Oficinas de Tempos
Livros da Casa do
Povo de Safara
a participarem
nas actividades
arqueológicas
desenvolvidas
no Castelo Velho
de Safara (CVS)
em 2019. © João
de Brito Vidigal

4 | Exposição No Princípio Era Um Castelo realizada em Setembro de 2019 pela South-West Archaeology Digs (SWAD) na Casa da Moagem, em Safara.

Com base nesta experiência, aquilo que se tem verificado é que o intercâmbio entre a comunidade local e os participantes estrangeiros promove um ambiente de respeito mútuo e apreciação pela diversidade cultural. Para os alunos estrangeiros, viver numa aldeia rural portuguesa enriquece a sua experiência académica e prepara-os para desafios futuros em contextos culturais diversos. Além disso, a colaboração entre a SWAD e a população local fortalece a confiança, promove uma maior aceitação da investigação arqueológica e uma maior sensibilização para a valorização do património pela sua comunidade local e envolvente.

Durante a sua estadia em Safara, os alunos estrangeiros têm a oportunidade de viver e conviver com a cultura e tradições portuguesas, ao mesmo tempo que partilham as experiências e perspectivas culturais da sua origem. De alguma forma, aquilo que se observa é um contributo exterior para o desenvolvimento de um sentimento local de validação e valorização do seu património material e imaterial. Por sua vez, o envolvimento da comunidade nas actividades da SWAD incute uma consciência patrimonial na população local, empolando o sentimento de propriedade e identificação com o património cultural da sua região, tornando-se em guardiões do seu património e levando à criação de uma rede de apoio para a sua conservação a longo prazo.

Este envolvimento comunitário é estimulado pelas acções de arqueologia pública que têm vindo a ser desenvolvidas com todas as faixas etárias, conseguindo combinar a presença de públicos jovens e idosos nas áreas de escavação, nas visitas guiadas, nas conferências e exposições. Assim se desperta o gosto pela História e Arqueologia, promovendo-se um espaço de partilha de experiências intergeracionais que poderão resultar no fortalecimento dos laços comunitários da aldeia e, consequentemente, numa major coesão social. Por fim, o intercâmbio cultural pode igualmente promover o desenvolvimento económico local, não só devido ao aumento populacional jovem durante as campanhas de escavação e os gastos inerentes à sua estadia, seja em alojamento, em alimentação e entretenimento; mas também através da divulgação realizada pelos alunos estrangeiros que promovem a vinda dos seus pares a participar em campanhas arqueológicas subsequentes e dos seus familiares e amigos a visitar a região e Portugal.

Reflectindo sobre a importância do "bem" do ponto de vista da investigação histórica ou científica, e seguindo os pressupostos de Jeremy Bentham em que o "bem" e o "mal" se expressam através das suas acções que, por sua vez, deverão ser avaliadas nas suas consequências e na medida em que contribuem para um bem-estar geral, podemos concluir que a actividade arqueológica da SWAD faz

"bem" a Safara e à sua comunidade. Vai-se assim de encontro às sugestões da Carta do Porto Santo (2021) que recomenda a criação de acções que permitam "a cada cidadão e a cada comunidade que possam escolher participar e responsabilizar-se pelo horizonte cultural de todos".

BIBLIOGRAFIA

Conselho da Europa (2005). Convenção de Faro – Convenção-quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do património cultural para a sociedade.

Costa, T. (2010). O Castelo Velho de Safara (Moura): Elementos para o seu estudo (Dissertação de Mestrado). Universidade de Lisboa.

Nabais, M.; Boneta, I.; Soares, R. (2019). Chelonian use in Portugal: Evidence from Castelo Velho de Safara. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 28, 102054. https://doi.or/10.1016/j.jasrep.2019.102054.

República Portuguesa (2021). Carta do Porto Santo – a cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural e europeia. Conferência do Porto Santo, 25 de abril de 2021.

Soares, A. M. (2001). O Castelo Velho de Safara. Notícia preliminar. *Vipasca Aljustrel*, 10, p. 57-64.

Soares, A. M.; Araújo, M. F.; Cabral, J. M. P. (1985). O Castelo Velho de Safara: vestígios da prática da metalurgia. *Arqueologia*, 11, p. 87-94.

Soares, R.; Nabais, M. (2022). Resultados preliminares das primeiras escavações no Castelo Velho de Safara (Moura). In J. Jiménez Ávila; M. Bustamante-Álvarez; F.J. Mora Hera (eds.), Encuentros de Arqueologia del Suroeste Peninsular (881-901), Zafra, 9-11 noviembre de 2018. Ayuntamiento de Zafra.

Dar novos lugares aos lugares

Desenvolvimento e recuperação de património fora dos centros urbanos

Luísa Mateus, Susana Lainho Lainho - Conservação e Restauro

A recuperação e gestão do património arquitetónico e cultural contribuem para promover o desenvolvimento de comunidades fora das grandes cidades. Foi o caso da intervenção realizada nas Estações da Antiga linha ferroviária do Tâmega: Codeçoso, Mondim de Basto e Apeadeiro de Lourido. Esta intervenção ajudou a identificar os motores de impacto e as mudanças sociais que essa abordagem ao património, outrora em declínio, originou. Os principais resultados obtidos corresponderam à reabilitação física de edifícios de interesse histórico para a população local e à promoção de atividades de interesse cultural. Para além disso, também foi aberta à integração e a participação social no processo de gestão após a recuperação dos bens histórico-patrimoniais. Dessa gestão do património e da sua valorização são promovidas hoje atividades turísticas que favorecem o desenvolvimento local e incentivam uma mudança de comportamento social, desde logo na salvaguarda dos bens culturais e perpetuação de lugares de memória. A população local passou a olhar para o seu património como um meio de crescimento económico, culturalmente ativo e de inovação. O reconhecimento deste trabalho correspondeu a uma menção honrosa no âmbito dos prémios PNRU -Categoria de Impacto Social, em maio de 2023.



património arquitetónico e cultural das sociedades é um bem de interesse coletivo constituído por atributos que podem beneficiar as populações no presente e futuro mesmo que sejam parte de comunidades fora das grandes cidades. A reabilitação através da conservação e restauro permite que o passado seja celebrado, enquanto a comunidade passa a deter uma atração turística, uma fonte de entretenimento e de desenvolvimento comercial.

UM ESTUDO DE CASO

Ao longo de 2021 e meados de 2022 foram recuperadas antigas estações ferroviárias, encerradas em 1990, e que estavam em ruína, num trabalho idealizado pelo município Celorico de Basto, que incluiu a reabilitação total dos painéis de azulejos nos edifícios. As Estações de Mondim de Basto, de Codeçoso e o Apeadeiro de Lourido, servem hoje de apoio aos turistas e utilizadores da ecopista do Tâmega. A intervenção procurou recuperar a memória pública e manter a imagem tradicional dos antigos edifícios do caminho-de-ferro.

Celorico de Basto é um município do distrito de Braga, Norte de Portugal. Encontra-se na sub-região do Tâmega e Sousa tem uma área total de 181,07 km² e 17 643 habitantes, segundo censos de 2021.

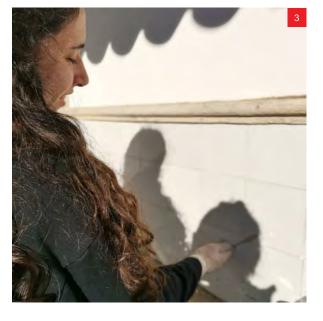
O município é limitado a norte por Cabeceiras de Basto, a leste por Mondim de Basto, a sul por Amarante, a sudoeste por Felgueiras e a oeste por Fafe. Celorico de Basto foi um município marcadamente rural, cujos traços profundos no território e na paisagem se devem à atividade agrícola, até finais do século passado. Hoje num processo de profundas mudanças, o aparelho





assentamento de azulejos na estação de Codeçoso.

3 | Preenchimento de painel azulejar na estação de Codeçoso.











- 4 | Vista lateral da estação de Mondim de Basto
- 5 | Conjunto de paineis azulejares pertencentes à estação de Mondim de
- 6 | Um dos paineis de azulejos pretencente à estação de Mondim de Basto.

económico assenta no que diz respeito à atividade agrícola à produção de vinho verde ao longo do Vale do Tâmega e na pecuária nas freguesias de montanha. A construção civil, o comércio e os serviços são hoje os sectores empregadores do concelho. O município detém variados bens histórico-artísticos que têm vindo a ser alvo de intervenções de conservação e restauro por se encontrarem em estado de deterioração ou risco de ruína.

Como é exemplo, a Ecopista do Tâmega liga Amarante a Arco de Baúlhe, passando por Celorico de Basto, e foi construída utilizando as vias do caminho-de-ferro da antiga Linha do Tâmega cuja circulação de comboios cessou em 1990.

Inaugurada em abril de 2011, a Ecopista tem vindo a ser melhorada, com a reabilitação das antigas estações ferroviárias e apeadeiros como estruturas de apoio aos seus utilizadores, e fator de dinamização económica. Nos 39 kms de extensão – sendo que 23 kms são tutelados pelo município de Celorico de Basto - foram criados núcleos interpretativos, uma pousada de juventude, área de restauração, lojas com produtos endógenos do concelho onde é promovida a gastronomia e dinamizados projetos que visem a saúde e bem-estar, e um ponto de aluguer de bicicletas.







7 | Pormenor da ornamentação dos azulejos da estação de Mondim de Basto.

- 8 | Recolocação de azulejos num dos paineis da estação de Mondim de Basto.
 - 9 | Reintegração cromática nos azulejos da estação de Mondim de Basto.

CONSERVAR MEMÓRIAS

A nossa intervenção de conservação e restauro das estações recuperou a memória dos edifícios, nomeadamente o seu património integrado: os painéis azulejares e pavimentos em mosaico hidráulico.

Na intervenção recorremos a técnicas e materiais compatíveis e duráveis, cuja aplicação em bens culturais garantem tanto a sua estabilidade físico-química como estética. Todos os materiais aplicados na intervenção cumpriram o princípio da compatibilidade (entre si e com o original).

O património integrado foi respeitado, na sua totalidade. Foram aplicadas réplicas nos locais onde já não existiam originais, mantendo a autenticidade do existente e consequente valor a 100 por cento.

DINAMIZAÇÃO LOCAL

O património é uma alavanca contra as limitações das áreas mais distantes das grandes cidades e dá sentido de identidade e de continuidade quando é considerado como algo que pertence à população.

Essa consideração e apropriação traz uma fonte de oportunidades para promover

atitudes positivas como a importância para a preservação de bens culturais, impulsionar o potencial coletivo e reforçar as capacidades da região onde se insere e também cria oportunidades ao nível do seu desenvolvimento. Pode-se e deve-se olhar o património como uma janela de oportunidades para o desenvolvimento e não como um encargo.

O principal objetivo da gestão do património deve ser melhorar a qualidade de vida e o convívio social das pessoas, mitigar a emigração juvenil, criar empregos e reter e atrair capital humano das áreas da periferia, potenciando a resiliência em resposta ao declínio rural.

Para além do valor para o uso e fruição da população local, a importância de conservar património é parte do processo de uma mudança económica, cultural e social no meio onde se insere.

A intervenção nas antigas estações da Linha do Tâmega decorreu nos anos de 2021 e 2022, tendo sido concluída em 5 de maio de 2022 (data do auto de receção provisória da empreitada "Infraestruturas de Apoio à Ecopista do Tâmega"). Recentemente foi distinguida com uma menção honrosa no âmbito do Prémio Nacional de Reabilitação Urbana (PNRU) 2023 por ser considerado

um exemplo de boas práticas na reabilitação urbana, pelo respeito e valorização em termos arquitetónicos da zona de implantação, pelo valor histórico do edifício anteriormente existente e consequente preservação da memória do património coletivo.

A preservação da memória do património coletivo deverá ser uma preocupação de todos e a que todos devemos dar relevância.

BIBLIOGRAFIA

Infraestruturas de Portugal (IP). Arquivo técnico da IP. Informação solicitada em www.infraestruturasdeportugal.pt.

Pordata (2023). Conheça o seu município. https:// www.pordata.pt. Consultado em 28 de junho de

www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/ SIPA.aspx?id=21784, consultado a 28 de junho de 2023.

Resolução do Conselho de Ministros n.º Aprova a revisão do Programa de Valorização do Interior. https://files.dre. pt/1s/2020/03/06200/0001600032.pdf. Consultado

Barranha, H. (2016). Património cultural-conceitos e critérios fundamentais. IST Press e ICOMOS



1 | Mostra Gastronómica –Turismo Cultural nos Fenais da Luz.

De Fenais a Fenais

Museu, Património e Comunidade

João Paulo Constância Diretor do Museu Carlos Machado

Os Açores, nove pequenas ilhas oceânicas, em pleno Atlântico Norte, são berço de uma extraordinária riqueza em termos de diversidade. Se atendermos à dimensão, à dispersão geográfica e à reduzida população, mais extraordinário se torna constatar a multiplicidade de manifestações culturais ímpares, o vasto património e os lugares habitados por pessoas moldadas pela geografia e por uma história marcada pelo isolamento e pela natureza.

CULTURA E PATRIMÓNIO COMO MATRIZ DE DESENVOLVIMENTO

Numa era de globalização, com crescente dependência da tecnologia e do digital, torna-se cada vez mais premente e relevante equacionar o desenvolvimento social, privilegiando a cultura e o património locais, valorizando as pessoas e o seu conhecimento em prol das próprias comunidades e de sua afirmação.

Defendemos, entusiasticamente, que a cultura e o conhecimento são fatores de desenvolvimento que contribuem para sociedades mais justas, solidárias e sustentáveis. Para isso, são necessários programas que façam a integração de pessoas, agentes culturais, património e memória, criando ecossistemas ativos e produtivos, assentes no conhecimento e nos saberes da comunidade. que possam ser geradores de iniciativas de economia solidária.

Neste contexto, concebe-se que o património, lato sensu, desempenhe um papel decisivo, como elemento agregador de pessoas, de conhecimento, de valores, de afetividade e de identidade. A sua apropriação coletiva deve, por isso, ser parte essencial do processo, permitindo o reconhecimento e valorização, conferindo igualmente a carga hereditária que assegura o contínuo geracional. Assim, deve ser claramente assumido o papel dos técnicos, decisores, agentes culturais e da comunidade na construção de processos valorativos que incidam sobre o seu património, material e imaterial. Espaços memória, em íntima relação com as vivências culturais atuais, e das pessoas para as pessoas: o legado da comunidade aos seus vindouros. Nesta perspetiva, o património apenas faz sentido se for coletivamente reconhecido e se estiver ao serviço da comunidade, constituindo valor para o desenvolvimento.

DE FENAIS A FENAIS, UM PROJETO COMUNITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO

Assente em princípios de cidadania participativa e de cultura inclusiva, o projeto De Fenais a Fenais, promovido pela Direção Regional dos Assuntos Culturais / Museu Carlos Machado, foi desenhado como uma rede de parcerias e de compromissos, que inclui também o apoio financeiro EEA Grants,

para além do financiamento do Governo Regional dos Açores e das Autarquias. Tem como palco de ação a zona costeira norte da ilha de São Miguel - Açores, envolvendo diversas freguesias dos concelhos de Ponta Delgada e da Ribeira Grande.

O Projeto De Fenais a Fenais surge na sequência de anteriores experiências empreendidas pelo Museu Carlos Machado no âmbito da Museologia Social. Na última



Boas Práticas



- 3 | Rota pelo Património dos Fenais da Luz.
- 4 | Visita à Casa do Dízimo e ao processo de reabilitação e readaptação em Centro de Conhecimento do Património Costeiro



nos lugares, esses espaços afetivos de pessoas e de memórias, ativando processos endógenos, desencadeando novas relações, juntando pessoas, histórias de vida, património e conhecimento.

O projeto ambiciona ter um elevado impacto nas várias comunidades onde se desenrola e contribuir para a fixação das pessoas aos seus lugares - invertendo a tendência de desertificação - promover literacias diversas, capacitar agentes culturais e dinamizadores, incentivar o empreendedorismo e potenciar novas oportunidades, em diversos domínios, designadamente no setor turístico.

NOTA FINAL

O Museu Carlos Machado há muito que se assume como museu de território e procura, através de uma equipa altamente motivada e competente, desenvolver parcerias e implementar projetos que contribuam para a ativação do património e a valorização da diversidade cultural dos nossos lugares. De Fenais a Fenais é o grande desafio que uma extensa rede de parceiros tem por diante.

Acreditamos que as ações em curso estão a criar movimentos síncronos, harmónicos, que tendem a manter-se e a amplificar, inspirando e motivando, para que os efeitos perdurem e transformem. ■

década, programas de envolvimento comunitário, centrados nas pessoas e no património, como o Museu Móvel e o projeto Sete Cidades: Para Além da Paisagem, afirmaram o museu no seu território e permitiram constituir uma equipa altamente motivada e orientada para a valorização do património cultural e, em particular, do imaterial.

São centenas de ações a ocorrer na geografia do território, simbolicamente entre a Luz e a Ajuda, as freguesias que marcam os limites da zona de intervenção: Fenais da Luz e Fenais da Ajuda. Três imóveis, centros de participação e de incubação, darão suporte à Rede de Lugares, de Pessoas e Património, que se estende nesta faixa litoral: dois, estão em processo de classificação como imóveis de interesse cultural, que reconhecidamente importam reabilitar e readaptar; e um terceiro, de construção recente, que urge revalorizar e dar novas funções.

Museu em Movimento é a designação genérica das iniciativas que juntam a equipa do Museu à sua rede de parcerias que atuam

BIBLIOGRAFIA

Atalay, S. (2012). Community-based Archaeology with, by and for Indegenous and Local Communities. University of California Press.

Council of Europe. (2005). Convention on the value of Cultural Heritage for Society. Council of Europe.



Mape-Antique NHL ECO RESTAURA é a argamassa polivalente à base de cal hidráulica natural pura e materiais reciclados aplicada em camadas de 3 a 30 mm de espessura particularmente indicada para a reconstrução e nivelamento de suportes, rebocos e revestimentos de base mineral em todos os edifícios, incluindo os de interesse histórico.





Os Cuidadores do Património da Rota do Românico

Os Cuidadores do Património são um recurso local importante para a Rota do Românico, evidenciando que o turismo cultural não se faz, unicamente, com visitas a bens culturais, mas também com o saber tradicional e com rostos e emoções.

Rota do Românico

TURISMO CULTURAL E **COMUNIDADE LOCAL**

O turismo cultural não se deve basear, apenas, na visita a monumentos, a sítios e a museus. Deve abranger outras manifestações culturais, como a gastronomia, as tradições e, sobretudo, o contacto com a comunidade local (Ponte, 2013). Deste modo, a comunidade local tem um papel importante a desempenhar através das suas memórias, usos e costumes e na sua relação com o património (Pereira, 2018), deixando de ser apenas um agente da atividade turística, quando abre os monumentos, passando a produto do turismo cultural pela sua identidade e ligação a um bem patrimonial. O sucesso do turismo cultural passa, assim, pelo envolvimento da comunidade, sobretudo pelos cidadãos que vivem nas proximidades desse património (Ponte, 2013). É, neste contexto, que devemos entender a missão da Rota do Românico.

A Rota do Românico é um projeto turístico-cultural germinado, em 1998, no seio dos concelhos da Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel), e alargada, em 2010, aos restantes municípios da NUT III - Tâmega e Sousa (Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende).

Este projeto pretende contribuir para o desenvolvimento sustentado do território dos vales do Sousa, Douro e Tâmega através da valorização do património cultural e arquitetónico românico (do século XI ao XIV), criando um produto turístico e cultural de excelência, que integra 58 monumentos e dois centros de interpretação.

Para a sua missão, a Rota do Românico conta com a colaboração de diversas entidades, como as dioceses do Porto, Braga e Lamego, do Turismo de Portugal, do Turismo do Porto

e Norte, a Associação de Municípios do Douro e Tâmega e da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. A estas, devemos juntar os Cuidadores do Património que, voluntariamente, se dedicam a receber os visitantes e turistas nos monumentos do projeto.

OS CUIDADORES DO PATRIMÓNIO

A Rota do Românico beneficia da ajuda de cerca 40 Cuidadores, distribuídos por diversos imóveis religiosos do itinerário de visita (Monteiro, 2022).

São cidadãos de todas as idades (dos 33 aos 93 anos) e ocupações (desde agricultores a professores) que conhecem os cantos dos edifícios, as suas histórias e lendas, e orgulhosamente os partilham com os visitantes. Exemplo é a dona Rosinha que zela, desde 1976, pela igreja do Mosteiro de Travanca (Amarante) e que se orgulha de contar que a sua avó foi ama-de-leite da escritora Agustina Bessa-Luís.



1 | Mapa Rota do Românico

Estes cuidadores não abrem apenas o imóvel. Há uma ligação emocional e de vida a esse bem. Foi nessa capela ou igreja que os seus pais casaram e os próprios foram batizados e/ou casaram. Há, assim, um sentimento de pertença, em que para muitos deles, esse imóvel é a sua segunda casa. Era o caso de Abílio Marinho (1943 -2017), que passava os dias a abrir a porta da Igreja de Vila Verde (Felgueiras) aos visitantes.

Os cuidadores são pessoas atentas e, por vezes, as primeiras a alertar para o surgimento de problemas estruturais ou pontuais no edifício (Monteiro, 2022). Quando os visitantes vão em visita livre ao monumento, são eles que lhes dão as boas vindas em nome da Rota do Românico.



2 | Centro de Interpretação do Românico

Reconhecendo a sua importância, a Rota do Românico decidiu homenagear os Cuidadores, através de diversas atividades. Destaquemos algumas.

A Rota do Românico desenvolveu o projeto "Cuidadores do Património", que o submeteu, com sucesso, ao concurso "Histórias do Património Europeu 2020", promovido pelo Conselho da Europa e pela Comissão Europeia, e que visa reunir testemunhos de cidadãos e comunidades, com vista a aumentar o conhecimento da herança cultural europeia.

Em 18 de outubro de 2020, dia de São Lucas. a Rota do Românico celebrou, numa iniciativa inédita em Portugal, o dia do Cuidador do Património, com a simbólica atribuição, a cada um deles, de um certificado e de algumas lembranças.

Em 2021, foi disponibilizado um canal digital dedicado aos Cuidadores, no sítio em linha da Rota do Românico, que inclui ficha técnica e testemunho em registo vídeo e textual de cada um deles.

Nesse ano, em outubro, realizaram-se seis encontros em estabelecimentos escolares, em que os Cuidadores partilharam experiências e conselhos com os alunos. Estes encontros continuaram nos anos seguintes. Ainda em outubro, foi inaugurada a exposição fotográfica "Cuidadores do Património" no Centro de Interpretação do Românico (Lousada), na qual o fotógrafo Luís Barbosa retrata as relações de afeto que unem estas pessoas aos monumentos românicos. Depois, em 2022, a exposição passou a itinerante e foi lançado um álbum fotográfico onde Luís Barbosa realça a cumplicidade entre o cuidador e o seu monumento.

O ano de 2022 ficou também marcado pelo reconhecimento desta iniciativa de valorização dos Cuidadores, quando venceu o prémio internacional TRANSROMANICA e o prémio da Associação Portuguesa de Museologia (APOM) para a Inovação e Criatividade.

Num contexto turístico bastante dinâmico e concorrencial, que aposta em novas experiências e serviços, a presença dos Cuidadores do Património, que de uma forma dedicada zelam pelos imóveis a seu cargo, torna a viagem pela Rota do Românico num momento único. ■



3 | Cuidadora do Mosteiro de Pombeiro. Foto Luís



4 | Cuidadora da Igreja de Tarouquela. Foto Luís



5 | Exposição Cuidadores do Património. Foto Luís Barbosa

BIBLIOGRAFIA

Monteiro, L. (coord.) (2022). Cuidadores do Património da Rota do Românico. Rota do Românico.

Pereira, G. M. (2018). Memória, História e Património: reflexão em torno do processo de educação patrimonial. Memória Rural, 1, 9-15.

Ponte, A. (2013). O Contributo dos Museus do Norte para uma dinamização do Turismo Cultural. [Tese de doutoramento, FLUP].



Instituição de utilidade pública (despacho n.º 14926/2014 do D.R. 238/2014, 2.ª Série, de 2014-12-10)

O GECoRPA – Grémio do Património é uma associação de empresas e profissionais especializados na conceção, projeto e execução de intervenções na área da reabilitação do edificado e da conservação do património.

O GECoRPA – Grémio do Património agrega também outras entidades, públicas ou privadas, e simples cidadãos interessados.

Decorridos mais de 20 anos sobre a sua fundação, os **grandes objetivos** do Grémio mantêm uma total – se não acrescida – justificação e atualidade:

Promover a reabilitação do edificado e da infra-estrutura, a valorização dos centros históricos, das aldeias tradicionais e do Património, como alternativa à construção nova, concorrendo, deste modo, para o desenvolvimento sustentável do País;

Zelar pela qualidade das intervenções de reabilitação do edificado e do Património, através da divulgação das boas práticas e da formação especializada, promovendo a qualificação dos recursos humanos e das empresas deste setor e defendendo os seus interesses;

Contribuir para a melhoria do ordenamento e da regulação do setor da construção e para a mudança do seu papel na economia e na sociedade.



Fórum do Património 2019, em Aveiro



Visita "Estaleiro Aberto" à sede da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitetos



Grupo de trabalho realizado em Lisboa, para elaboração do documento "Conservação e Reabilitação do Património -Estratégias e Potencialidades



SRU Porto (15 de novembro de 2019)

A excelência é um objetivo a perseguir em todas as intervenções de conservação e restauro do património edificado.

Um meteorito, a Arca de Noé e a busca pela salvação

A arte do projeto Museu na Aldeia

Gabriela da Rocha SAMP Henrique Chaves GOVCOPP-UA, CIES-IUL, CEM-USP, SAMP

Como promover relações significativas entre museus e aldeias? O projeto Museu na Aldeia surge em 2019 por um grupo de profissionais de museus e artistas com experiência na intervenção pela arte, a convite da Câmara Municipal de Leiria, no âmbito da candidatura de Leiria a Capital Europeia da Cultura 2027. Trata-se de uma iniciativa artística e social promovida pela SAMP - Sociedade Artística Musical dos Pousos, cofinanciado pelo PO ISE -Portugal 2020, através de Portugal Inovação Social. Tem a Câmara de Leiria como Investidor Social e conta com a Rede Cultura 2027 como parceiro que conecta os 26 municípios que pertencem à rede. Conta também com o apoio do Politécnico de Leiria e da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes. Juntamente com estes parceiros basilares, o projeto alcançou mais de 90 parceiros ao longo da sua implementação (2020-2023).

ENTRE MUSEUS E ALDEIAS

O projeto, assente no princípio da promoção da coesão territorial entre as regiões de Leiria, Médio Tejo e Oeste, reúne 13 museus e 13 comunidades de 26 municípios e tem como público-alvo idosos autónomos que vivem em zonas rurais e pouco povoadas, com acesso limitado ou inexistente à programação cultural. Profissionais de museus, artistas, municípios e outros parceiros juntam-se neste projeto para combater o isolamento e a solidão, valorizar tradições e experimentar diferentes práticas artísticas coletivas.

Num primeiro momento, as aldeias foram identificadas e a equipa SAMP trabalhou em estreita colaboração com os parceiros locais para a captação de participantes. Assim, as comunidades ficam a conhecer as equipas e o projeto e decidem se querem participar. As relações são construídas por meio de abordagens artísticas (música e teatro).

Em seguida, os museus selecionam em sua coleção exemplares museológicos para serem cedidos temporariamente e apresentados por meio de uma exposição nas aldeias que acontece em espaços inusitados como escolas primárias, juntas de freguesias, associações locais, mercados e até mesmo numa sala mortuária.

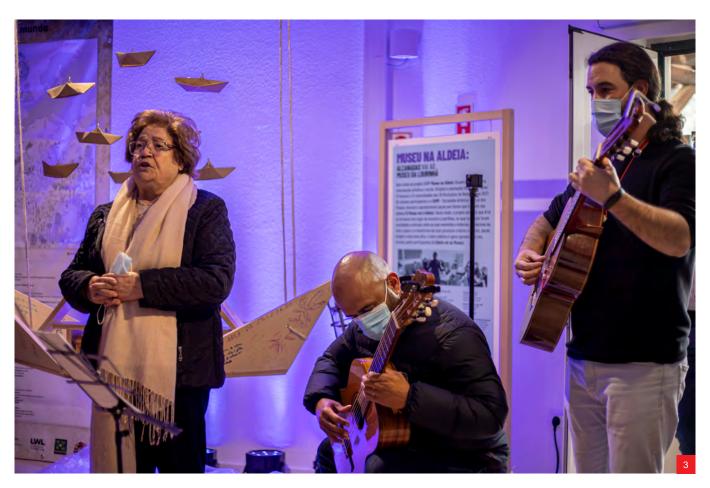


1 | Exposição na Escola Primária de Alcanadas com exemplares da coleção do Museu da Lourinhã. © Equipa SAMP



2 | Comunidade de Alcanadas a escrever mensagens na obra coletiva "Arca da Salvação". © Equipa SAMP

Boas Práticas



- 3 | Performance e apresentação pública da obra "Arca da Salvação" com a equipa SAMP e a comunidade de Alcanadas. © Gil de Lemos
- 4 | Exposição da obra "Arca da Salvação" no Museu da Lourinhã. © Gil de Lemos





5 | Comunidade de Alcanadas vai ao Museu da Lourinhã e é recebida pela equipa. © Equipa SAMP

Após interagir com o objeto de museu em sua aldeia, as pecas retornam aos museus e as comunidades são convidadas a cocriar uma nova obra de arte com base no que consideram mais significativo sobre suas aldeias e sobre si mesmos.

Por fim, as obras cocriadas nas aldeias são inauguradas e temporariamente exibidas nos museus. Assim como as aldeias receberam coleções de museus, estes abrem as portas às comunidades e suas criações artísticas. Os idosos são recebidos no museu com uma performance que representa tanto a comunidade quanto o museu, durante a qual eles inauguram o seu próprio trabalho e reencontram a obra que um dia esteve em suas aldeias.

O IMPACTO DE UM METEORITO E O ENCALHE DA ARCA DE NOÉ

O Museu da Lourinhã foi criado em 1984 e é dedicado à arqueologia, etnologia e paleontologia. Surgiu da iniciativa de um grupo de voluntários entusiastas que fundou o GEAL - Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã. A paixão deste grupo e da equipa do Museu pela vontade de partilhar, investigar e preservar os patrimónios natural e cultural da região reflete-se no seu espólio abrangente e no envolvimento ativo com a comunidade.

"Arca, nadas?", perguntou Noé, quando a sua arca embateu contra o monte onde hoje se encontra a aldeia de Alcanadas. Em homenagem a esta lenda, existe na aldeia um monumento com uma placa que indica o possível local onde a Arca de Noé encalhou. Esta aldeia situa-se entre as freguesias da Batalha e do Reguengo do Fetal, Município da Batalha, uma aldeia com uma população actual de 384 habitantes - menos 32 habitantes face ao ano de 2011 (Censos de 2011 e 2021, INE). Da história desta aldeia faz parte a prática da exploração mineira, entre os séculos XIX e XX, e posteriormente à exploração agrícola, após a Segunda Guerra Mundial.

A apresentação de exemplares que retratam a extinção da vida na Terra, um meteorito, uma rocha e réplicas de ossos de dinossauros, cedidos temporariamente pelo Museu da Lourinhã, convidou a comunidade de

Alcanadas a refletir sobre o que gostariam de salvar nos dias de hoje.

A obra coletiva "Arca da Salvação" desenvolvida pela comunidade, em conjunto com os parceiros municipais, profissionais de museus e da equipa SAMP, é uma homenagem à lenda associada ao nome da aldeia. Construída com recurso a madeira reaproveitada de exposições anteriores do projeto, esta obra, tal como a Arca de Noé, assegura a salvação de exemplares únicos. Mais do que o resultado de um trabalho coletivo, esta arca é um abrigo do imaginário individual de cada criador e um veículo para a transmissão de histórias, lendas, desejos e mensagens de esperança para a humanidade.

"Eu gostei quando tínhamos as peças do Museu da Lourinhã. Organizámo-nos umas poucas pessoas e, a cada semana, vínhamos duas e trazíamos sempre um lanche. E passávamos aqui a tarde de domingo em convívio, porque, graças a Deus, sempre vinha muita gente visitar. Explicavamos a origem do que estava na exposição e, no fim, íamos lanchar. Convivemos umas com as outras." (Rosinda Franco, Comunidade de Alcanadas)

Documentação do património industrial

Unir academia e comunidades num esforço de preservação partilhado

Leonor Plácido de Medeiros CHAM e Departamento de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH)

Na rapidez das alterações que têm ocorrido nas áreas urbanas nas últimas de alteração e criação, mas que tem ganho uma velocidade e agressividade novas - o património industrial, aquele que nos foi legado pela sociedade que experienciou as mudanças trazidas pela Revolução Industrial, tem sido um dos mais afectados. A transformação destes lugares, essencial para a renovação e adaptação da cidade aos novos requisitos da sociedade actual, tem, valorização dos aspectos históricos, sociais, culturais, tecnológicos, económicos ou ambientais que estes lugares contêm, marcados pela falta de documentação do sítio previamente à sua alteração.

documentação do património industrial, nas suas componentes móveis, edificadas ou imateriais, é fundamental para prevenir a perda do conhecimento associado - evidência de um período de grande crescimento tecnológico e ainda com vasto potencial científico e económico - e também para fortalecer a identidade e pertença das comunidades associadas, perante um mundo em mutação.

Encontramo-nos assim perante a necessidade premente de realizar a documentação completa e sistemática destes patrimónios, embora ainda sem as estruturas necessárias para o fazer de modo consistente. Associações, instituições, particulares - todos têm enderecado de alguma forma o inventário do património industrial, quer de forma temática ou geográfica, mas não de uma forma integrada. E os métodos de inventariação têm variado, de acordo com o foco e as directivas específicas utilizadas. Ademais, a constante introdução de novas tecnologias e plataformas implica uma actualização e adaptação das metodologias, mas com a devida experimentação e avaliação críticas.

A APAI - Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, nas décadas de 1980 e 1990, foi marcante na promoção e desenvolvimento de inventários patrimoniais, em colaboração com diversas entidades e órgãos do





poder local. Hoje, estes precisam de actualização e expansão, bem como de uma renovação e ampliação das equipas em campo. É nesse sentido que se exploram agora novas abordagens, de carácter colaborativo e aberto à sociedade civil, para a realização de um Inventário Nacional Colaborativo do Património Industrial.

A DOCUMENTAÇÃO COMO UM PROCESSO CHAVE NA CRIAÇÃO **DE NOVAS COMUNIDADES PATRIMONIAIS**

Neste momento de profunda transformação urbana, em que os espaços de antigamente são eliminados ou alterados para dar lugar a novas infraestruturas - de acordo com novas prácticas sociais, necessidades económicas e ambientais, e tendências culturais - a transformação sem documentação prévia significa perda de valores culturais e de potencial social e científico. Os edifícios e os lugares são mais do que pedras e tijolos argamassados, são locais onde a História e as estórias tiveram lugar, são âncoras de memórias de práticas e saberes imateriais, são focos de potencial tanto económico quanto inspiracional para as gerações de hoje e de amanhã. Precisamos assim de uma resposta rápida e colectiva a essa perda, de modo a minimizar o impacto na história e no conhecimento das alterações ao nosso tecido urbano. Essa resposta passa pela documentação do património (fig.1).

Documentação, da palavra em latim "documentatione", é o acto e o resultado de documentar, de reunir informações ou documentos sobre algo. É também significado de inventariar, catalogar, ou enumerar minuciosamente. O trabalho de documentação é a base para a preservação

do conhecimento, pois captura informações sobre o passado que, de outra forma, poderiam perder-se ao longo do tempo. Ao preservar-se este conhecimento, as novas gerações podem aprender sobre as suas raízes culturais e história colectiva, e o processo promove a transmissão intergeneracional, garantindo que o conhecimento, habilidades e tradições sejam transmitidos dentro e fora da comunidade, preservando a continuidade cultural (fig. 2).

Ao documentar estes elementos, criamos registos que auxiliam na sua preservação e protecção contra a deterioração, o vandalismo ou destruição. Em casos em que o património tenha sido danificado ou perdido, a documentação torna-se inestimável para os esforços de restauro e reconstrução, assegurando uma base de trabalho detalhada e fidedigna.

O processo de recolha e de construção destes documentos, incorpora tanto o pré-existente (como um documento de arquivo ou um objecto caído) quanto o que é criado de novo, como são os desenhos e os textos, as fotos, os modelos tridimensionais, ou as informações gravadas em formato áudio, de entrevistas a paisagens sonoras dos lugares. Este trabalho faz com que o espaço, antigo, receba um novo olhar, e se crie uma nova organização dos seus constituintes, de modo a recuperar e a valorizar os elementos do passado e colocá-los ao serviço do presente e do futuro.

A criação de um documento, que é um registo de informações, possível numa multitude de suportes ou formatos, é um momento também ele histórico, que marca uma nova interação com o lugar. Muitas vezes essa interacção é feita por novos actores, como as equipas de

- 1 | Trabalhos de preenchimento de ficha de sector, com descrição dos espaços e equipamentos, no âmbito dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos na Fábrica de Descasque de Arroz da Casa Cadaval, Muge, Salvaterra de Magos. © Luís Reis, NOVA FCSH
- 2 | Inventariação de documentos, permitindo uma listagem dos materiais contidos nas gavetas de móvel na secção de laboratório da Fábrica de Descasque de Arroz da Casa Cadaval, Muge, Salvaterra de Magos. © Luís Reis, NOVA FCSH

arqueólogos, historiadores, antropólogos ou arquitectos que interagem com o património construído. Para estes existem estratégias próprias, focadas no olhar científico, de registo da realidade e criação de bases de trabalho para novas fases de vida do edificado. Mas há que promover também a renovada interacção com o lugar, de comunidades que há muito interagem com os sítios, apesar de à distância e de modos mais pessoais.

Colocar a sociedade civil na frente do processo de documentação do património cultural é cada vez mais importante, pelo potencial de produção de ciência-cidadã, apoiando os limitados recursos públicos para o trabalho de inventário e assegurando uma maior rapidez na identificação e salvaguarda dos recursos patrimoniais. A iniciativa cidadã de participação e autonomia na nomeação e protecção do seu próprio património, e do património de áreas onde tem ligações de vida e afectivas, é hoje a chave para as próprias estratégias de valorização e re-uso do património. Com efeitos impactantes no sentimento de pertença do lugar e de potencialização das actividades económicas, cada vez mais as abordagens de iniciativa local são as que mais eficientemente lidam com problemas à escala do bairro e promovem soluções de integração geracional e apoio social dentro da comunidade (Macedo, 2018).

Quando as comunidades locais desempenham um papel activo na documentação e gestão do seu património, desenvolvem os sentimentos de propriedade e orgulho na sua identidade cultural. Isso capacita-os a partilhar as suas histórias e tradições, nos seus próprios termos. Ao documentar o seu próprio património, garantem que este seja representado de forma precisa e autêntica, garantindo que o conhecimento valioso que detêm do património imaterial, como práticas tradicionais, rituais, línguas e histórias orais, seja protegido para as gerações futuras, participando nessa passagem e transferência de conhecimento. Dado que são os locais que têm acesso a detalhes e percepções que os investigadores externos poderiam ignorar, são elementos fundamentais neste processo de registo e interpretação, não numa perspetiva de meros informadores, mas sim de partícipes no processo (Atalay, 2012). A colaboração com investigadores externos, promove a aprendizagem mútua e a troca de conhecimentos, abrindo novas perspectivas a todos os envolvidos e contribuindo para a construção de capacidade nas comunidades locais.

As comunidades locais têm maior probabilidade de se empenharem na preservação e conservação do seu património quando participam activamente na sua documentação. Num processo já plenamente desenvolvido pelo referente em interpretação de património, Freeman Tilden (1957), a compreensão leva à apreciação pelo sítio, e através desta leva à protecção dos lugares. Assim, não só se tornam defensores da sua protecção e gestão sustentável, como também ficam mais bem-adaptados para este contexto de rápida mudança, compreendendo como o seu património evoluiu ao longo do tempo e como pode adaptar-se a novas circunstâncias, tornando-o mais relevante e resiliente perante desafios.

A documentação torna-se assim um empreendimento partilhado que une as pessoas para celebrar o seu património, revendo as noções hierárquicas do que significa ser especialista e abrindo espaço para outras estruturas de conhecimento. As comunidades, com o seu

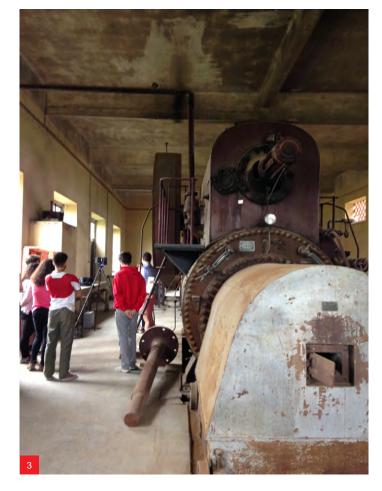
conhecimento específico sobre os lugares e seus significados, elementos das suas dinâmicas diárias, devem tornar-se partícipes das tomadas de decisão e contribuir na implementação de estratégias sobre como o seu património é gerido, conservado e apresentado ao público, de forma dinâmica e proactiva.

Em resumo, as comunidades locais desempenham um papel vital na preservação e promoção do seu próprio património. O seu envolvimento activo na documentação assegura que o património seja documentado de forma holística, abrangendo tanto os aspectos tangíveis como os intangíveis. E capacita as comunidades a assumir o controlo da sua narrativa cultural, fomentando uma apreciação mais profunda do seu património e contribuindo para uma compreensão mais inclusiva e autêntica da diversidade cultural.

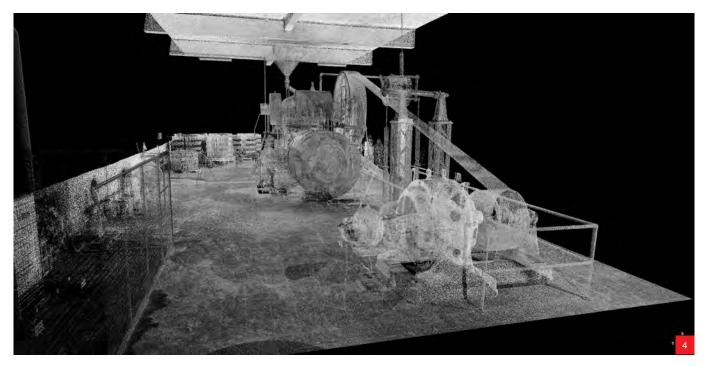
Para isso precisamos de continuar a desenvolver ferramentas colaborativas bem como de providenciar conhecimentos e recursos para participarem activamente na preservação e compreensão do seu património. Isso passa pela criação de acções de formação e workshops, com materiais educativos e contacto com experiência práctica de documentação. Convidando à participação não só especialistas na história local, mas também técnicos nas abordagens e tecnologias propostas, bem como outras entidades que conhecem o território e as áreas a documentar. Deve-se para isso fomentar redes e parcerias com instituições académicas, museus, associações de património e outras partes interessadas relevantes, de modo a assegurar representatividade e aumentar a relevância das intervenções (Garcia-Fernandez e Medeiros, 2019) (figs. 3 e 4).

Para esta actividade poderá ser necessário facilitar o acesso a tecnologia relevante, como câmaras, gravadores de áudio, scanners 3D e ferramentas de cartografia digital, que podem ajudar na documentação de artefactos e locais do património industrial. Colocar estes recursos à disposição da comunidade facilitará o seu envolvimento activo no processo de documentação. Para tal, salienta-se de novo a importância de parcerias e o trabalho colaborativo, de modo a facilitar esse acesso.

Igualmente dever-se-á estabelecer plataformas digitais e arquivos para armazenar e partilhar a informação documentada com a comunidade e o público em geral. Disponibilizar fácil acesso aos resultados da documentação



3 | Explicação, demonstração e experimentação do processo de documentação por scannerlaser da sala da máquina a vapor da Fábrica de Descasque de Arroz da Casa Cadaval, Muge, Salvaterra de Magos.



4 | Vista da nuvem de pontos resultante do varrimento laser realizado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa na sala da máquina a vapor.

irá capacitar os membros da comunidade, permitindo-lhes também ver o impacto das suas contribuições e o alcance dos projectos em que participam.

FORMAÇÃO E ENSINO EM PROJECTOS COM A COMUNIDADE

São de salientar e fortalecer os projectos de carácter prático promovidos no meio académico, promovendo não só a formação em contexto de trabalho, e em projectos promovidos pela comunidade, mas também o cruzamento entre disciplinas.

A NOVA FCSH, no âmbito da licenciatura em Arqueologia, tem, ao longo dos últimos anos, colaborado com diversos actores da sociedade civil para desenvolver projectos complementares no âmbito da formação, da investigação e da salvaguarda patrimonial. O protocolo estabelecido com a APAI permitiu não só uma aproximação dos alunos ao arquivo excepcional da associação, mas também a vários dos seus especialistas associados. Também no âmbito desse protocolo, foram desenvolvidos diversos projectos de levantamento e inventariação de património móvel e imóvel, em projectos promovidos pelos proprietários e pelos executivos municipais (figs. 5 e 6).

Os trabalhos desenvolvidos na fábrica de descasque de arroz da Casa Cadaval, em Muge, contaram com uma equipa mista, de arqueólogos e arquitectos, de duas universidades distintas, explorando meios de documentação tradicionais (como o desenho e mapeamento feito à mão) e também o uso de novas tecnologias (como a fotogrametria e o varrimento laser), que foram usados complementarmente para registar a fábrica e os equipamentos (Medeiros 2019). Apostou-se aí também numa forte integração com a comunidade, pela promoção de visitas guiadas e dias abertos durante as duas semanas de trabalhos no local, bem como a criação e dinamização de plataforma de comunicação nas redes sociais, com fotos e textos produzidos pelos vários membros da equipa (Medeiros e Fernandez, 2020).

Esta cooperação entre disciplinas tornou-se comum, e surgiram também projectos em que a arqueologia surge como apoio ao projecto de arquitectura. Tome-se como exemplo os trabalhos de arqueologia decorridos na Escola Camões, no Entroncamento, num bairro ferroviário icónico¹, que promoveram o contacto com as abordagens da arqueologia da arquitectura e a execução de uma biografia do edifício e sua envolvente, com o apoio dos antigos alunos e funcionários (fig. 7).

Já no caso dos trabalhos na fábrica de lápis VIARCO², os alunos contactaram de perto com uma indústria viva, em laboração, e com os trabalhos de inventário de maquinaria, património móvel integrado. Este projecto, dinamizado pelos proprietários e com o apoio do executivo municipal do concelho, constituiu uma intenção concreta de ter o trabalho de documentação

como suporte para a valorização patrimonial, interpretação e salvaguarda do sítio e do seu património, perante as mudanças tecnológicas e a adaptação da nova fábrica aos requisitos dos dias actuais (fig. 8).

Salienta-se serem projectos em que o interesse na documentação parte das comunidades e proprietários, querendo salvaguardar e valorizar o seu património, uma intenção que encontra eco no meio académico e põe em acção actividades de investigação colaborativas, que acabaram por forjar ligações afectivas e intelectuais, colocando assim esses sítios numa melhor posição de preservação, divulgação e valorização. A experiência de profissionais e investigadores de várias áreas, bem como a energia e a curiosidade dos alunos, ajudaram a comunidade a revelar as histórias e a promover o seu património. Os documentos criados, bem como as novas ligações entre pessoas que foram geradas, constituem uma protecção e uma continuidade histórica essencial para a salvaguarda destes locais, assegurando a sua continuada relevância nos dias de hoje.

INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL - UMA METODOLOGIA "FAÇA-VOCÊ-MESMO"

O inventário do património cultural tem sido feito de maneiras muito diferentes ao longo do último século. Saliente-se que a maioria dos trabalhos de inventário do património industrial não têm sido feitos por uma entidade





- 5 | Trabalho de registo e arqueologia da arquitectura por alunos da licenciatura em arqueologia da NOVA FCSH. na zona da Trafaria, Almada, incluindo limpeza, descrição, e registo fotográfico e gráfico.
- 6 | Pormenor do registo gráfico preliminar em campo, para anotação das unidades constituintes e referências métricas.

com 'as tecnologias mais recentes', mas sim por indivíduos, associados, que promovem o levantamento de áreas e temas que os apaixonam, muitas vezes com pouco mais do que papel, lápis e uma máquina fotográfica. Assim, ao propormos esta abordagem colaborativa ao inventário do património industrial português, queremos deixar aqui sugestões de abordagens, ferramentas e recursos úteis a quem queira participar no processo.

Um bom trabalho de documentação requer planeamento cuidadoso, atenção aos detalhes e adesão a certos requisitos pré-estabelecidos, para garantir a sua eficácia e valor. Estes incluem a definição prévia dos objectivos e limites do trabalho de documentação a realizar, essenciais para a clareza na comunicação entre a equipa, para assegurar um trabalho que vai ao encontro do propósito identificado, ou para optimizar os recursos disponíveis. Por exemplo, um trabalho de documentação que tenha como objectivo identificar e salientar a existência de determinado activo patrimonial, terá requisitos diferentes de um trabalho de documentação feito com o objectivo de registar um sítio previamente a demolição ou remodelação. Do mesmo modo, os limites da área a documentar podem ser circunscritos por limitações na capacidade técnica da equipa ou no tempo disponível para a documentação, por exemplo abrangendo património material e imaterial associado (nomeadamente com entrevistas ou inclusão de estruturas auxiliares).

A documentação beneficia também do seguimento de procedimentos padronizados, como as normas de inventário pré-definidas por instituições nacionais diversas, como a colecção "Normas de Inventário" para o património móvel, ou a coleção digital "Kits - Património" da DGPC - Direcção Geral do Património Cultural, com um volume específico para o património industrial, ou ainda os promovidos por associações como a APAI⁵, com base em quatro décadas de projectos de levantamento e documentação.

A nível internacional, é de destacar também os documentos normativos criados no Reino Unido pela actual Historic England, com diversas publicações orientadoras no âmbito identificação, conservação e valorização do património⁶, os do ICOMOS (ver "Principles for the recording of monuments, groups of buildings and sites" (ICOMOS, 1996) e "Guide To Recording Historic Buildings" (ICOMOS, 1990)), ou ainda as recomendações em documentos chave para o património cultural e industrial, como a Carta de Nizhny Tagil (TICCIH, 2003). Outro documento de referência, recentemente reeditado pela Routledge em 2015, foi promovido pelo Getty Conservation Institute (Letellier, 2007), actualmente uma das instituições mais fortes no campo do inventário do património cultural, com alcance internacional.

Não são de descurar também os vários projectos de inventário realizados em Portugal por instituições académicas, nomeadamente através de teses e projectos de alunos, pelas equipas dos órgãos de gestão municipal, por associações locais ou por outras entidades focadas na investigação e salvaguarda patrimonial. Estes são contributos fundamentais para a salvaguarda do património cultural e industrial nacional, e beneficiaríamos de centralizar esta informação dispersa numa base de dados acessível e normalizada.

Se, actualmente, podemos claramente encontrar diversos modelos de 'fichas de inventário'. vemos que, no geral, os itens a documentar não variam, incluindo sempre a identificação pelo nome mais comum, com informação histórica e detalhes construtivos, pessoas e bens associados, estado de conservação, com detalhes que podem variar consoante o tipo de património inventariado (seja uma fábrica, arquitectura civil, objectos ou mesmo paisagens). O registo gráfico, fotográfico e vídeo devem sempre acompanhar a ficha de inventário, que pode ser expandido com entrevistas e paisagens sonoras em áudio, modelos digitais tridimensionais ou até a recolha de elementos móveis em risco (Medeiros, 2020).

O nível de documentação influenciará também a escolha de equipamento e ferramentas a usar. Actualmente os smartphones possuem a maior parte das ferramentas que podemos precisar, desde o registo à medição, muitos fazendo já modelos fotogramétricos em alta resolução dos espaços e elementos construtivos.



7, 7a | Trabalhos de inventário de património móvel na VIARCO -Fábrica de Lápis, em São João da Madeira.

8 | Trabalho de entrevista com antigos alunos e funcionários da Escola Camões. no Entroncamento, realizada em torno de mapas e fotos antigas, de modo a reconstituir histórias de vida e padrões de ocupação do espaço.

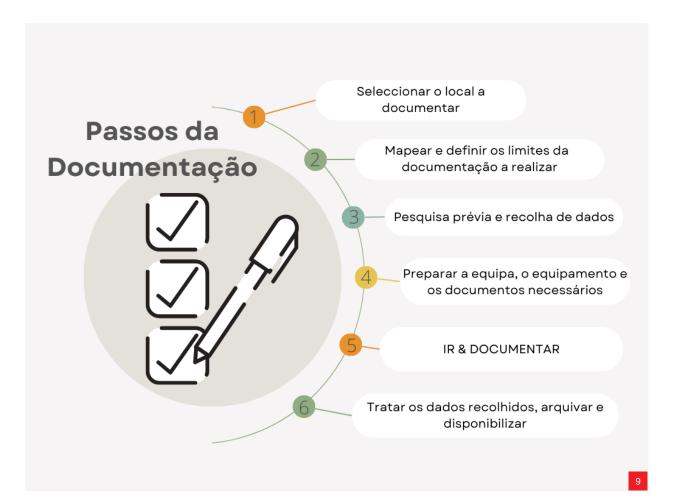




Mas, reduzido ao mínimo, tudo o que se necessita é ter onde tirar notas, um meio de tirar fotos, uma metodologia informada e um espírito curioso com atenção ao detalhe.

O trabalho de documentação beneficia enormemente da colaboração. Seja do olhar multidisciplinar de um colega de outra área, seja apenas o companheiro que olha para pormenores que nos passariam desapercebidos, passando pelas pessoas locais que sabem histórias e dados sobre os sítios. A qualidade da documentação é assim ampliada pela integração de várias disciplinas (arqueólogos, historiadores, arquitectos, fotógrafos, engenheiros, etc.) e a interacção com as comunidades locais e partes interessadas, que têm uma ligação directa ao sítio a ser documentado, fornecendo perspectivas e informações diversas. Quer seja no processo de preparação do trabalho de documentação, seja durante o mesmo e na fase de análise e interpretação dos dados reco-Ihidos, esta investigação colaborativa é fundamental para a qualidade do trabalho efectuado. Saliente-se que o respeito pelas comunidades locais, assegurando o cumprimento de normas éticas, deve estar sempre presente.

A documentação não está terminada sem que nos asseguremos que esses dados recolhidos ficam salvaguardados, são disponibilizados à sociedade, e contribuem para questões actuais em torno do património. Uma categorização e indexação adequadas tornam mais fácil







Link de acesso à área do Grupo de Trabalho em Inventário do Património Industrial, onde pode descarregar documentos e partilhar os resultados da sua documentação.

9 | Passos básicos do processo de documentação

10 | "Checklist da Documentação" elementos essenciais a ter em conta no processo de documentação.

o acesso e a recuperação dos dados quando necessário, bem como a sua colocação em bases de dados abertas e locais de acesso público, sejam repositórios, plataformas online ou bibliotecas (figs. 7 e 7a).

Salienta-se ainda a importância de pensar a documentação como um processo contínuo, dado que o património está em permanente evolução. Actualizações regulares garantem que a informação se mantenha actual e relevante, e que o sítio seja acompanhado ao longo do tempo (permitindo intervenções atempadas ou reacção rápida a eventos destruidores).

Há ainda que apontar um grande obstáculo à documentação pormenorizada dos elementos patrimoniais, que é a questão do acesso físico. Por vezes localizados dentro de propriedades privadas, ou em locais perigosos ou deteriorados (como encostas, rios, cobertos de vegetação, etc.), alguns locais exigem colaborações com os proprietários e com órgãos de gestão local para se poder ter acesso aos sítios. No entanto, pelas ruas das nossas cidades, e mesmo nas nossas casas, há muitos patrimónios a precisar de registo, identificação e valorização através do processo de documentação.

Deixamos por isso aqui o desafio à participação (fig. 8). No website da APAI pode encontrar fichas de apoio bem como um formulário online onde pode partilhar os dados da sua recolha: https://apaiassociacao.wixsite.com/apai/inventario (figs. 9 e 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Convenção de Faro (CoE 2005), relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, estabeleceu que um dos meios de promover o uso sustentável do património cultural é o respeito pela sua integridade, "assegurando que as decisões sobre a mudança incluem um entendimento dos valores culturais envolvidos" (CoE 2005, Art.º 9.a). O trabalho de documentação é essencial para tornar muitos desses valores visíveis, evitando que se percam pelo esquecimento ou falta de acesso intelectual e físico aos sítios. Ademais, é um exemplo das possibilidades de participação de toda a sociedade no "processo de identificação, estudo, interpretação, proteção, conservação e valorização do património cultural", dando voz às comunidades patrimoniais associadas e incentivando a sua participação na reflexão e debate públicos (CoE 2005, Artº12).

No geral, a documentação do património é uma ferramenta fundamental para preservar o passado, salvaguardar a diversidade cultural, promover a compreensão intercultural e orientar o desenvolvimento sustentável para o futuro. Ajuda-nos a reconhecer a importância da nossa história humana colectiva e estabelece a base para uma sociedade mais inclusiva, participativa e culturalmente consciente. Ao empoderar as comunidades através da documentação colaborativa, podemos promover um sentimento de propriedade, orgulho e responsabilidade pelo seu património industrial, assegurando que os esforços de preservação sejam sustentáveis e que o conhecimento e apreço pelo património sejam transmitidos às gerações futuras. Este é um processo também de desenvolvimento de capacidades da comunidade em técnicas de documentação e preservação. Feito de forma contínua e com o apoio de todos os parceiros envolvidos na salvaguarda do património, à medida que a comunidade adquire mais competências e experiência, tornar-se-á mais autónoma na salvaguarda do seu património industrial e mais participativa na tomada de decisões sobre os novos usos do mesmo.

BIBLIOGRAFIA

Atalay, S. (2012). Community-Based Archaeology Research with, by and for Indigenous and Local Communities. University of California Press.

Council of Europe. (2005). Convention on the Value of Cultural Heritage for Society. Council of Europe.

Garcia-Fernandez, J.; Medeiros, L. (2019). Integrating Digital Documentation and Community Engagement "Unveiling the Hidden Hamina" International Summer Scholl. The International Archives of the Photogrammetry. Remote Sensing and Spatial Information Sciences, IV-2/W6, pp 61-68. https://doi. org/10.5194/isprs-annals-IV-2-W6-61-2019.

Letellier, R. (2007). Recording, documentation and information management for the conservation of heritage places. The Getty Conservation Institute.

ICOMOS (1990). Guide to Recordin Historic Buildings. **ICOMOS**

Macedo, S. (2018). Associações de Defesa do Património em Portugal: 1974-1997. Caleidoscópio

Medeiros, L. (2019). Trabalhos Arqueológicos na Fábrica de Descasque de Arroz da Casa Cadaval (Salvaterra de Magos): Tecnologia, Património e Comunidade. *Al-Madan online*, 33 (3), p. 9-19.

Medeiros, L. (2020). La fabrica reutilizada: La contribuición de la arqueologia de la arquitectura al conocimiento y puesta en valor del patrimonio industrial. ERPH: Revista Eletronica de Patrimonio Historico, 27, p. 28-51. https://doi.or/10.30827/e-rph.v0i27.17900.

Medeiros, L.; Garcia-Fernandez, J. (2020). Making sites and objects talk: experiences in academic research, new technologies and community engagement. The International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences, 44, p. 263-270. https://doi.org/10.5194/isprs-archives--XLIV-M-1-2020-263-2020.

The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage (TICCIH). (2003). The Nizhny Tagil Charter for the Industrial Heritage. TICCIH.

Tilden, F. (1957), Interpreting Our Heritage, University of North Carolina Press.

NOTAS

- 1. Relatório dos trabalhos disponível online em: https:// apaiassociacao.wixsite.com/apai/arqueologiaescolacamoes (acedido a 27.7.2023).
- 2. Mais informação em online em: https://apaiassociacao. wixsite.com/apai/projectos (acedido a 27.7.2023).
- 3. Um conjunto de publicações para a normalização do inventário do património cultural móvel, emitidos pelo Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) ou o Instituto Português dos Museus (IPM), actuais DGPC, dos quais destacamos as 'Normas Gerais' de 'Ciência e Técnica' e as normas para 'Etnologia', disponíveis para consulta online em http://matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/NormasInventario.aspx (acedido a 26.7.2023).
- 4. Contendo cinco volumes que promovem a participação colaborativa no inventário do património, salientando-se o 'Kit 01- Património Arquitectónico - Geral' e o 'Kit 03 -Património Industrial', disponíveis online em https://www. patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/ como-inventariar/ (acedido a 26.7.2023).
- 5. Desde os anos de 1980 que a APAI tem dinamizado diversos inventários de património móvel e edificado, por todo o país, mas principalmente na área Metropolitana de Lisboa e Centro, tendo criado novas ferramentas no âmbito do seu Grupo de Trabalho em Inventário do Património Industrial. Saiba mais em https://apaiassociacao.wixsite. com/apai/inventario (acedido a 26.7.2023).
- 6. Desta colecção vasta destacamos o volume "Understanding Historic Buildings: A Guide to Good Recording Practice". disponível online em https://historicengland.org. uk/advice/find/a-z-publications/ (acedido a 26.7.2023).

The relationship between local communities and their heritage

Castro Laboreiro as a case study

Diana Alexandra Simões Carvalho Mestre em História e Património (FLUP) Investigadora independente . dianacarvalho.pt@gmail.com . https://fornosdecastrolaboreiro.weebly.com

O presente ensaio tem por objetivo revelar os mecanismos subjacentes à relação entre as comunidades locais e o seu património, tangível e intangível, tanto no plano intelectual como emocional, através da análise das formas de vinculação afetiva, da perspetiva sobre o património enquanto propriedade ou bem material, e da sua utilização enquanto instrumento de atração turística. A primeira parte deste trabalho consiste numa abordagem teórica, seguida por uma segunda parte composta pela apresentação dos resultados obtidos durante o estudo de caso sobre a comunidade de Castro Laboreiro (2014-2017).

The present essay aims to unveil the mechanisms at work in the emotional and intellectual relationship, between a local community and its heritage, in terms of attachment style, as well as an asset or as an instrument of touristic attraction and entertainment, whether its tangible or intangible nature. After a brief theoretical approach, it will be presented a methodological instrument used during the research developed at Castro Laboreiro (2014-2017), and its results, which provide the necessary insight as a case study.

his essay seeks to answer questions concerning the relationship between local communities and their cultural heritage, in such a way to make it understandable for the general and academic public. This relation translates into an intellectual and emotional bond, or a connection, which in turn conveys the use of specific terminology as "cultural identity", "memory", "sense of belonging" or "ownership".

Such will be properly exhibited during the first section of this essay, where a theoretical base is built, through the answers to the questions: How is the connection forged?; Why is the community important?; How are cultural values transmitted to the outside?; Debunking the concept of "value in itself"; Can governments help the safeguard process?; Who is helping?; Is tourism a positive contributing factor?.

The responses sustain relevant information about how meaningfully the communities can relate to their heritage through their cultural identity, and what are the current strategies used to safeguard the tangible and intangible heritage, as well as how tourism plays as a contributing factor to sustainability or depletion of local practices.

To further illustrate the process of emotional and intellectual bonding that is established between people and their cultural inheritance, we resort to the case study of Castro Laboreiro local population. Informal interviews based on a carefully planned survey, were conducted in 2016-2017, allowing the people to talk at will, but aided with pre-determined questions to break possible communication barriers.

QUESTIONS THAT NEED ANSWERING

How is the connection forged?

Memory, identity, belonging, and tradition are intertwined concepts with that of cultural heritage, and it's selective process (Perlta e Anico, 2006). However, memory is the key contributing factor to maintain the past alive, while making it's renewal possible within every generation (Smith, 2006). Memories are often organized in main events, approved, and cherished by all (Torrico, 2006); thus, the notion of cultural heritage is strongly linked with the act of remembrance once it's rooted in the communities very core of cultural identity.

Through the act of communication - an exchange of memories is generated - which in return brings up shared life experiences - therefore creating unity, coherence and stability in turn creating a group identity (Smith, 2006).

Although the nature of memory is individual, the experience is not. Memory becomes a collective instrument for identity and commitment concerning cultural environment, and its preservation (Torrico, 2006).

Why is the community important?

The local community must be preserved as the structural entity of authenticity and "spirit" (sense) of the place, since the landscape that surrounds it is simultaneously a natural model and a shaped form for and by the people living in it: "Not only are landscapes inevitably physically shaped or altered by human cultural practices - and in that sense 'cultural', but they are also 'cultural' in the sense that the way they are conceived and understood dictates how they are managed and used" (Smith, 2006: 78).

The community and their daily life are the grounds that created, and rendered the sustenance of their heritage, in the first place. Only the community knows how to properly comprehend and handle its cultural objects, buildings, or traditions, how to keep them alive, and explain why it became necessary to be different from other cultural outcomes.

That is how authenticity is translated into reality, though authenticity does not mean "freezing" tradition or customs in time and space, as if they only have a pure form, but rather allowing it to change and fit the new necessities of the locals, while being anchored in their knowledge of the Past.

Authenticity is being true to the connection built with the past. And only the communities can better recognize the proceeding.

How are cultural values transmitted to the outside?

There are many ways of mediation, but education is the foundation. To educate is to endow a subject or an audience with knowledge, fighting ignorance and prejudice. Through cultural training activities such as museum visits, guided tours, informal conversations with the locals, or local workshops and experiences, the public learns how to respect and relate with other people stories, objects, places, and practices. It also intends to build a sense of constructiveness that actively helps the perpetuation of local traditions (Varine, 2012; Zanirato, 2009).

66

In this aggressively touristic era, communities are counting on all help to assure their heritage holds its form in the same manner that it came to them. It is never enough to stress that their heritage is their object of inheritance for future generations. Today I protect yours, tomorrow you will help protect mine. These notions contribute to sustainable and autonomous local development.

Debunking the concept of "value in itself"

It is crucial to realize that, before the construction of a scientific terminology, which today addresses heritage and culture, there were plenty of generations that gradually selected the most relevant cultural expressions, and practices, without resorting to proper inventory nouns, or research wording. Now, these generations, are being confronted with the notion of "cultural heritage" or "cultural identity", and these concepts often come with a broader notion of collective experience and property, a sense of free for all, which is toxic for the community's whole process of identity and ownership. Heritage as a concept should not superimpose ethical or moral notions, such as "value in itself" (Duarte, 2009).

Regardless, cultural heritage deserves everyone's attention, not because it belongs to everyone, but because it is everyone obligation to respect and help protect it.

In this aggressively touristic era, communities are counting on all help to assure their heritage holds its form in the same manner that it came to them. It is never enough to stress that their heritage is their object of inheritance for future generations. Today I protect yours, tomorrow you will help protect mine. These notions contribute to sustainable and autonomous local development.

According to António Ponte (2013), "communities living in the vicinity of cultural resources have a primordial, sometimes even determinant, importance in the protection and preservation of existing cultural resources" (Ponte, 2013: 87). Heritage implies recognition and value, and one can only implement and perform a protective strategy towards what is known and recognizable.

Can governments help the safeguard process?

In theory, the government, and the institutions responsible for safeguarding cultural heritage, should be the ones to implement specific training actions dimensioned for local populations. They should be designed to foster degrees of autonomy, defensiveness, and sustainability, preparing people to claim, protect and value their own legacy, using their own criteria, and in their best interest, as opposed to the tourist best interest, and as opposed to social exclusion, as Varine (2012) and Zanirato (2009) already argued.

However, Varine (2012) refers to this practice as an ideal, because most governments do not fully surrender the heritage to its community, while lacking the proper instruments and educational strategies or accessible language, about cultural heritage. Qualitative methods to build closeness with the population are seldom implemented, and the available pedagogical instruments do not contemplate entertainment, using the same matrix of knowledge transmission to all audiences, therefore destroying possible links between the local community and the publics (BABO, 2007), making the legacy unattractive or an object of evasion. This struggle for clearance between formal and non-formal narratives, is a concerning obstacle.

Who is helping?

Currently, museums are the main institutions capable to mediate formal, and informal narratives, which means, government or researchers, for example, and local populations or laypersons. Museums seem to play a profound role in the development and administrations of cultural training. They often conduct multidisciplinary educational strategies while being dependent on human and material resources that allow them to prepare for it. Objectively, there is no way around local populations for a museum to be born and to become a safe space for the deposit of goods or collections, as well as to lead research projects. They hold both merit and responsibility for transforming heritage into a circuit of information, pleasure, and development of skills. Their management deserves every gratification for their adaptability and skills of communication. To approach the public, and the local community, to diagnose both contexts and audiences, while defining strategic plans and providing human resources, is no easy task (Babo, 2007; Faria, 2006).

Is tourism a positive contributing factor?

Tourism contributes to the community continuity through the economic injection on local businesses, which helps improving its conditions, while developing, maintaining, or increasing their safeguarding strategies, and their availability to keep their heritage alive. Sustainable touristic polices are imperative iand should involve the communities that will foster them. Their elaboration must rely within



This case study is intended to demonstrate what is the affective and intellectual connection between the community and its cultural legacy. Informal conversations, and interviews (based in nine questions), were the preferred methods, since the population already knew and hosted the researcher amidst them, for several years.

the boundaries and potential the territory has to offer: "It is essential to observe the sensitivities of each community, to analyze its heterogeneity, its limitations of cultural and religious tolerance, the carrying capacity of the destination" (Ponte, 2013: 89). Otherwise, the impact of tourism may compromise the available resources and replace artisanal and traditional resources with industrialized solutions, thereby destroying the core values and unique characteristics of this destination (Ponte, 2013). As Alison Gill wrote, "In tourist communities, as in everything else, local opposition to growth is based on a perceived decline in quality of life" (Gill, 2007: 632). To prevent these negative impacts, local museums are fundamental managers, but they do have to prioritize the community, above all else (Babo, 2007: 1). In short, the goal is to maintain the balance between tourism, and the community (Ponte, 2013).

CASTRO LABOREIRO AS A CASE STUDY

Methodology

This case study is intended to demonstrate what is the affective and intellectual connection between the community and its cultural legacy, and how it works for, inwaards and outwards, socialization. Informal conversations, and interviews (based in nine questions), were the preferred methods, since the population already knew and hosted the researcher amidst them, for several years. This was an advantage which boosted the inquires to be more outspoken and straightforward. The questions were also sent to emigrated members, giving them the opportunity to share and participate. The objective was to collect information that would allow a "diagnosis" of the thoughts and emotions felt by the population towards their cultural assets. The topics listed below address the questions that have been raised, each accompanied by a brief argument.

1. Can you recall the most remarkable moments you lived in the past with your neighbors and family? And why?

This question was formulated to help reveal the social experience between the locals, knowing in advance that their social universe develops according to kinship and close relations.

2. Which of these moments no longer happen today? What happened?

The objective of this question was to activate their reasoning about their cultural evolution, and to understand which arguments were dominant in each generational set of surveyed people.

3. If you could bring some of those moments to the present day, which ones would you choose? And why?

This question highlighted experiences and unveiled the nature of the related emotions.

4. Nowadays, what do you like most to see happening in Castro Laboreiro?

This question aimed to understand if the notion of cultural heritage was known to the inhabitants, through specific examples.

5. In which places of Castro Laboreiro do you most like to walk, or visit?

The point was to understand if there is, still, any emotional relationship with the territory, through their leisure routine. Notion of

cultural heritage was known to the inhabitants, through specific examples.

6. What did you restore or build in Castro Laboreiro for your community?

The purpose of this study was to gain a deeper understanding of whether the community still identifies as a unified group. It also aimed to verify the consistency of previous responses with the answer to this question. This is because if the previously studied concept of community contradicts this case study, then the reactions and responses to the proposals made through this questionnaire should all reflect a collective concern

7. What do you feel for Castro Laboreiro, as a territory?

This is a very direct inquire. The goal is to see if it is possible to dissociate one factor from another.

8. What do you feel for the community of Castro Laboreiro?

This is as objective as the previous question, however, it may have different outcomes, because it may be interpreted in different lights: both the feelings for the community as a part or as an excluded element, and/or the feelings towards him or herself whilst part or as an excluded member.

9. Observations/Opinions you want to express.

This was a space for intellectual discussion and a space for qualitative conversation.

The surveys were treated impartially, and the answers copied exactly, only sometimes aided by parallel research notes.

Results and conclusions

It was possible to interview 30 participants, spread amongst the 41 settlements in the 89 km² of Castro Laboreiro's territory and its village. AA sample that allowed a further understanding on how their emotional bonding works towards their cultural assets and landscape. The responses were always underlined by a tone of ownership, even on the part of those who are emigrated, or currently reside in another place.

The surveyed people demonstrated that their cultural assets and estates are inseparable from their social experiences, that they are naturally coupled with their cultural expressions. It seems impossible to dissociate an experience from a specific place, whether it is their birth home, a dam or a path to another settlement, or from a specific object, like their farming tools or their traditional black cloak.

It was noted that the majority values the moments of celebration, feast, and interaction, at work or at leisure. The surveyed villagersnurture a nostalgia for agricultural seasonality when the collective effort was an imposition, but that helped everyone survive and get through rougher times, while promoting and fostering good relations between neighbors and settlements.

The respondents blame inequal economic growth and the development of local political parties during the 1960's as negative factors, and fracturing conditions, between a past time of morality and values, and an individualistic Present, which are perceived as the doom of communal life.

The answers are, in this sense, of great dramatism. They also pointed out the outside newcomers that have established themselves in Castro Laboreiro as another contributing factor for the destruction of their traditions, since they don't actively participate or contribute to the continuity of their agriculture activities, and do not promote social interaction and togetherness within the community.

They welcome tourists for their ability to activate the economy and because they help maintain the symbols of the parish, such as the castle, or the church.

There was a repeated desire to reunite all relatives and neighbors, thus resuming the annual routine of agricultural work, herding, folk dancing, and weddings, one of the main suggestions being the creation of a space that would bring people back together and reconcile them from their previous enmities. Castro Laboreiro already has a civic center, but its agenda is dominated by the winning political party at a given moment.

The words most often used to characterize the relationship between members were "betrayal," "hypocrisy," "lack of word of honor," and "falsehood." The emotional "status" of the community towards itself is depressing, aggressive, passive, and yet, nostalgic.

In the section devoted to their own thoughts about heritage, the most common repplies was that without the castle, the bread oven, the water mill, the church or the spiritual check points, denominated as "alminhas", no one would know the history of the parish, making the community undefined. This came as a brutal conclusion and a validation of what researchers have been defending and publishing.

In short, this community feels denigrated and condemned also by the loss of inhabitants, but values everything that can be a projection of its collective past experiences. It becomes urgent to uplift their ego and their spirit, with projects and activities that help the community mingle within itself again. The ways this can be achieved were already object of discussion in previous points, but is never too much to reinforce that education, cultural training, civil awareness, ethnographic recreations, and environmental investments in the territory, related to agriculture and grazing. They miss the fields of rye, the turnips, and potatoe plantations. They long to see the fields filled with goats and sheep. They still crave the artisanal chocolate that came from Galicia, and from their own chocolate factory.

Not only would this be a cultural dynamic well accepted by the local community, but it would also foster economic, autonomous, and sustainable development.

LAST NOTES

Having been able to draw these conclusions, it is possible to conclude that this survey had some success within the community, since there were no refusals to respond it or fill it out. Overall, there was a positive willingness to participate. It was also possible to draw conclusions about the question that was intended to be answered, as well as to analyze the changes

in cultural values in the last three generations.

Lastly, it became evident the community valued these moments of dialogue, thei cherished to possibility of sharing and asserting themselves.

It is hoped that this essay helps their cultural survival and continuity.

REFERENCES

Babo, E.; Guerra, P.; Quintela, P. (2007). Estruturas museológicas, desenvolvimento, envolvimento e participação local: uma aproximação a alguns casos portugueses. Transpondo Fronteiras, Livro de Atas das IX Jornadas Departamento de Sociologia da Universidade de Évora. Évora: Universidade de Évora. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/53658.

Duarte, A. (2010). O desafio de não ficarmos pela preservação do património cultural imaterial. Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola (SIAM) (p. 42-62). Universidade do Porto. Faculdade de Letras. https:// repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/23630.

Duarte, A. (2010). The contemporary way to protecting heritage or, the only way for heritage to serve the development of communities. Heritage 2010: heritage and sustainable development. International Conference Proceedings Book, vol. 2. (855-864). https://sigarra.up.pt/faup/en/pub_geral.pub_view?pi_ pub base id=73571.

Faria, M. L. de. (2005). Trajectórias sociais e representações de "património": breve apresentação de um estudo de caso. In E. Peralta: M. Anico (eds) Patrimónios e Identidades. Ficcões Contemporâneas (p. 55-64). Celta Editora. https://www.animar-dl.pt/ site/assets/files/5583/peralta_elsa_e_marta_anico_introducao in.pdf.

Gill, A. (2007). Turismo, Comunidades e Gestão de Crescimento, Compêndio de Turismo (p. 631-646). Instituto Piaget.

Peralta, E.; Anico, M. (eds.) (2006). Patrimónios e identidades: ficções contemporâneas. Celta Editora.

Ponte, A. M. T. da. (2013). O turismo cultural e as comunidades Locais. O contributo dos Museus no Norte de Portugal para uma dinamização do Turismo Cultural (p. 87-90). FLUP. https://hdl.handle. net/10216/74457.

Smith, L. (2006). Heritage as a Cultural Process. Uses of heritage (p. 44-84). Routledge.

Torrico, J. A. (2005). Patrimónios e discursos identitários. In E. Peralra; M. Anico (eds.) Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas (p. 21-34). Celta Editora. https://www.animar-dl.pt/site/assets/ files/5583/peralta_elsa_e_marta_anico_introducao_ in.pdf.

Varine, H. de (2012). As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local. Medianiz.

Zanirato, S. H. (2006). Patrimônio para todos: promoção e difusão do uso público do patrimônio cultural na cidade histórica. Patrimônio e Memória. v. 2 (2). p. 78-97. https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/ article/view/50/446.

Zanirato, S. H. (2009). Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural. Patrimônio e Memória, v. 5 (1), 137-152. http://pem.assis.unesp.br/ index.php/pem/ article/view/145/0. Natural. Patrimônio e Memória. V5 (N1), 137-152. http://pem.assis.unesp.br/ index.php/ pem/article/view/145/0.



Consultoria e Projeto em Reabiliação do Património e do Edificado

Levantamentos | Inspeção e Diagnóstico | Ensaios | Monitorização | Estudos de Segurança Estrutural e Vulnerabilidade Sísmica | Fiscalização

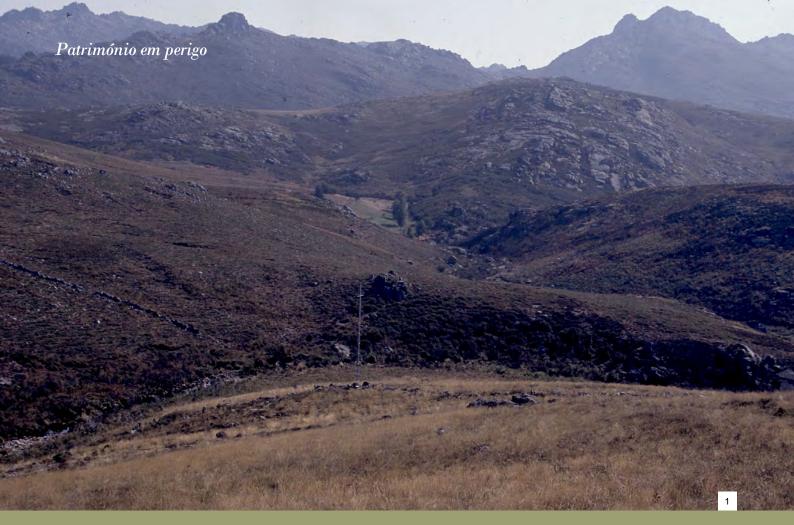
Consultoria e Projetos de Especialidades de Engenharias

Através do Scan do QRCode pode ver o nosso portfolio, seguir-nos nas redes sociais e interagir connosco!

Teremos todo o gosto em conhecê-l@. Até breve!

Equipa Ferreira Lapa





As construções de falsa cúpula e os brandeiros de Santo António de Vale de Poldros e Aveleira

Antero Leite ACER – Associação Cultural e de Estudos Regionais

A zona norte-ocidental da serra da Peneda constitui uma sub-unidade biogeográfica de importância relevante. O seu território é parte do Maciço Hespérico, ou Maciço Antigo, de cuja tectónica herdou a sua configuração morfológica. Foram os intensos movimentos tardihercínicos (entre 310 e 210 milhões de anos) que explicam a génese dos enrugamentos e a constituição geológica da região (Coudé Gaussen, 1981). Deles resultaram elevações montanhosas possuindo alguns escarpados e cimos penhascosos.

O SÍTIO

As principais cotas situam-se em Giestoso (1335 m), Gontim (1203 m), Picos (1255 m), Fojo (1289 m), Outeiro Alvo (1314 m) e Penameda (1268 m). Vales profundos (os dos rios Mouro, Trancoso e Laboreiro) seguem as linhas de fractura e as zonas de aplanamento situam-se a mais de 1000 m de altitude enquanto outras se estabeleceram a vários níveis inferiores (figs. 1 e 2).

Sob o ponto de vista geológico, a zona apresenta uma extensa mancha de "granito de duas micas" (ou "granito do Soajo"), de grão médio ou grosseiro que se estende até às margens do rio Minho. Outra mancha - a do "granito do Gerês" (porfiróide, com megacristais de feldspato alcalino predominando a biotite) surge entre a Bouça dos Homens e Castro Laboreiro (idem, ibidem: 64). Estas duas manchas principais são intercaladas por formações em banda de xistos pelíticos e quartzosos (Carta Geológica de Portugal, Folha 1B).

O fenómeno glaciário na Peneda foi objecto de um estudo por Geneviéve Coudé-Gaussen que o datou do Quaternário (Wurm III), com duração compreendida entre 57 000-30 000 anos. Sustentou a existência, no Vale da Ribeira de Muadoira (fig. 5), de uma zona de acumulação morénica comprovada pela presença de blocos de rocha arredondados que teriam sido transportados por língua glaciar, cuja origem, aquela investigadora, supõe ter sido o alvéolo da Bouça dos Homens (Coudé-Gaussen, 1981).

Na Cabeceira do Vale do Vez a sua antiga glaciação prova-se pelo perfil em "U" alargado, existência de moreias laterais, penedos aborregados e blocos graníticos erráticos sobre solo de xisto (afloramentos na zona da confluência do rio da Aveleira com o rio Vez, na encosta de S.ª da Guia, nas proximidades da capela da S.ª da Guia) (Ramos e Moreira, 2001).

A Peneda é atravessada por uma intrincada rede de corgas e regatos, que alimentam os rios Trancoso, Laboreiro e Mouro e estes, por

sua vez, são tributários do Minho. Definem vales com denso coberto vegetal e arbóreo contrastando, pela cor, no cinzento da penedia envolvente. Aqui, agarradas às margens, encontram-se tufos de vegetação onde desponta a grinalda-de-noiva (Spirae hypericifolia, L) entremeando o salgueiro-anão (Salix repens, L) e o vidoeiro (Betula pubescens).

Constituem espaços de abrigo para numerosa fauna ornitológica. As linhas de água permitiram ainda a ocupação humana e a transformação do solo em terrenos cultivados (lameiros, barbeitos e socalcos). Uma elevada pluviosidade (superior a 3000 mm em alguns sítios) a acrescer ao degelo da Primavera contribui para o engrossamento dos caudais.

Do primitivo revestimento florestal subsistem manchas de carvalho negral (Quercus pyrenaica) em zonas de grande altitude (entre os 1200 e os 1400 m) protegidas da intrusão humana por dificuldades no acesso e condicionantes legais. O carvalho alvarinho (Quercus

- 1 | A serra da Peneda.
- 2 | O vale do rio Mouro.





3 | Abrotea. 4 | Vale da Muadoira. 5 | A mata de vidoeiros de Lamas de Mouro.

6 | Espaço agrário.





robur, L) é relativamente mais abundante em zonas abrigadas de altitude média. Coníferas ocupam espaços altos sendo de destacar a mata de vidoeiros em Lamas de Mouro (fig. 4). O bordo comum, ou padreiro (Acer campestre, L) e o Acer pseudoplatanus, L encontram-se nos sítios ensolarados e abertos mergulhando as suas raízes em terrenos humosos. Já o teixo (Taxus baccata, L) é mais raro e os poucos exemplares ainda sobreviventes podem ver-se com maior frequência a sul de Castro Laboreiro.

A área florestada da Peneda é, hoje, diminuta em relação ao conjunto do território. A sua evolução foi, no passado, influenciada pela utilização das madeiras e hoje a ocorrência de fogos constitui o principal factor do desaparecimento dos bosques. Os matos resultantes ocupam cada vez maior superfície embora se lhes reconheça valor ecológico pelas espécies florística e faunística que encerram.

Nos matos de média e baixa altitude e entre os tojais emerge o tojo molar (Ulex minor, R), o tojo bravo ou arnal (Ulex europaeus, L). Nos urzais abunda a torga (Erica Umbellata, L) e a queiró (Calluna vulgaris, L).

Nas terras altas, a cobertura rasteira é valorizada pela ocorrência do zimbro-anão (Juniperus communis, L), da urze vermelha (Erica australis, L) e em determinadas áreas mais restritas surge a margariça (Erica tetralix, L) e a Drosera rotundifolia. A abrótea (fig. 3), uma espécie endémica, surge nas zonas planálticas. Segundo o investigador João Gonçalves da Costa, "as plantas da Aveleira distribuem-se em substracto arbóreo, arbustivo e herbáceo".

substracto arbóreo incluem-se a Aveleira, Azevinheiro, Bidoeiro, Carvalho, Castanheiro, Cedro de Oregão (restos de florestação), Freixo (nas linhas de água), Medronheiros, Pinheiros (alguns restos dos fogos), Pseudotsuga (restos da florestação), Salgueiros (nas linhas de água).

No substracto arbustivo encontram--se o Arando (Vaccinium myrtillus L.), a Daboécia, o Espinheiro (Crataegus monogyna Jacq.), Giestas (várias espécies), Murta (Myrtus communis L.), Pilriteiros (Pyrus pyraster Burgsd.), Piorno (Genista florida L.), Sanguinho (Rhamnus frangula L.), Silvas (várias espécies de Rubus), Urzes (várias espécies de Erica e Calluna vulgaris Hull).



O subtracto rasteiro (herbáceas, bolbosas, vivazes, rizomatosas, etc.) é constituído por mato: tojos (arnal, molar, de arranha-lobos e micranto), as silvas, as urgueiras (ericas, caluna, daboécia), o sargaço, várias gramíneas, juncos, fetos, abróteas, cravo do monte, carqueja, feto dos montes, erva sete sangrias, tuberárias, ranúnculos ou botão de ouro, giestas, normalmente brancas, várias bolbosas, especialmente Scilla sp., Leucojum sp., Simethis sp., Crocus sp., Narcissus sp., etc. (Costa, 2001: 58-59).

Em 2001 encontravam-se em situação de raridade: a Abrótea (Asphodelus ramosus L.), o Amieiro (Alnus glutinosa L.), a Angelica (Angelicastrum L.), o Arando (Vaccinium myrtillus L.), a Arnica (Arnica montana L.), o Azevinho (Ilex aquifolium L.), o Cárice de Brotero (Carex broteriana G.Sampaio), os Carvalhos (Quercus pyrenaica Willd e Quercus róbur L.), o Cedro de oregão (Chamaecyparis lawsoniana, Murray Parl.), o Cervum/Nardo (Nardus stricta L.), o Medronheiro (Arbutus unedo L.), o Freixo (Fraxinus augustifolia Vahl), o Galocrista (Rhinantus minor L.), o Junco (Juncus squarrosus L. e outros), as Orquídeas (Dactylorhiza elata. Pourr.), o Ossigrafo (Narthecium ossifragum Huds.), a Paridisea Iusitânica. (P. Coutinho, G. Sampaio), o Piorno (Genista florida L.), os Salgueiros (Salix atrocinerea Brot., S. Slavifolia Brot.),

a Saxígrafa (Saxigrafa spathularis Brot.), as Urzes/Urgueiras (Erica tetralix L. e outras), o Vidoeiro/Vido (Betula celtibérica Rothm & Vas.), a Violeta da água (Viola palustris L. subsp. Juressi K. Wein, P. Cout.) (Idem, ibidem: 60).

Goncalves da Costa enumerou ainda, entre outras, as seguintes plantas medicinais que os brandeiros utilizavam para tratar as suas doenças: carqueja, urzes e urqueiras, violetas bravas, madressilva, feto macho, canabraz, seixebra, tormentelo, feno de cheiro, urtigas, milefólio, conchelos, calta, cidreira, Abrotea Ramosa e A. paniculada, macela ou mançanilha, sargaço, camomila, torga, erva de S. Roberto, giesta branca, tojos, pilriteiro, escalheiro, castanheiro, arroz dos telhados, pinheiro bravo, sabugueiro, silvas ou sarças, sobreiro, gramíneas, trevos, panasco, codesso, dedaleira, cravo do monte, boninas, azedas, anémona (Idem, ibidem).

A multiplicidade dos biótopos existente nesta zona contígua ao Parque da Peneda-Gerês, aliada a factores climáticos, explica a grande diversidade de espécies faunísticas. Segundo um relatório elaborado pelo ICN (Instituto da Conservação da Natureza), foram recenseados no Parque 235 espécies de vertebrados, dos quais 204 são protegidas ao nível nacional e internacional por convenções e legislação específica. Setenta e uma

pertencem à lista de espécies ameaçadas do Livro Vermelho de Vertebrados de Portugal (ICN, 2000-2006).

"Relativamente à avifauna estão identificadas 147 espécies. A diversidade deste grupo varia consideravelmente ao longo do ano e entre diferentes habitats presentes no parque pelo facto de muitas destas espécies serem migradoras. Salientam-se pelo seu estatuto de conservação e / ou pela reduzida área de distribuição em Portugal a águia-real (Aquila chrysaetus), a gralha-de-bico-vermelho, (Pyrrhocorax pyrrhocorax), o bufo-real (Bubo bubo), o falcão-abelheiro (Pernis apivorus), o cartaxo-nortenho (Saxicola rubetra), a escrevedeira-amarela (Emberiza citrinella), o picanco-de-dorso-ruivo (Lanius collurio), e a narceja (Gallinago gallinago) (idem, ibidem)."

Ainda segundo o mesmo documento do ICN, "dos invertebrados, destacam-se, pela sua importância em termos de conservação, duas espécies de borboletas (Euphydryas aurinia e Callimorpha quadripunctata), um escaravelho (Lucanus cervus) e um gastrópode (Geomalacus maculosus). Espécies associadas aos cursos de água como a toupeira-de--áqua (Galemys pyrenaicus), a lontra (Lutra lutra), o melro-de-água (Cinculus cinculus), o lagarto-de-água (Lacerta schereiberi), a rã-ibérica (Rana iberica) e a salamandra-lusitânica (Chioglossa lusitanica) (idem, ibidem)."



A OCUPAÇÃO HUMANA

A humanização da paisagem do noroeste sempre esteve intimamente relacionada com o aproveitamento dos recursos naturais.

Os agregados implantaram-se em lugares propícios à pastorícia e à agricultura (fig. 6). A existência de água, a orientação em relação à exposição solar, o abrigo dos ventos e a proximidade de bosques para obtenção de lenhas, foram, entre outros, factores determinantes na escolha do "habitat".

O povoamento é concentrado (fig. 7) dispondo-se as casas em núcleos rodeados de campos de cultivo que assumem formas diferentes conforme o relevo do terreno: bouças e hortas, de regadio nas zonas baixas de aluvião; socalcos bordejando as curvas de nível na meia encosta; barbeitos e lameiros nas terras altas, onde se pratica uma agricultura de sequeiro produzindo o centeio, batata e se cria o feno para os animais estabulados no Inverno.

Existe uma particularidade no modo de vida das populações condicionado pelos ciclos agrários: a transumância e ocupação sazonal a diferentes cotas de altitude. Embora menos praticadas que no passado, ainda hoje, na primavera, dirigem-se para as 'brandas' de altitude onde fazem as sementeiras

regressando depois às "inverneiras" e "lugares fixos", situados a cotas inferiores, onde residem. Outrora, a permanência nas "brandas" prolongava-se de Março a Dezembro pelo que as casas estavam dotadas de algum conforto e eram equipadas com a mobília trazida em carros de bois. Hoje, com a melhoria dos transportes e das estradas, o regresso às "inverneiras" e "lugares fixos" dá-se, quase sempre, ao fim do dia utilizando tractores e automóveis.

SANTO ANTÓNIO DE VALE DE POLDROS

História e vida do brandeiro

Nos séculos XII e XIII, Val de Poldros estava integrado na área dominial do Mosteiro de Fiães onde os monges exploravam propriedades por aforamento.

Bernardo Pintor encontrou no "Cartulário" monástico documentos datados dos séculos XII e XIII fazendo referência a foreiros de Aveleira e Val de Poldros citado como aldeia. pelo que, na sua opinião seria povoação fixa (Pintor, 1981: 20-21). Os monges cistercienses teriam aforado terras a pastores. No "Inventário" de 1834, que se encontra depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no relativo aos rendimentos do couto do Mosteiro de Santa Maria de Fiães, a pastorícia figura como a principal origem dos foros em espécie (ANTT, 1834-P. B: 1-11).

Santo António de Vale de Poldros é referida, em 1320, "durante o reinado de D. Dinis, quando foram doadas terras desta branda ao capitão da Guarda Real, Paio Rodrigues Araújo, para a criação de gado cavalar."

A pastorícia terá sido, portanto, "a actividade económica inicialmente desenvolvida nestas paragens, sendo o topónimo Val de Poldros condicionado por esse passado remoto, pois a forma poldro ou poldra é a designação popular da cria da égua, em vez de potro termo mais corrente." (Cerqueira, 1997/1999: s/p). O pastor conduzia o gado para os prados e lameiros, alguns situados nas encostas (fig. 8) e onde a cobertura em erva era irrigada por um sistema de regos distribuindo a água em finas camadas uniformemente, de modo a evitar a erosão e mantendo sempre húmida toda a superfície.

Com o evoluir dos tempos, a população começou a reconhecer outras potencialidades à branda e a explorar os seus recursos, sobretudo durante a estação quente, já que no Inverno o clima era mais adverso.

"Até meados do nosso século, durante a época estival, mais propriamente entre Março e Setembro, era comum um membro de cada



família com propriedades na branda subir para aí pastorear o gado, utilizando na sua estadia a "cardenha" enquanto os restantes familiares ficavam atarefados com os trabalhos agrícolas." (Cerqueira, 1997/1999: s/p).

Por vezes descia sobre os montes espesso nevoeiro e o pastor para se orientar servia--se das "mariolas", ou também chamados de "castelinhos" (fig. 9), pequenos marcos sobre a forma de pirâmides em pedra seca que assinalavam o percurso até às pastagens (Sapo, 2022).

O pastor permanecia na "branda" durante dois dias, ocupando as "casas de brandeiros" ou as cardenhas que lhe oferecessem boas condições de habitabilidade.

"Na branda de Santo António, acabou por nascer uma aldeia constituída por dezenas de «cardenhas», onde se organizava, durante alguns meses no ano, uma comunidade rural formada por elementos de diferentes freguesias (Tangil, Riba de Mouro e Merufe).

Paralelamente ao pastoreio, desenvolveu-se uma agricultura de subsistência cujos principais produtos eram o centeio, a batata e o linho mourisco. A montanha fornecia a lenha e a carqueja para a lareira do brandeiro e o tojo necessário para a cama dos animais. Sempre que o trabalho exigia, os restantes membros



da família e alguns vizinhos mais solidários deslocavam-se à branda por altura das sementeiras e das colheitas.

As batatas eram plantadas em Março ou Abril e colhidas em Setembro, pela Romaria da Senhora da Peneda. Parte dela permanecia na serra, juntamente com a semente, guardada em buracos isolados e apenas alguns quilos eram trazidos para a aldeia. Pelo São

7 | Branda da Varziela..

8 | Santo António de Vale de Poldro (lameiros).

9 | Uma "mariola" ou "castelinho". © PNPG2020

Património em perigo







10-12 | Santo António de Vale de Poldros (cardenha).

- 13 | Santo António de Vale de Poldros (cardenha). Pormenor de corniia.
- 14 | Santo António de Vale de Poldros. Entrada de cardenha.
- 15 | Cardenha com "bezerreira".
- 16 | Chozas no Vale de Jerte Serra de El Torno. Alberjerte (Cáceres, Espanha)
- 17 | Castelo de Vide, chafurda (Oliveira et al. 1988:f.154)
- 18 | Castelo de Vide, chafurda (corte). (Idem. idem: des. 37: 159)

Bento eram organizadas as segadas do feno que implicavam o envolvimento de todo o clã familiar. Os homens iam para a serra e lá pernoitavam até que ainda de madrugada começavam a ceifar, e, só mais tarde, é que chegavam as mulheres com as crianças para estender o feno."

De Setembro a Maio, os terrenos ficavam em pousio e serviam de pasto para o gado, o qual era fundamental para o equilíbrio da estrutura familiar, pois os animais ajudavam no trabalho dos campos, no transporte de pessoas e mercadorias, forneciam o leite e procriavam, sendo a venda das crias um meio de subsistência para os brandeiros.

Por volta de 1950, devido à emigração, deu--se um envelhecimento progressivo da população e duas décadas mais tarde, a situação agravou-se com a florestação dos baldios tendo os brandeiros abandonado quase por completo este sistema de transumância." (Cerqueira, 1997/1999: s/p).

A habitação

Na branda de Santo António de Vale de Poldros existem dois tipos principais de construção: as cardenhas e casas serranas.

Cardenhas

As cardenhas possuem planta quadrada ou rectangular e falsa cúpula. Os paramentos, em granito de grão grosseiro, são constituídos por blocos de pedra seca com escassilhos nos intervalos. A cobertura compõe-se de lajes sobrepostas, sendo recobertas por terra e tufos de vegetação (fig. 10). Em algumas cardenhas as lajes foram assentes muito justas assumindo a cobertura, por vezes, a forma tronco-cónica ou em pirâmide (fig. 11). A inclinação é acentuada com o propósito de fazer o escoamento rápido das águas pluviais e evitar a acumulação de neve que ocorre com frequência nestas paragens.

A cobertura organizava-se pelo processo de "estreitamento concêntrico de fiadas pétreas", ou seja, a partir do cimo dos paramentos da base sobrepunham-se lajes graníticas, com rude aparelhamento, em camadas circulares, colocadas paralelamente com ligeiro avanço umas das outras de modo a estreitarem cada vez mais o cume que se reduzia a uma pequena abertura coberta por uma laje revestida por torrões e vegetais (fig. 12).

A falsa cúpula

A transição entre a secção quadrada, rectangular ou circular das paredes e a "falsa cúpula" podia ser demarcada por fiada horizontal de lages formando cornija (fig. 13), mas esta nem sempre ficava bem definida exteriormente quando a cobertura era revestida com terra e vegetais. Estas construções possuem um ou dois pisos separados por pavimento em grandes lajes de pedra ou raramente em madeira assente em vigas e

pilares. O destinado aos animais era térreo com cama vegetal e o piso superior, onde o brandeiro habitava, destacava-se pela sobriedade em conforto apenas dispondo do leito, lareira e algumas prateleiras ou aberturas na parede para colocação de pertences. A iluminação fazia-se por candeeiro a petróleo e candeias.

O acesso às duas entradas, delimitadas por ciclópicas padieiras e ombreiras (ou tranqueiras) faz-se por alguns degraus em grandes pedras em bruto ou toscamente aparelhadas (fig. 14). Não existem janelas ou quaisquer outros vãos para além das portas. Estas, em madeira, giravam por couções cujas fendas e buracos ainda se vêem nas padieiras e soleiras de algumas casas. As cardenhas são, por vezes, delimitadas por muro oval baixo, em pedra seca, que encerra um espaço destinado a curral de animais - a "bezerreira" (fig. 15).

Os trabalhos para erguer estas construções deveriam ter sido executados por grupos com funções distintas: o que extraía a pedra das rochas, o do transporte até ao local da construção, o do desbaste do granito para formar blocos e lajes, o dos pedreiros que levantavam as paredes com conhecimento do processo de travamento implicando por vezes o emprego de juntouras e com prática de cobertura em falsa cúpula sendo o levantamento desta supervisionado por quem possuía o saber - fazer indispensável à sua execução de modo a ficar a descarregar sobre as paredes laterais.

A construção em falsa cúpula surge em outros pontos do Alto Minho (Arcos de Valdevez, Castro Laboreiro), no Centro (Beira) e no Sul do País no Alentejo (Oliveira et al, 1988: 145-174). Em Espanha, no Valle del Jerte (Cáceres) (fig. 16), e em Córdoba, constituem a cobertura das chozas e das barracas





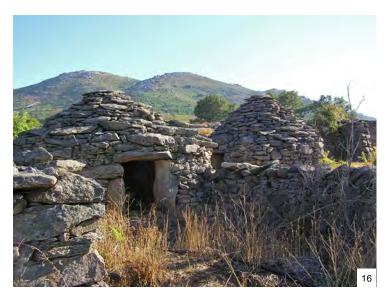


na Catalunha. Pela Europa espalham-se por países mediterrânicos (desde Marrocos à Grécia), centro e norte de França, Irlanda e Escócia (Catarino, 2013: 36, mapa fig. 1).

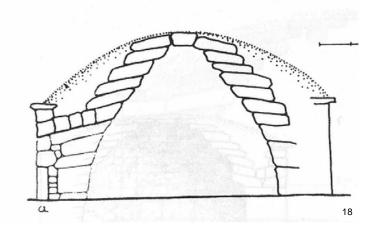
Com as chafurdas alentejanas, podem apontar-se similitudes e diferenças em relação às cardenhas. Nestas, o exterior da cobertura apresenta sobreposição de rudes lages estreitando-se até ao cimo e intervaladas de terra e vegetais. As chafurdas, também com planta quadrangular ou circular, são cobertas por espesso revestimento em terra formando calota esférica larga (fig. 17). Contudo, o seu interior é de igual modo revestido por lajes sobrepostas concentricamente em falsa cúpula partindo do piso (fig. 18) enquanto que nas cardenhas ela inicia-se no remate das paredes que pode assumir a forma de cornija mais ou menos pronunciada.

A origem histórica destas construções tem suscitado interpretações várias. Jorge Dias, em Abrigos pastoris na Serra do Soajo, refere ter encontrado na Portela do Mezio "grupos de habitações ciclópicas" com "casas de planta rectangular, construídas com grandes blocos bem encastelados mas pouco eficientes contra as intempéries. [...] Estas casas fecham também em falsa abóbada, que quase toma uma forma piramidal..." (fig. 19) (Dias, 1949: 352).

O etnólogo considera pertencerem a uma branda utilizada por "aqueles a quem é confiado o gado que vai pastar para a serra e aí permanece uma temporada". Não datou as construções mas considerou-as "entre as formas mais arcaicas da construção e relacionam-se com as habitações primitivas do género humano." (Idem, ibidem: 354). Em outro artigo sobre as Choças de Cabeçudos, Jorge Dias enquadrou-as "na linha das construções circulares pré-célticas e de origem não indo--europeia." (Dias, 1948: 166). Ernesto Veiga de Oliveira, em Construções primitivas em







Portugal, alude que "a maioria dos autores considera o sistema de construção em falsa cúpula de grande antiguidade."

Cita André Varagnac, que "assinala o seu aparecimento já no IV milénio a.C., na cultura mesopotâmica de Arpachiya, em edifícios - templos, túmulos ou fortalezas - que podem entender como protótipos longínquos dos "tholoi" do Egeu. De facto, ele apresenta-se hoje historicamente como um aspecto do fenómeno geral do megalitismo ocidental, o qual a partir, do Próximo Oriente, seguiria a mais das vezes as direcções da expansão neolítica, em jorros de longo alcance que acompanharam certas fases da difusão do cobre, e que em grande parte se processa pelas vias marítimas: Mediterrâneo, Atlântico e Mar do Norte» (Oliveira et al, 1988: 183).

Fernando Cerqueira Barros, em dissertação apresentada na Faculdade de Arquitectura do Porto, sustenta que "os mais antigos vestígios que nos apontam para a existência deste tipo de construções remontam ao período castrejo" e fundamenta essa conclusão com o exemplo de um "abrigo de animais" do Castro de São. Miguel-o-Anjo, estudado pelo arqueólogo Félix Alves Pereira (Barros, 2010-2011: 225).

A origem castreja poderá ter fundamento atendendo à contribuição da "civilização da pedra" (meados do século V a.C. ao século II d.C.) em muitos testemunhos de arquitectura existentes nos povoados fortificados ("castros") do noroeste peninsular.

Segundo Guy-Roland Galy, "a falsa cúpula com mísulas aparece na Idade do Ferro nos oppida do sul do Mediterrâneo. É assim que vários autores concordam em atribuir aos celtas os estábulos de pequenas dimensões que se apoiam nos recintos de pedra seca da Baixa Provença." (Galy, 1964: 57-69).

Mais recentemente, Manuel C. Teixeira afirmou que "a falsa cúpula não deve ser tomada como produto da evolução dolménica em paragens ocidentais, porquanto esse elemento aparece apenas num dado ciclo da vida primitiva e em determinados centros - alguns muito

afastados e de difusão restrita - tudo levando a crer que se trata de uma importação, tanto mais que o sistema do arco e da abóbada de avançamento se emprega no Oriente desde remota idade." (Teixeira, 2016: 54).

Em nosso entender, as cardenhas de Santo António de Vale de Poldros representam um estádio da evolução no erguer de construções em pedra seca no Alto Minho que se teria iniciado no Megalitismo com os dolmens e mamoas, podendo existirem pela serra alguns abrigos de pastores datados daquele período por denunciarem carácter ciclópico e um saber construir rudimentar.

Desconhece-se em que época e culturas se verificou o aperfeiçoamento na arquitectura das cardenhas, sobretudo com o alteamento das construções (fig. 19). Só com a realização de escavações arqueológicas nas cardenhas se poderão obter conclusões.

Casas serranas

As casas serranas desta branda possuem planta rectangular e dois pisos, paredes em alvenaria de pedra seca e aparelho irregular, embora existam algumas em perpianho. As coberturas têm duas águas com forte inclinação e revestidas a telha marselha ou de meia cana, depois de terem sido, em tempos, cobertas a colmo preso no capeado das empenas (fig. 21). Como vãos dispõem de algumas pequenas janelas, a porta da corte dos animais no piso térreo, a entrada no piso sobradado para a qual se acede por alguns degraus ou por rude escadaria em pedra frontal ou adossada à parede da fachada. A chaminé não existe saindo os fumos da lareira pelas telhas não havendo forro. Os paramentos em pedra aparelhada possuem cunhais bem definidos, o que contrasta com os das cardenhas, que se compõem de blocos de pedra seca sobrepostos e intervalados por escassilhos (fig. 22).

A divisão do espaço interior compreende no piso térreo a corte do gado e no piso superior a habitação do brandeiro com pavimento em tabuado e dois compartimentos: a cozinha com lareira e o quarto.

A BRANDA DA AVELEIRA

A Aveleira foi branda de Gave com transumância já referida nas Inquirições pelos "foros cedidos na serra" (fig. 23). José Rodrigues Lima, no início da década de 90 do século XX, ainda podia constatar o viver do brandeiro: "Ainda o dia vem longe e ele, meio estremunhado, solta o gado para o monte que fica adjacente. Enquanto os animais vão retouçando as marrafas de erva que encontram por entre o tojo agreste, até que a mosca e o calor os atacam, obrigando-os a regressar aos cortelhos, o brandeiro vai segar a erva dos arredores dos lameiros para deitar ao gado enquanto permanece na corte". O mesmo antropólogo teve também oportunidade de ver no interior das cardenhas: "a lareira, as trempes, a gamela, a chicolateira, o corno, as gadanhas, o mascoto, o ripanço, o arado de pau, a grade, utensílios de pesca e outros testemunhos de vivências diferentes e singulares". Dos brandeiros com quem conversou ouviu-os falar de "labores feitos com lugões, couçoeira, tarambelho, bezerreira, e de sustos quando o gado se tresmalha". Soube do que comiam: "Água de unto ao pequeno almoço; caldo de farinha; batatas partidas a meio, descascadas depois de cozer e servidas num prato (vinagre, azeite, cebo); ou com postas de bacalhau; sopas ou caldo de leite." (Lima et al, 2001).

A José Rodrigues Lima se deveu também o impulso para a realização anual do Dia do Brandeiro no primeiro sábado de Agosto. Iniciou-se a 7 de Setembro de 1996, dia em que foi apresentada a Declaração Patrimonial Sto. António de Vale de Poldros e Aveleira, que subscrevemos, propondo para estas brandas a classificação de "paisagem protegida".

Defendia-se:

- A florestação equilibrada com espécies autóctones e protegidas, como o carvalho, o vidoeiro, o castanheiro, o azevinho e outros;
- A criação de um eco-museu em que as cardenhas ocupem um lugar de destaque;
- Promover a educação patrimonial na perspectiva das Classes Europeias do Património, do Conselho da Europa e de acordo com o

19 | Abrigo pastoril na serra do Soajo. © NPG-Web

20 | Santo António de Vale de Poldros (cardenha).

projecto inter-regional intitulado "A participação dos jovens na preservação e promoção do Património Mundial", lançado pela Unesco em 1994;

- Aproveitar as brandas para o turismo serrano e cultural, mas moderado". (fig. 24) (Lima et al, 2001).

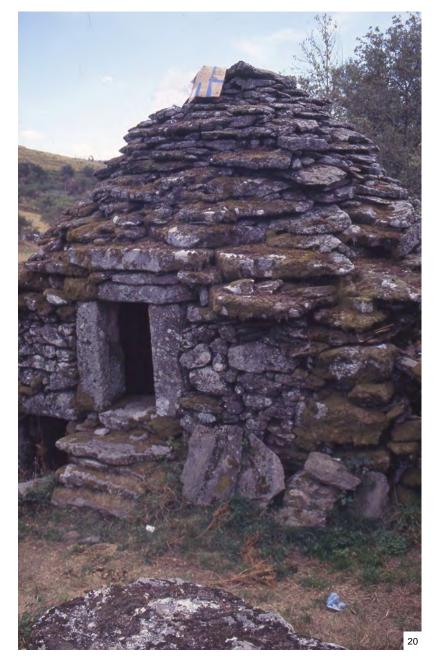
A conservação

Da Declaração Patrimonial Sto. António de Vale de Poldros e Aveleira, o que se realizou? Em 2007, estivemos em Santo António de Vale de Poldros e na Aveleira a efectuar trabalhos de inventariação no seguimento da aprovação da nossa candidatura ao Concurso de Ideias lançado pela Câmara Municipal de Melgaço no âmbito do projecto Vale do Minho Digital. Verificamos que a intervenção efectuada em algumas das casas serranas havia contribuído para a perda da rusticidade que lhe era própria. Notavase isso sobretudo no emprego, nas paredes exteriores, de pedra facetada quando antes existiam blocos de granito em bruto só com leve desbaste pelo pico do canteiro e com as juntas preenchidas por "escassilhos". Este tipo de aparelho podia ser mantido com o interior suficientemente rebocado a argamassa de cal com emulsão betuminosa acrílica.

A introdução de acrescentos e entradas alpendradas; a privatização dos espaços adjacentes às casas por vedações de modelos não conformes com as tradicionais; a colocação de chaminés de variada tipologia e desenho; a destruição de cápeas, são, entre outros, exemplos de más práticas na reabilitação deste património vernacular. Em Santo António de Vale de Poldros, e pela mesma altura, verificámos que as cardenhas estavam em acentuada degradação e que as casas dos brandeiros necessitavam de obras de conservação (A.C.E.R., 2007-Webgrafia). Não voltamos a estas brandas desde aquela data.

Entretanto, ocorreram intervenções para satisfazer a procura externa para segunda habitação que contribuíram para "um acelerado processo de descaracterização", havendo também património construído "abandonado







e em ruínas" (Teixeira, 2016: 178). Para Sílvia Catarino, "observou-se a existência de novas apostas junto ao conjunto pré-existente, umas como habitação permanente e outras sazonais, embora, em muitos dos casos, o revestimento não é adequado e a volumetria exagerada. Podemos afirmar que existem edifícios esteticamente desqualificados e descaracterizados, recentemente implantados, junto a estes imóveis de interesse público, denunciando a necessidade de um maior planeamento e consequente qualificação da área." (Catarino, 2013).

No Colóquio sobre Arquitectura Popular realizado em Arcos de Valdevez no ano de 2016, Nelson Azevedo, referindo-se à Declaração Patrimonial de Santo António Val de Poldros e Aveleira, aprovada no Dia do Brandeiro de 7 de Setembro de 1996, exprimiu-se assim: "Hoje e volvidos 20 anos desse momento seminal que parecia unir os destinos de ambas as brandas, a Branda de Santo António não desfruta de nenhum regime especial de protecção nem tampouco de plano de urbanismo dedicado. Em consequência, no decurso dos últimos anos assistiu-se à reconstrução das cardenhas feita de modo ad hoc resultando numa profusão de materiais, tipologias e volumetrias que pouco ou nada têm que ver com as toscas construções de dois andares e em falsa cúpula." Sobre a Aveleira afirmou: "Da Branda original pouco ou nada resta e a recuperação feita não conseguiu ser um elemento diferenciador tanto mais que apagou a memória das cardenhas e dos brandeiros." Da sua comunicação, entre outros exemplos de modelos de revitalização de aldeias abandonadas e de salvaguarda das construções vernáculas do tipo das cardenhas existentes no Noroeste peninsular, salientamos o das "brañas" da serra de Somiedo (Asturias). "Funcionam como um prolongamento das aldeias e encerram em si uma curiosidade geoantropológica: estão associados a um grupo étnico típico das Astúrias, os denominados vaqueros de alzada, que são criadores de gado que ainda se deslocam em família para as zonas altas das montanhas e fazem os movimentos pendulares de subida e descida ao ritmo da natureza. De Maio a Setembro aproveitam os pastos feitos para criar o gado, a sua principal fonte de rendimento, vivendo o resto do ano nos xaldos, i.e., denominação que remonta à Idade Média para as aldeias agrícolas nos sopés das montanhas." Acrescenta: "Estas brañas que em determinados lugares destas regiões montanhosas assumem o nome de casas vividoras - são os exemplos melhor conservados, uma vez que ainda mantêm a sua função original." (Azevedo, 2016).

O arquitecto Manuel C. Teixeira considerou que "as principais ameaças são, por um lado, a progressiva degradação das estruturas tradicionais ainda existentes e, por outro lado, a sua remodelação ou a construção de novas edificações, a maior parte delas segundas habitações ligadas a actividades de lazer, segundo critérios que não se harmonizam com o conjunto." Referindo as anomalias, salienta: "São comuns a construção de volumetrias

excessivas, a adopção de modelos estranhos à cultura arquitectónica de Vale de Poldros, ou de supostamente rústicas mas de diferentes origens, a introdução de novos materiais ou a utilização de materiais tradicionais como simples revestimento, a decoração da arquitectura em vez da austeridade que caracterizava as cardenhas, as soluções de fachada construtivamente falsas." (Azevedo, 2016).

CONCLUSÃO

A UNESCO define os Sítios como "obras do Homem ou obras conjugadas do Homem e Natureza, assim como as zonas que encerram sítios arqueológicos que têm um valor universal excepcional sob o ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico." As paisagens culturais são também para aquele organismo "obras combinadas da Natureza e do Homem", mas que ilustram a evolução da sociedade e da ocupação humana ao longo dos tempos", ou seja, "paisagens vivas conservando um papel activo na sociedade contemporânea associado ao longo dos tempos e no qual o processo evolutivo continua." [...] "Integram-se nesta categoria as nossas paisagens agrárias com as aldeias concentradas rodeadas de campos de cultivo ou disseminadas em casais pelas várzeas. Nelas são patentes factores civilizacionais que influíram e continuam a influir na organização da economia e da sociedade com reflexos na cultura popular ao nível da arquitectura, da religiosidade, dos usos e costumes, das festas." [...] A crescente revalorização do



21 | Santo António de Vale de Poldros (casa de brandeiro).

22 | Santo António de Vale de Poldros (cunhal de casa de brandeiro).

espaço rural pela diferença que oferece aos urbanos é mais que suficiente para comprovar que a dualidade cidade-campo continua a existir embora com contornos diferentes. Coloca-se então a questão: Como controlar o processo de reurbanização pelo lazer? Ou por outras palavras: Queremos aldeias turísticas ou aldeias com turismo?" (Leite, 2002).

Nas "Conferências de Lisboa - Ambiente e Mundo Rural", de 1987, adoptou-se a seguinte resolução: "Os habitantes locais deverão ser, na medida do possível, associados às politicas de desenvolvimento relacionadas com a exploração turística da sua região devendo--se encorajar o desenvolvimento de projectos de ordenamento local." (INA, 1987).

Em 2020, a 12 de Fevereiro, realizou-se na freguesia de Parada uma sessão descentralizada da Câmara Municipal de Monção, sob a presidência de António José Fernandes Barbosa, na qual se aprovou a elaboração do Plano de Pormenor e Salvaguarda de Santo António de Vale de Poldros, preconizando "a conservação e valorização de todos os edifícios e espaços públicos". O Diário da República n.º 209, de 20 de Outubro do mesmo ano, publicou o Edital do Município n.º 1155/2020, fixando um prazo de 210 dias para conclusão do plano e abriu um período de consulta pública de 15 dias que terminaria em 17 de Novembro. Informava-se ainda de que havia sido dispensada avaliação ambiental estratégica juntando os respectivos fundamentos dessa decisão (DR-2.ª,209/2020: 389). Nos "Termos de Referência" a que obedeceria o plano propunha-se:

- Promover a programação estruturada do aglomerado urbano e contenção do fenómeno de construção dispersa e diversa;
- · Promover a edificabilidade no espaço segundo critérios de sustentabilidade, dimensão e conexão com desenvolvimento definido;
- Promover o incentivo à reconstrução e à reabilitação de edifícios, em detrimento de construção nova".

Sob o ponto de vista económico, apenas se referiam como objectivos:

- · Promover e contribuir para o ordenamento de atividades turísticas, desportivas e recreativas nomeadamente com a criação de um centro Walking & Cycling, de implementação já prevista:
- · Criar uma rede de trilhos/percursos que contribuam para a preservação e conservação do património natural e humano, promovendo a animação rural e ambiental (CMM-DPOP/2020).

Estabelecemos contacto com o município de Monção e Divisão de Planeamento e Obras Públicas no sentido de sabermos se o Plano já teria sido publicado. Como não obtivemos resposta, consultamos a PCGT - Plataforma colaborativa de Gestão Territorial da Direcção Geral do Território. Dela e na "Gestão do Processo", deduz-se quanto ao de Santo António de Vale de Poldros (P.º 580-Ex-476), não ter ainda sido efectuado o contrato de planeamento e como documentos enviados em

2020 pela autarquia são referidos: relatório da fundamentação da dispensa da avaliação ambiental, o extracto da deliberação na reunião de 12 de Fevereiro, os termos de referência e o edital. Como situação do processo informava-se que estava em "fase de elaboração" e que a RAN - Reserva Agrícola Nacional de Santo António de Vale de Poldros estava a ser "redelimitada".

Por e-mail, contactámos a Direcção Geral do Território no sentido de se saber se os dados que havíamos recolhido da plataforma estavam actualizados. Pela PCGT- Área Cidadania, a DGT confirmou a situação de "em elaboração" do Plano de Pormenor e de apenas ter sido publicado no Diário da República "o acto de início de elaboração do Plano de Pormenor e não o acto de início da discussão pública". Constatamos assim que o conjunto de construções em falsa cúpula de Santo António de Vale de Poldros não foi alvo da protecção devida e as intervenções realizadas contribuíram para a sua lenta descaracterização que a acentuar-se causará a perda do seu valor antropológico e etnográfico como o de serem testemunhos de um saber construir com a utilização de técnicas ancestrais e o emprego de materiais locais. Acresce a situação da não entrada em vigor do Plano de Pormenor o que não dá garantias de se evitar surgirem novas construções desinseridas do contexto arquitectónico envolvente. Entendemos que a ausência, durante muitas décadas, de uma estratégia de desenvolvimento sócio-económico para as comunidades

Património em perigo





23 | Branda da Aveleira.

24 | Branda da Aveleira. Construção murária em pedra seca e cancela em madeira.

25 | Branda da Aveleira (espaço agrário).

agro-pastoris de Santo António de Vale de Poldros e Aveleira conduziu ao abandono das cardenhas e casas de brandeiros.

2026 foi proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como "Ano Internacional da pastorícia e das pastagens", intenção que a União Europeia considera "vital para se alcançarem os objectivos em matéria de ambiente, de clima e de protecção da biodiversidade no quadro do pacto verde para a Europa, assim como para a coesão territorial inscrita no tratado de Lisboa de 2009" (FAO Bol. 2023) onde foi considerada "uma terceira dimensão na redução das disparidades entre as regiões da União Europeia" (CE-site web).

Santo António de Vale de Poldros e Aveleira possuem um território onde a pastorícia tem excelentes condições naturais para ser praticada. Os prados e lameiros de ambas as brandas ainda são utilizados por alguns pastores residentes em Gave e Riba de Mouro (fig. 25).

Se pretenderem ficar alguns dias poderão alojar-se em casas de arquitectura serrana existentes em ambas as brandas, pois nem todas as construções vagas poderão estar a servir de habitação a segundos residentes ou turistas. Algumas necessitam certamente de ser alvo de obras de conservação e os seus interiores dotados de conforto e condições de salubridade. Intervenções estas que deverão ser realizadas com boas práticas salvaguardando o saber construir vernáculo e financiadas a fundo perdido no quadro de um plano de desenvolvimento local integrado sustentável.

E ainda deveria ser efectuada a classificação de Paisagem Protegida para a zona Aveleira-Santo António de Vale de Poldros com florestação por espécies autóctones como o carvalho, o vidoeiro, o castanheiro, o azevinho e outras, proposta no Dia do Brandeiro de 7 de Setembro de 1996. A que acrescentamos a classificação de Conjunto de Interesse Nacional para as cardenhas ainda não intervencionadas, o que pressupõe a sua prévia inventariação e serem alvo de acções de reabilitação/conservação com boas práticas implementadas pelas autarquias com orientação de técnicos e trabalhadores possuindo o saber-fazer tradicional. Para isso, sugerimos a sua prévia aquisição por receitas municipais e/ou fundos comunitários.

Propomos que sejam integradas em Rotas do Património Vernáculo da Peneda, constituídas por percursos pedonais ou a cavalo, que poderiam abranger os caminhos da transumância onde ainda se encontram abrigos de pastores também carecidos de protecção. Seriam desenvolvidas por Associações de Defesa do Património com guias orientadores, dominando Francês e Inglês, habilitados no conhecimento do valor etnológico e arquitectónico das construções e que, ao mesmo tempo, pudessem esclarecer os participantes sobre a importância da envolvente natural.

Por último, não se deverá esquecer quem, entre outros, tem dado carácter identitário às brandas: o pastor.

Nos dias de hoje já não se podem aceitar condições para exercer a actividade que o colocavam em «pobreza e dependência» nas palavras de Brian Juan O'Neill (Neill, 1984: 105, cit. por Martinho,1993: 55).

Situação que conduziu ao seu cada vez menor número depois de se ter verificado ao longo do Séc. XX à «perda de pastagens por modificação da ocupação e uso da terra» da qual resultou que «os pastores remanescentes foram propulsionados a uma situação de precaridade e vulnerabilidade social» (Rego, Júlio Sá e Marina Castro, 2019: 228).

São necessários projectos que procurem "promover a utilidade social do pastor e da pastorícia" (Idem, ibidem). Estamos certos de que a sustentabilidade das acções a empreender muito terão a beneficiar do espírito de entreajuda e reciprocidade que desde várias gerações têm presidido na execução das tarefas da comunidade de brandeiros. ■





FONTES

Arquivos

ANTT. Inventários de 1834, pasta B, Santa Maria de Fiães. n.º 1539. 1-11.

Bibliografia

Barros, F. C. (2011). Construção do Território e Arquitectura na Serra da Peneda. Padrão (Sistelo) e as suas brandas – um caso de estudo [Dissertação de mestrado, FAUP, Universidade do Porto). Repositório da UP https://repositorio-aberto.up.pt/ handle/10216/150098.

Catarino, S. P. V. (2013). Abrigos de pedra seca. Arquitectura Vernacular de Santo António de Vale de Poldros [Tese de Mestre. Universidade Lusíada.

Cerqueira, A. P. da S. (coord.) (1997/1999). Branda de Santo António de Vale de Poldros. Um Património preservar. Ed. Escola Secundária de Monção, Monção.

Costa, J. G. da (2001). Errância dos Homens com os elementos da Natureza (Terra, Água e Fogo). Olhares Multidisciplinares. Branda da Aveleira. Gave. Melgaço. Câmara Municipal de Melgaço.

Coudé-Gaussen, G. (1981). Les Serras de Peneda et du Gerês. Étude Géomorphologique. *Memórias do Centro de Estudos Geográficos*, n.º 5.

Criado, A. M. (2021). Construcciones de falsa cúpula de planta rectangular. parideras, cuadras y caseta. Revista de Folklore, n.º 274.

Dias, J. (1949). Abrigos pastoris na Serra do Soajo. Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol.12(3-4). https://ojs.letras.up.pt/index.php/tae/article/ view/8600.

Dias, J. (1948). Las chozas de los Cabeçudos y las construcciones circulares de las citanias españolas y portuguesas. Contribución etnográfica para la reconstrucción de la vida en las citanias. Archivo Español de Arqueologia, vol. 21 (71).

Galy-Roland, G. (1964). L'habitat en pierres sèches. Essai de metodologia. Bulletin de l'Association de géographes français, n.º 328-329 (41).

Geraldes, A. D. (1996). Brandas e Inverneiras. Particularidades do sistema agro-pastoril crastejo. Cadernos Juriz/Xurés, n.º 2.

INA (1987). Conferências de Lisboa - Ambiente e Mundo Rúral, INA

Leite, A. (2002). A Conservação do Património e o Desenvolvimento Rural. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Melgaço, n.º 1.

Lima, J. R. (2001). Aspectos geoantropológicos. Olhares Multidisciplinares. Branda da Aveleira. Gave. Melgaço. Câmara Municipal de Melgaço.

Martinho, A. (1993). O pastoreio em Portugal. seu estudo. Gestão Subsídios para o Desenvolvimento. 2.

Oliveira. E. V. de; Galhano, F.; Pereira, B. (1998). Construções Primitivas em Portugal. *Colecção 'Portugal de Perto'*, n.º 17, Publicações D. Quixote.

Pintor, B. (1981). Por terras do Soajo. «Terras de Valdevez». Boletim Cultural da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, n.º 2.

Ramos, J. M. F.; Moreira, A. D. (2001). Vestígios de Glaciares na Serra da Peneda. Percurso da Branda da Aveleira (Gave-Melgaço). Olhares Branda da Aveleira-Gave/ Multidisciplinares. Melgaço. C. M. de Melgaço,

Rego, J. S.; Castro, M. (2019, dezembro, 5-7). Paisagens culturais. Heranças e desafios no Território [Comunicação]. VIII Congresso de Estudos Rurais & VIII Encontro Rural, Ponte de Lima e Sistelo. https://bibliotecadigital. ipb.pt/bitstre-am /10198/26148/4/SA-REGO_e_CASTRO_2019.pdf

Teixiera, M. C 82016). Santo António de Vale de Poldros. C. M. de Monção.

UNESCO (1994). Orientations devant guider la mise em ouevre e la Convention du patrimoine mondial.

Webgrafia

A.C.E.R. Projecto Vale do Minho. Espaço, Memória e Identidade. Fichas caracterizadoras acessíveis por: https://www.emi.acer-pt.org/pesquisanomina-370-melgao/castro-laboreiro/663-brandas-einverneiras; https://www.emi.acer-pt.org/pesquisa-nominativa/371-melgao/gave/689-stio-da-aveleira; www.emi.acer-pt.org/pesquisa-nominativa/420-mono/riba-de-mouro/466-conjunto-dabranda-de-santo-antnio-de-vale-de-poldros.

Asociación de Turismo Valle Construcciones rurales Y Arquitectura Vernácula. In https://vallecereza.com/valle-de-jerte/ construccion es-rurales-y-arquitectura-vernacula/.

Azevedo, N. F. G. O potencial turístico da Branda de Santo António Val de Poldros. In https://issuu.com/nelsonazevedo/docs/have_a_ break-_texto_col__quio_-_ver_85ba238389e2ac.

Municipal de Monção/Divisão Câmara Planeamento e Obras Públicas. Termos de referência para elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda de Santo António de Vale de Poldros. https://pcgt.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/01_ termos_referencia_0.pdf.

Câmara Municipal de Monção. (2020). Edital 1155/2020. Diário da República, n.º 209/2020. https:// files. dre. pt/2s/2020/10/ 209000000/0038900390.

CE (2019). Dez anos desde o Tratado de Lisboa: que progressos foram feitos ao nível da coesão territorial na UE? https://ec.europa.eu/regional_policy/ pt/newsroom/news/2019/12/12-01-2019-10-years--since-the-lisbon-treaty-what-progress-for-territorialcohesion-in-the-eu.

Chozas de Córdoba. La falsa cúpula_.pdf

FAO223 BOL. L'Assemblée générale des Nations Unies proclame l'année 2026 Année internationale du pastoralisme et des pâturages. https://www. .org/newsroom/detail/un-names-2026-as-the--international-year-of-rangelands-and-pastoralists/ fr?utm_source=twitter&utm_medium=social%2Bmedia&utm_campaign=faoenfrancais.

ICN, Turismo da Natureza, Enguadramento estratégico do Parque Nacional da Peneda Gerês (2000-2006). http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/ O+ICNB/Turismo+de+Natureza/.

Plataforma colaborativa de Gestão Territorial da Direcção Geral do Território (PCGT). https://pcgt.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/01_termos_referencia_0.pdf

https://pcgt.dgterritorio.gov.pt/lista-procedimentos.

https://pcgt.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/01_termos_referencia_0.pdf

https://pcgt.dgterritorio.gov.pt/lista-procedimentos.

Parque Natural Peneda-Gerês (PNPG) O Gado e a Serra. https://pnpgeres. pt/2020/01/13/o-gado-e-a-serra/.

Parque Natural Peneda-Gerês (PNPG). Abrigos pastoris. https://pnpgeres. pt/2019/12/15/ https://pnpgeres. abrigos-pastoris/.

SAPO 24. (2022). Sinalética centenária de pastores, as mariolas guiam caminheiros pela Peneda Gerês.

UNESCO - Orientations devant guider la mise em ouevre e la Convention du patrimoine mondial, Fev. 1994.In file:///C:/Users/acerg/Desktop/UNESCO,% 201994.pdf.



VII Encontro-Luso Brasileiro de Conservação e Restauro - Cuidar do Património Hoje

Campus de Caparica da Universidade NOVA de Lisboa, Monte da Caparica

O Encontro LBCR é um encontro internacional que tem como objectivo dinamizar a colaboração, diálogo e discussão sobre assuntos relacionados com a conservação e restauro do património cultural no Brasil e em Portugal.

Neste VII Encontro LBCR, organizado pelo Departamento de Conservação e Restauro da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade NOVA de Lisboa (DCR. FCT-NOVA), pretendemos trazer a debate questões como "Porque cuidamos?, Para quem cuidamos, Como cuidamos?". Estas questões são fundamentais para a reflexão sobre as diferentes abordagens da teoria, formação, investigação e prática profissional, sendo estas essenciais para a Preservação do Património. Naquele que é o espírito destes encontros, o evento será exclusivamente em formato presencial, contando com cerca de 85 participantes, dos quais 16 do Brasil.

Informações:

https://sites.google.com/campus.fct.unl.pt/ viiencontroluso-brasileiroci

I Jornadas "Memória Futura: arquivos na comunidade – Emigração"

Casa Municipal da Cultura de Pedrógão Grande

A Casa Municipal da Cultura de Pedrógão Grande vai acolher as primeiras Jornadas "Memória Futura: arquivos na comunidade -Emigração", destinadas a arquivistas, historiadores, docentes, não docentes, estudantes e todos/as os interessados nesta temática. Esta iniciativa da RARL - Rede de Arquivos da Região de Leiria, é reconhecida pelo Centro de Formação de Professores - Cenformaz como ACD (Ação de Curta Duração) para docentes. A participação é gratuita mediante inscrição

As Jornadas têm como objetivos destacar a importância dos arquivos como património cultural e como uma das principais fontes de informação; cativar os mais novos (através dos educadores e dos professores) para a importância da informação contida nos documentos de arquivo e o seu valor para a História, em particular a história local: identificar, mapear, registar e patrimonializar os testemunhos de vida, as memórias e os objetos de todos aqueles que participaram e participam da diáspora portuguesa: refletir sobre os fundos arquivísticos, substancialmente das autarquias locais, reflexo do território e das comunidades emigrantes; promover a investigação a partir da prática arquivística, estabelecendo relações com a comunidade académica e com a sociedade em geral.

Inscrição:

https://lnkd.in/dCzfKNiJ

5.° Congresso Luso-Brasileiro de Materiais de Construção Sustentáveis (CLBMCS 2024)

Instituto Superior Técnico, Lishon

O 5.º Congresso Luso-Brasileiro de Materiais de Construção Sustentáveis (CLBMCS 2024), que terá lugar em Lisboa, Portugal, em Novembro de 2024, dá continuidade à série de congressos que teve início em 2014 na Universidade do Minho e teve edições em João Pessoa (2016), Coimbra (2018) e Salvador (2022). O objetivo tem sido de proporcionar um fórum para a apresentação e discussão de inovações tecnológicas associadas aos materiais para construção civil que colaborem no desenvolvimento sustentável deste setor. Prosseguindo na senda das anteriores edições, o CLBMCS 2024 pretende juntar especialistas de diferentes áreas para debater a sustentabilidade dos materiais de construção, tanto da perspectiva do desenvolvimento de novos materiais ou da melhoria do desempenho de materiais tradicionais, como da sua integração mais sustentável nas construções, dos métodos de avaliação da sustentabilidade ou no desenvolvimento de mecanismos de promoção da sustentabilidade na construção.

A P&C é media partner deste evento, promovido pelo Departamento de Engenharia Civil, Arquitectura e Ambiente (DECivil) do Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa

Informações:

https://www.clbmcs-construcao-2024.com/

ESPECIAL 25 ANOS 1998 | 2023















A natureza político--administrativa do Património em Portugal

Tomás Mesquita PhD Candidate, ISCTE-IUL, tmaso@iscte-iul.pt

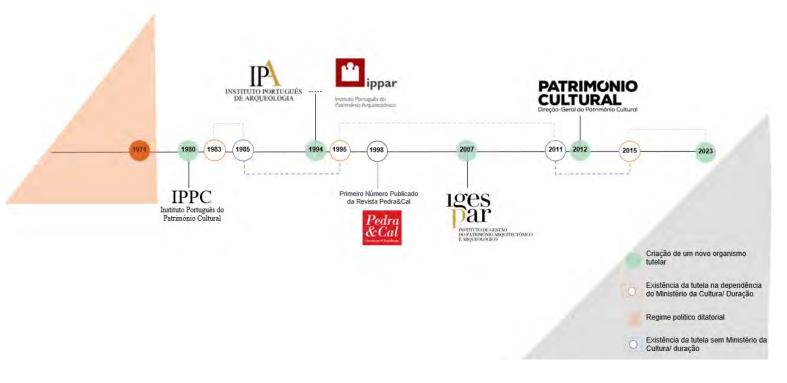
(CRP) define como tarefa fundamental sentido de salvaguarda e valorização do património cultural¹. Internacionalmente, o papel central do Estado neste âmbito é estabelecido pela Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972). Em Portugal, a teoria como o seu principal agente. Sem prejuízo o estado-questão do sector patrimonial constrói-se por outros agentes. As estruturas fundamental no desenvolvimento do sector a A revista Pedra & Cal, do GECoRPA - Grémio do Património, é um caso demonstrativo deste contributo. Contudo, indo além da missão da revista, esta evolui no sentido de adquirir a capacidade de testemunho documental do como do próprio património nacional.

administração do património cultural em Portugal é feita, desde a legitimação da CRP de 1976, por meio de órgãos competentes criados na dependência do Estado no sentido de incorporar os seus deveres no sector, aos quais atribuímos a designação "Tutela". Ainda que cumprida, face ao perfil de reconfiguração inerente aos governos democráticos3, esta disposição tem sido alvo de várias reestruturações, a nível das estruturas e mecanismos estabelecidos para sua prossecução e com competências na política cultural nacional.

A figura 1 demonstra as Tutelas, e respetivos enquadramentos jurídicos, responsáveis pela administração do património cultural em Portugal, desde 1974. A frequente variação nestas estruturas, pode ser compreendida como um sintoma da inexistência de uma visão estabelecida para os princípios de administração do sector, dependente das próprias variações governativas. Sendo assim, analisada por alguns autores como um processo administrativo constituído por avanços e retrocessos4.

NA EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS

Independentemente da análise que possa ser feita da evolução da administração do património cultural em Portugal, compreende-se que os momentos de instabilidade são vários, marcados por reformas e contrarreformas. A alta



1 | Evolução cronológica do quadro político-administrativo do património cultural em Portugal.

mutabilidade do sector tem impacto na própria condição do património, através de obstáculos aos processos de tomada de decisão de salvaguarda, de sucessivas mudanças de procedimentos que condicionam a concretização do legalmente disposto e nas estratégias de valorização, afetando o modo como este integra o quotidiano comunitário. Assim sendo, o contínuo foco nas necessidades e objetivos do património cultural é fulcral para a concretização da sua salvaguarda, sendo esta uma função que as estruturas associativas têm protagonizado.

A revista Pedra & Cal é um caso demonstrativo desta realidade no sector. O propósito inicial da revista foi criar uma plataforma de comunicação, onde fosse possível abordar as intervenções no património cultural imóvel, construindo um espaço de transparência das intervenções realizadas neste, bem como de desenvolvimentos dos princípios deontológicos praticados pelos profissionais do sector. O primeiro número da revista foi publicado durante o exercício de funções do Instituto Português de Arqueologia (IPA) e do Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR), em sede de dependência de um Ministério responsável pela Cultura.

Neste período, a política cultural procurou compartimentar a tutela do património por área de especialização. Adicionalmente, um ponto central da política cultural foi a aquisição de património detido na esfera privada, no sentido de criar condições para a valorização e fruição deste⁵.

Os temas tratados pela revista evoluíram, acompanhando a multidisciplinariedade inerente ao sector patrimonial, assim, integrando progressivamente diferente temas e autores dos diversos campos de especialização que impactam o património cultural.

Além das entidades competentes, as disposições legais afetas ao património têm sido igualmente alvo de reforma. A lei de bases do património (LPC) 13/85 foi revogada pelo Decreto-lei n.º 107/ 2001, que alterou as condicionantes associadas à intervenção e estudo do património cultural, no sentido de responder às necessidades sentidas no sector. A nova LPC procurou abordar diversos aspetos da política cultural, entre os quais a regulamentação dos deveres do Estado na administração do património cultural material e imaterial, ou a definição da extensão de

bens abrangidos nestes conceitos. A entrada em vigor do Decreto-lei n.º 107/20016 alterou, significativamente, o quadro político-administrativo patrimonial nacional, conforme foi abordado na revista Pedra & Cal, no número 8, por Emília Palma, que procurou esclarecer as novas dinâmicas e mecanismos para a salvaguarda e valorização de património cultural, assim como situar a nova LPC no contexto nacional e internacional.

A extinção do IPPAR ocorre em 2006, na aplicação do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), posto em prática pelo XVII Governo Constitucional. Criando assim as Direções Regionais da Cultura (DRC) e uma nova tutelar, o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR⁷).

A teoria de valorização corrente ao IGESPAR incidia sobre a dinamização do património cultural, no sentido da fruição, de modo a potencializar a autossustentabilidade da tutela8. Marcou-se como uma influência do modelo de política cultural anglo-saxónica9 e, no panorama nacional, significou uma alteração relevante na gestão do património e











2019 2019

na consideração do seu valor. No número 33 da revista Pedra & Cal, através do artigo de Miguel Silva Graça, é possível observar o debate desta mudança, isto é, a documentação de uma nova utilização que marcou as políticas culturais nacionais e impactou a própria salvaguarda e valorização dos bens patrimoniais. É, assim, abordada a crescente "mercantilização do passado histórico" e constatada a mudança de visão de um valor simbólico, para um valor acrescentado de dinamização económica e territorial.

O IGESPAR viria a ser extinto no âmbito de uma conseguinte reestruturação da Administração Pública (AP), sendo no lugar deste criada a Direção Geral do Património Cultural (DGPC), em 2012, no âmbito do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC). A criação desta tutela visava, assim, mitigar a complexa articulação entre ministérios e órgãos administrativos, bem como reorganizar a tutela do património, que se encontrava dispersa pela AP.

A revista Pedra & Cal procurou também analisar os motivos de uma nova reforma no sector, bem como compreender e ilustrar os obietivos e procedimentos para esta reforma, como é possível ver no artigo de Maria João Torres Silva. A DGPC foi a última tutela do património, mantendo-se até 2023. Agora, coincidindo com o 25.º aniversário desta revista, o panorama administrativo do património cultural atravessa uma nova reforma, a restruturação da DGPC e conseguinte criação da Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. e do Instituto de Património Cultural, I.P. Como podemos ver, a oscilação entre amplas reformas e contrarreformas

mantém-se na política cultural. De igual modo, vemos a continuidade da missão inicial da revista de contribuir para a mapeamento de intervenções e desenvolvimento das boas práticas no sector patrimonial. Paralelamente, além desta missão, o desenvolvimento da Pedra & Cal, enquanto revista profissional e científica contribuiu, de modo inerente, para uma nova dimensão enquanto testemunho da evolução da presença do património na comunidade, tanto científica como civil, bem como de uma plataforma documental que ilustra as bases da política cultural atual e da trajetória histórica da administração do património, no âmbito da sua salvaguarda e valorização.

2 | Algumas capas dos números da revista Pedra & Cal. de 1998 a 2019, figurando diversos temas abordados em cada edição.

BIBLIOGRAFIA

Assembleia da República. Lei 13/85, de 6 de julho, Diário da República n.º 153/1985, Série I de 6 de julho de 1985, p 1865 - 1874

Bennett, O. (2009). Cultural policy, cultural pessimism and postmodernity. International Journal of Cultural Policy, 67-84.

Bonet, L., & Négrier, E. (2018). The participative turn in cultural policy: Paradigms, models, context. Poetics, 64-75.

Decreto-lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, Diário da República, Série I-A, n.º 209/2001, de 8 de setembro de 2001. Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural

Garcia, J. L., Lopes, J. T., Martinho, T. D., Neves, J. S., Gomes, R. T., & Borges, V. (2016). Mapping Cultural Policy in Portugal: From incentives to crisis. International Journal Of Cultural Policy, 1-18.

Graça, M. S. (2007). O património, o consumo e o espectáculo. Revista Pedra & Cal (33).

Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR). (2010). Relatório de Actividades. IGÈSPAR, I.P.

Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR). (2000). Intervenções no Património. Nova Política (1995-200). Relatório de Actividades. IPPAR.

Palma, E. (2000). O Património Cultural Português em Revisão. Revista Pedra & Cal (8).

Pereira, P. (2010). Sob o signo de Sísifo. Políticas do património edificado em Portugal, 1980-2010. In J. Custódio (ed), 100 anos de património. Memória e identidade (p. 261-281). IPPAR

Silva, M. J. (2012). A nova orgânica da Cultura na área do Património Cultural. Revista Pedra & Cal.

UNESCO (1972). Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural.

NOTAS

- 1. Artigo n.º 9.º.
- 2. Garcia, et al., 2016, p. 2.
- 3. Bennett. 2009, p. 68.
- 4. Pereira, 2010
- 5. IPPAR, 2000.
- 6. Decreto-lei 96/2007, de 29 de março.
- 7. IGESPAR, 2010, p. 34.
- 8. O modelo anglo-saxónico de política cultural prevê a criação de valor e impacto económico através da gestão cultural (Bonet & Négrier, p. 2019).

18 de outubro de 2023

25.º Aniversário da Pedra & Cal no Palácio Nacional de Queluz



eitores e amigos da revista Pedra & Cal: Vamos celebrar juntos os 25.º Aniversário! O GECoRPA - Grémio do Património mantém, desde 1997, esta publicação periódica, que tem como missão prestar informação diversificada e fidedigna sobre as melhores práticas, ideias e projetos do setor da construção com enfoque na reabilitação, conservação e restauro do Património Cultural Edificado.

Para assinalar a efeméride, será realizado o evento "25.º Aniversário da Pedra & Cal" no dia 18 de outubro, no Palácio Nacional de Queluz, coorganizado pela Parques de Sintra -Monte da Lua.

Durante o evento decorrerá, em paralelo, uma exposição técnica, destinada a empresas e profissionais do setor da reabilitação e do património, que terá lugar na sala interior do pavilhão "Robillion" do Palácio Nacional de Queluz, próxima do auditório, da cafetaria e da esplanada.

Convidamos-vos a participar no evento! Será uma ótima oportunidade para celebrarmos em conjunto a defesa do Património Cultural edificado.

Organização







Media Partner

Expositores

























PROGRAMA

14:00	Receção dos participantes
14:30	Boas vindas e sessão de abertura Direção da Parques de Sintra e GECoRPA
14:45	Apresentação da <i>Pedra & Cal</i> n.º 74-75 Inês Flores-Colen, Joana Morão, Sofia Costa Macedo
15:15	Sobre o projeto <i>Pedra & Cal Vítor Cóias</i>
15:45	Lanche e convívio + visita à exposição técnica e livraria
16:30	Sessão de testemunhos [coordenadores, conselho redatorial, autores, leitores]
17:30	Discussão

Sessão de encerramento

EXPOSIÇÃO TÉCNICA

17:45

O GECoRPA convidou empresas, entidades e profissionais com atividade e serviços na área do Património a participarem na Exposição Técnica. A exposição ocorre durante o período de realização do evento e é de entrada livre para todos os participantes.

Apoios

































CAMPANHA "JÚNIOR+"

Inicia-se com este evento, e até ao final do ano, uma campanha que atribui condições preferenciais a inscrições de novos associados com idade igual ou inferior a 40 anos.

Para mais informações, por favor contacte através do endereço info@gecorpa.pt.

COMISSÃO **ORGANIZADORA**

Andreia Draque

Daniel Gomes

Dulce Franco Henriques

Fernando Pinho

Filipe Ferreira

Inês Flores-Colen

Joana Morão

João Cortês

José Borges

Campanha Associado Júnior+

Se tens 40 anos ou menos, junta-te a nós!

Ser associado JÚNIOR+ do GECoRPA -Grémio do Património pode abrir um mundo de oportunidades!

Aqui estão algumas razões pelas quais deverás considerar juntar-te à nossa associação:

OFERTA DA JOIA

Sabemos que os jovens estão apenas a começar as suas carreiras e podem não ter os mesmos recursos financeiros que os profissionais mais estabelecidos. É por isso que oferecemos a joia aos jovens até aos 40 anos, tornando a inscrição mais acessível.

NOVAS OPORTUNIDADES NO SETOR

O campo da conservação e reabilitação está sempre em evolução, com novas técnicas, tecnologias e abordagens. Como associado, terás acesso a essas novidades, permitindo manter-te na vanguarda do setor.

CONTACTO COM EMPRESAS E PROFISSIONAIS NO RAMO

Através do GECoRPA, terás oportunidade de te conectar com empresas e profissionais que já estão estabelecidos no mercado de trabalho. Isso pode abrir portas para colaborações futuras, oportunidades de emprego e a oportunidade de aprenderes com aqueles que têm experiência na área.

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

A associação oferece acesso a uma variedade de recursos de desenvolvimento profissional, incluindo workshops, seminários, formação e documentação. Isso pode ajudar-te a expandir as tuas aptidões e conhecimentos, favorecendo uma futura empregabilidade.

FAZER A DIFERENÇA

Finalmente, ao te tornares um Associado Júnior+ do GECoRPA, estarás a contribuir para um esforço maior para preservar e proteger o Património Construído e Imaterial. Além de gratificante, valorizará certamente o teu currículo.

Junta-te a nós e começa a desfrutar destes benefícios e muito mais!







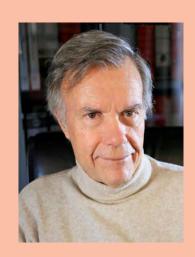






Entrevista Vítor Cóias

Sócio honorário, fundador do GECoRPA e da Pedra & Cal







Como surgiu o desígnio de fundar o **GECORPA?**

Constituída a associação, e tendo em conta os seus objetivos, tornava-se necessário dispor de um meio de comunicação que veiculasse os ideais de excelência da associação, divulgasse os trabalhos das empresas e dos profissionais associados e contribuísse para a preservação do valor do património cultural construído do nosso país.

Já tinha a ideia de criar a revista Pedra & Cal quando fundou a associação? Não. A P&C surge no seguimento da constituição da associação.

Como surge o nome "Pedra & Cal" e como é que foi criado o logótipo?

Até à vulgarização do betão armado, cuja patente foi registada em Portugal em 1896, a pedra e a cal eram os materiais utilizados tradicionalmente nas construções mais importantes, devido à sua resistência mecânica e durabilidade. Eles são ainda, em conjunto com a madeira, os materiais que se encontram nas construções antigas, em particular nos edifícios e conjuntos históricos. O conhecimento destes materiais e dos correspondentes processos d construção é essencial num país que possui um extenso edificado antigo que deve ser reabilitado e adaptado a novos usos.

Qual era o objectivo inicial da revista e qual o seu público-alvo?

"Preencher um vazio e desempenhar uma missão", como digo no editorial do n.º 0.

Ao longo do tempo, surgiram alterações na missão, valores ou destinatários da revista?

Talvez uma preocupação crescente com a baixa qualificação dos recursos humanos, um problema crónico do nosso país, e, em particular, do setor da construção, em que a conservação e reabilitação do património cultural construído tradicionalmente se considera integrada.

Como vê a Pedra & Cal dagui a 25 anos?

Perante a velocidade alucinante a que ocorrem atualmente as mudanças, e, em particular, com a vertiginosa aceleração das alterações climáticas, 25 anos são uma eternidade. Para alguns, já estamos em overshooting, como um avião que está a aterrar e sabe que não vai conseguir parar antes do fim da pista. Mas é próprio da natureza humana manter a esperança. E é dever de quem se interessa pelo Património, no caso, pela sua vertente construída, continuar a trabalhar para a sua preservação, valorização e divulgação.



Como será a Pedra & Cal daqui a 25 anos?

Convidámos alguns amigos para uma expedição ao futuro da revista...





Dulce Franco Henriques e Teresa

Será que existem ainda construções em pedra e cal, daqui a 25 anos? Ou daqui a 25 anos os nossos filhos e netos estarão apenas a fazer exercícios de nostalgia e memória histórica, sem, contudo, poder ver e experienciar nenhum dos edifícios sobre os quais "está escrito que eram de pedra e cal"? A resposta a estas perguntas depende de nós, hoje, agentes de conservação e reabilitação todos os dias no terreno, que muito reabilitamos e muito pouco conservamos. Depende de nós, hoje, para quem a cal se afigura como um ligante fraco, muitas vezes com aspeto desagregável. Nós, que nos escusamos dar à cal, para a sua função de endurecimento, esse bem precioso de que ela mais necessita, chamado tempo. E dizemos que as pessoas de hoje não querem ter paredes e tetos "velhos" e transformamos assim, a bem dos clientes e do mercado, edifícios antigos em edifícios novos com aspeto antigo. A continuar assim, daqui a 25 anos a Pedra & Cal poderá ser apenas uma revista de acervo

histórico de um país amputado de uma parte da sua identidade, outrora constituída pelos testemunhos de um património edificado, entretanto desaparecido.

Ou não! Ainda estamos a tempo de evitar que isso aconteça, alterando urgentemente a forma de agir e podendo a Pedra & Cal ser, cada vez mais, uma referência na divulgação de casos onde as decisões são tomadas com base no respeito pelo pré-existente e onde cada edifício é olhado como fiel depositário de um manancial de saberes, património material e imaterial da humanidade.



Patrícia Brum

Em primeiro lugar, congratulo a Pedra & Cal por este aniversário de um quarto de centenário. Vejo com ainda mais importância a oportunidade de reflexão sobre o futuro, numa área em que estamos sempre mais dedicados ao passado. Devemos, no entanto.

estar mais conscientes do que representa o nosso "legado" para as gerações futuras, que tão usualmente usamos como justificação da nossa missão em património. Para quem escreveremos no futuro? Para uma população cada vez mais envelhecida, tentando sempre aproximar-nos duma geração com cada vez mais acesso a novas tecnologias.

Talvez mais estrangeirismos existam nos próximos 25 anos e já tenhamos novamente tentado alterar a forma como escrevemos português, mas estou certa de que a qualidade e pertinência da revista se manterá com as próximas gerações dedicadas a novos desafios. Alguns destes desafios já os antevemos, mas pessoalmente gostaria que a inclusão e participação das comunidades na conservação do património cultural fosse cada vez mais efectivada, uma vez que acredito contribuir para a própria sobrevivência e desenvolvimento

Outros desafios não serão certamente descurados, como a afectação dos bens patrimoniais pelas alterações climáticas e cada vez mais formas de os mitigar.

É com muita esperança que imagino o futuro desta revista e depositando toda a confiança na presente equipa e nos que se juntarão, deixando desde já uma palavra de apreço por todo o trabalho e percurso desenvolvido até



Sofia Costa Macedo

Pensar no futuro da Pedra e Cal é um exercício que implica uma reflexão sobre um conjunto de matérias que transcende a própria revista. Uma primeira matéria, muito pragmática, está relacionada com a propriedade da revista, atualmente o GECoRPA - Grémio do Património, que há 25 anos sentiu a necessidade de criar um espaço público de reflexão

sobre a matéria da conservação e restauro do património cultural. A existência da revista esteve, neste período, ligada à continuação da manutenção dessa necessidade por parte do GECoRPA e tem estado ligada a esta organização, pelo que os tempos futuros levarão a uma reflexão sobre este modelo, sobretudo de perspetivar a revista como consequência do trabalho do Grémio.

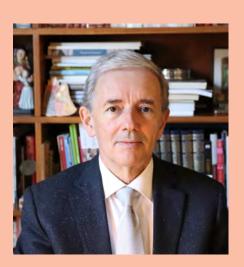
Depois a matéria da forma. Apesar das revistas em papel ainda terem o seu lugar, a desmaterialização e virtualização de toda a informação é uma evidência. Penso que a P&C vai seguir o caminho da transformação digital, o que inclui a sua própria revisão interna, em termos de apresentação e disponibilização de conteúdos e uma diferente forma de interagir com autores e leitores. O que, por um lado, corresponde a uma nova forma de olhar para o património cultural, em que agem entidades diferentes em momentos até diferentes; por outro lado, obriga a um maior acompanhamento editorial da própria revista.

Por fim a questão dos conteúdos. A pedra e a cal já não têm apenas este sentido literal no que ao património cultural diz respeito. A pedra e a cal representam desafios para a manutenção do património cultural, que envolvem não só conhecimentos técnicos de ação, mas também saberes comunitários, atuação e envolvimento de diferentes agentes e que possam encontrar nesta revista um espaço de debate salutar e de salvaguarda cultural. Muitos parabéns!

Testemunho

Vasco Peixoto de Freitas

Sócio honorário e ex-presidente do GECoRPA





Regis Barbosa

Nos últimos 25 anos assistimos a movimentos contraditórios no setor do Património Cultural, se por um lado há mais profissionais e melhores técnicas e métodos, por outro há retrocessos na atuação do Estado e nas condições de vida dos trabalhadores do Património.

A visão e prática neoliberais que hoje são hegemónicas também no nosso setor levaram a uma inoperância da Tutela do Património Cultural aliada a uma desvalorização de quem trabalha, tanto no público como no privado. Falta gente no serviço público do Património Cultural, e a reestruturação agora em curso não responde a isto, aliás cria mais entropia. Os salários de quem protege, salvaguarda, conserva e divulga o património são ainda mais baixos que a remuneração dos profissionais de outras áreas. Não vamos lá com amor à camisola.

Mesmo assim, creio que daqui a 25 anos a Pedra & Cal estará a divulgar melhores intervenções e um número ainda maior de monumentos e sítios recuperados para a fruição dos cidadãos. É possível um Estado mais atuante que proteja o Património, bem como viver dignamente a trabalhar em Património. O futuro está nas nossas mãos.

revista Pedra & Cal tem sido, ao longo dos seus 25 anos de vida, um vetor de difusão de informação e conhecimento sobre a conservação e restauro do património e contribuído para a sua preservação e valorização. A sua relevância não está apenas na presciência de uma estratégia de continuidade, mas, sobretudo, na demonstração que é possível combinar a informação disponibilizada através da investigação científica e a apresentação de realizações de grande qualidade envolvendo projetos e obras.

Não posso deixar de realçar o papel pioneiro da revista, neste domínio em Portugal, e a visão do seu primeiro diretor, o engenheiro Vitor Cóias. O futuro só pode ser promissor pois não haverá progresso sem a partilha de conhecimento nem sem a demonstração de boas práticas e do saber fazer.

As temáticas abordadas sempre foram da maior importância e o futuro seguramente permitirá apresentar e discutir múltiplos assuntos sobre o património cultural, corrente, industrial e do século XX, nomeadamente:

- a) criação de um inventário do património edificado, que tenha em consideração uma avaliação dos métodos construtivos e do estado de conservação:
- b) identificação das entidades que gerem o património (públicas, privadas ou mistas);
- c) divulgação de modelos de inspeção do património edificado que quantifiquem e qualifiquem as condições de segurança, conforto, acessibilidade, instalações disponíveis e sustentabilidade;
- d) riscos para o património construído e das ações para os mitigar: i) alterações climáticas; iii) velocidade das intervenções; iv) uso inadequado; v) falta de qualidade das intervenções por insuficiente qualificação dos atores; vi) massificação do turismo; vii) promoção da transferência de conhecimento entre a academia e os diversos atores que agem diretamente no património; viii) investimento público e proposta de um novo modelo de incentivos ao mecenato.

Muitos parabéns...

5 a 7 de dezembro de 2023

Congresso internacional CIRMARE

Com o tema "Resiliência e Adaptação de Edifícios e Cidades para as Mudanças Climáticas", o CIRMARE 2023 – VI Congresso Internacional na "Recuperação, Manutenção e Reabilitação de Edifícios" tem como objetivo contribuir para o conhecimento e promoção de práticas na Reabilitação que impulsionem a resiliência e adaptação dos edifícios e cidades e identifiquem novas soluções para dar resposta às necessidades futuras de uma sociedade contemporânea que se pretende mais sustentável nos seus princípios e na sua ação.

Com o tema "Resiliência e Adaptação de Edifícios e Cidades para as Mudanças Climáticas", o CIRMARE 2023 – VI Congresso Internacional na "Recuperação, Manutenção e Reabilitação de Edifícios" tem como objetivo contribuir para o conhecimento e promoção de práticas na Reabilitação que impulsionem a resiliência e adaptação dos edifícios e cidades e identifiquem novas soluções para dar resposta às necessidades futuras de uma sociedade contemporânea que se pretende mais sustentável nos seus princípios e na sua ação. Organizado pela Universidade da

Beira Interior e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, o evento decorrerá na cidade da Covilhã, Portugal, nos dias 5, 6 e 7 de dezembro de 2023.

Este congresso internacional, que conta com o apoio institucional GECoRPA e com a nossa revista como media partner, configura-se como uma oportunidade ideal para a troca de informações entre profissionais e investigadores que atuam nas áreas da recuperação, manutenção e reabilitação do património edificado e das estruturas que compõem as nossas cidades.

Conferência PATORREB 2023

Habitação e Património em foco



Motivada pelo crescente interesse manifestado ao longo dos anos, a conferência PATORREB2023, que decorreu no dia 26 de setembro, juntou decisores, professores, investigadores, estudantes, projetistas, empresas do setor da construção e outros profissionais nesta sua 7.ª edição. Organizado conjuntamente pela Faculdade de Engenharia (FEUP) e pela Faculdade de Arquitetura (FAUP) da Universidade do Porto, este ano subordinado aos temas da Habitação e do Património, terá ainda uma outra sessão no dia 7 de novembro na FAUP, em que participará a direção do GECORPA.

Assim, a habitação e todas as problemáticas inerentes foram elencadas e alvo de debate, num esforço conjunto para identificar lacunas e encontrar soluções. Foram dez as palestras, moderadas por personalidades da área da construção, em que se procurou dar resposta a algumas questões e propor um conjunto de medidas, para um plano a médio prazo, que possam ser um contributo válido para uma problemática da nossa atualidade.

Durante o evento, que contou com o apoio institucional do GECoRPA, além das importantes reflexões que contribuirão para a criação de uma estratégia adequada para a habitação em Portugal, foi apresentado o livro *Ventilação de Edifícios de Habitação – Conceção e dimensionamento* e feita a divulgação de uma publicação com o depoimento de dezenas de personalidades portuguesas sobre a problemática da habitação e da reabilitação no nosso país.



VI CONGRESSO INTERNACIONAL NA RECUPERAÇÃO MANUTENÇÃO E REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS

Resiliência e Adaptação de Edifícios e Cidades para as Mudanças Climáticas



Universidade da Beira Interior





19 a 21 de outubro de 2023

4.ª conferência internacional Architectures of the Soul

Durante séculos, o património construído religioso desempenhou um papel essencial na formação de valores sociais, económicos, ambientais e culturais. Grutas, implantações eremíticas, capelas, mosteiros, conventos, igrejas e catedrais dialogaram com a sua envolvente, seja em locais montanhosos ou solitários, vales férteis, centros periféricos ou urbanos. No entanto, com o passar do tempo, a memória desses lugares tem vindo a ser apagada. A secularização de muitos conventos, igrejas ou mosteiros, bem como o abandono ou o escasso uso de outros, acabaram por levar à perda de uma série de valores materiais. Tornou-se, assim, crucial repensar esses edifícios e paisagens específicos à luz dos desafios contemporâneos.

O evento, que terá lugar entre 19 e 21 de outubro de 2023, no mosteiro de Santa Maria da Vitória, no município de Batalha, reconhecido como Património Mundial da UNESCO desde 1983, há exatamente quarenta anos, proporcionará uma oportunidade ímpar para a necessária reflexão sobre o património religioso.

O principal objetivo da iniciativa é o de promover o estudo científico e a discussão em torno da arquitetura e da paisagem e as suas relações com as práticas religiosas e espirituais, com base em experiências de

reclusão e solidão. A conferência estrutura--se em torno de dois temas principais, procurando compreender os valores históricos e atuais desses lugares e como eles poderão moldar o futuro:

- História da experiência religiosa;
- O futuro do património religioso.

A conferência oferece uma plataforma de intercâmbio de conhecimentos, experiências e perspetivas sobre o património religioso e as suas implicações na sociedade contemporânea, reafirmando a importância de preservar e valorizar esses lugares de

significado histórico e espiritual. A conferência configurar-se-á uma vez mais, nesta sua 4.ª edição, como uma oportunidade única para aprofundar o conhecimento sobre o património religioso e a sua importância histórica, não esquecendo a sua importância atual, que é também o peso da obrigação de o preservar para o futuro. O evento, do qual a revista Pedra & Cal é Media Partner, é esperado com grande entusiasmo pelos participantes, que terão a oportunidade ideal para contribuir num importante ato de reflexão sobre o património.



19th - 21st October 2023 | Monastery of Batalha (Portugal)

architectures of the soul 4TH INTERNATIONAL CONFERENCE

RELIGIOUS HERITAGE understanding the past, shaping the future

ESICC Conference 2023



Aceda aqui à página da conferência

recedida pelo EFFICACY Final Workshop no dia anterior, a conferência ESICC (Energy efficiency, Structural Integrity in historical and modern buildings facing Climate change and Circularity) 2023 teve lugar no dia 4 de julho nas instalações do Instituto Superior Técnico.

O evento, que contou com o apoio na organização do GECoRPA, da APPRUP e do ICOMOS-Portugal, procurou contribuições nas seguintes áreas:

- levantamentos de bases de dados, diretrizes, critérios, métodos implementados em estudos de caso e/ou pesquisas sobre eficiência energética em edifícios, intervenções de atualização ou *retrofit* energético e na seleção de soluções de isolamento térmico;
- estudos de caso e/ou simulações sobre reabilitação sísmica e energética de edifícios existentes e históricos;
- estudos de caso de projetos de modernização energética envolvendo associações nacionais (ex. GECoRPA, APRUPP, ICOMOS,...) que trabalham com modernização de edifícios históricos e existentes;

- estudos de caso de integração de fontes de energia renováveis (RES) durante projetos de modernização e requalificação energética de edifícios existentes;
- monitorização das condições e monitorização da integridade estrutural de estruturas históricas realizadas sem técnicas destrutivas para compreender os procedimentos corretos e para selecionar a técnica correta, dependendo da sensibilidade e do estado da estrutura histórica;
- estudos de caso que integram a atualização energética de edifícios existentes e/ou a monitorização da integridade estrutural com a simulação e estudo do impacto das alterações climáticas;
- estudos de caso sobre desempenho em caso de incêndio e avaliações de risco no ambiente construído existente.

Em inglês e para um público internacional, os três grandes temas das apresentações feitas pelos vários oradores foram: Climate Change and Natural and Man-made Hazards in a Circular Economy perspective, Structural Integrity and monitoring on Historic Buildings and Infrastructures, and Energy Efficiency in Existing Buildings.

A preservação da eficiência energética e integridade estrutural em edifícios históricos e modernos é fundamental face à evolução das mudanças climáticas e da economia circular. Em Portugal, onde se destacam vários edifícios históricos, há, constantemente, desafios a ser superados com inovações como isolamento térmico discreto e tecnologias de iluminação eficiente. Monitorização e técnicas de engenharia avançadas garantem a manutenção da autenticidade e segurança desses edifícios. Ao mesmo tempo, as construções modernas adotam soluções sustentáveis, como painéis solares e materiais ecológicos, para reduzir a pegada de carbono. A economia circular, ao promover a reutilização de materiais, desempenha um papel fundamental na construção sustentável em Portugal, contribuindo para a preservação do património arquitetónico e um futuro mais ecoeficiente.

É esta transversalidade que deu o mote ao conjunto de intervenções nesta conferência, iniciativa da qual a *P&C* é *media partner*.

3.º curso de Especialização em Inspeção e Diagnóstico, Reabilitação e Reforço de Edifícios



IASA e o CEEC/ISEL colaboram na criação de programas de formação abrangentes, que combinam aspectos teóricos e práticos.

Este 3.º curso de especialização é ministrado por especialistas altamente qualificados e experientes no setor e tem como objetivo formar técnicos qualificados na área de inspeção, diagnóstico, reabilitação e reforço de edifícios. O intuito é o de melhorar as suas competências e garantir a qualidade das intervenções. Além disso, os alunos também adquirirão novos conhecimentos em projeto e construção, permitindo-lhes identificar patologias, desenvolver técnicas de reabilitação e de reforço de edifícios. O curso, cuja parte é lecionada por Luís Pedro Mateus, engenheiro civil

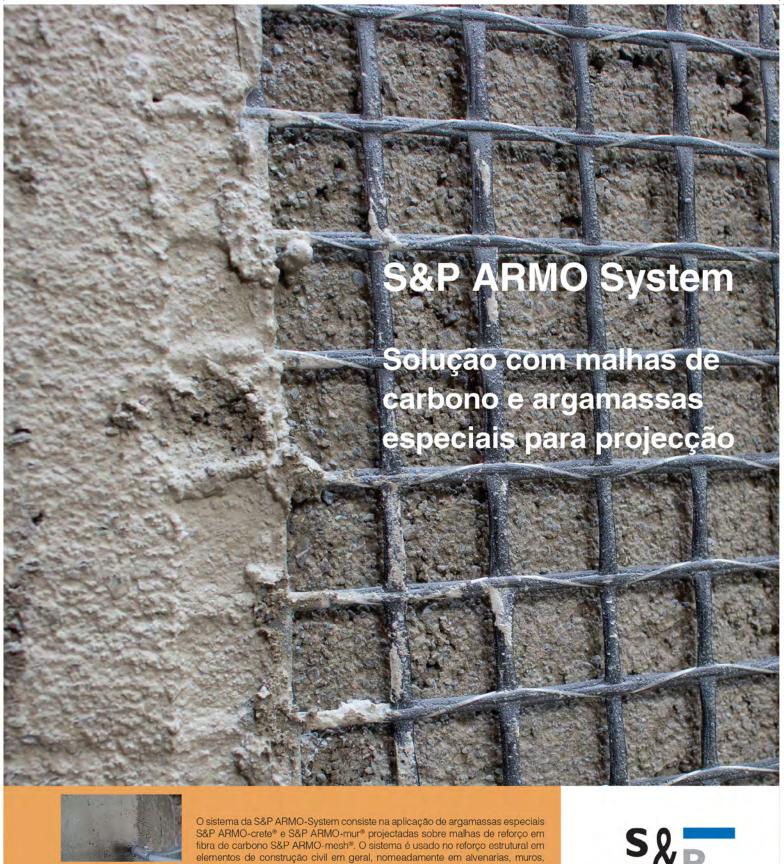
e associado individual do GECoRPA, e Carlos Mesquita, da associada Oz, é composto pelos quatro seguintes módulos:

- Alvenaria: requisitos de desempenho e compatibilidade;
- Betão Armado: requisitos de desempenho e compatibilidade;
- Inspeção e ensaios nas construções. Metodologias de diagnóstico;

Metodologias do LNEC para a Verificação de Segurança Sísmica de Edifícios Existentes.



Consulte a informação sobre o programa do curso e formadores





abóbadas e estruturas em betão.

Saiba mais | S&P Portugal (sp-reinforcement.pt)



A Simpson Strong-Tie® Company

Casa do Alcaide-Mor, Estremoz

Incúria e más-práticas vão continuar a ser investigadas

Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos e Fórum do Património

ecorrido quase ano e meio sobre a apresentação da queixa-crime contra várias entidades envolvidas no processo de licenciamento da adaptação da Casa do Alcaide-Mor de Estremoz a um novo "hotel de charme", a Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelo (APAC) foi recentemente notificada do arquivamento do inquérito.

Inconformada com a insuficiente fundamentação desse arquivamento, e, em particular, com a decisão de pôr termo ao processo iniciado com a queixa, a APAC suscitou intervenção hierárquica, solicitando que o inquérito fosse reaberto e as diligências de investigação continuassem tendo em vista as finalidades do inquérito, o que foi tido por pertinente, sendo agora determinada a continuidade da investigação.

Quando, em 2018, a Casa do Alcaide-Mor de Estremoz, Monumento Nacional e parte integrante do Conjunto Monumental da Alcáçova de Estremoz, foi vendida pelo município a um promotor turístico, encontrava-se num lamentável estado de decaimento, fruto de décadas de desuso, ausência de manutenção, destelhamento e consequente exposição à intempérie de parte do seu interior.

O projeto desenvolvido pelo atelier de arquitetura contratado pelo promotor e submetido à C. M. de Estremoz preservava razoavelmente as pré-existências, nomeadamente a repartição do espaço interior, mantendo uma boa parte das paredes mestras de alvenaria e, sobretudo, a nobre fachada principal. Sobre este projeto foram emitidos diversos pareceres por arqueólogos e arquitetos da Direção Regional de Cultura do Alentejo, sempre no sentido da salvaguarda das componentes mais relevantes do edifício, do ponto de vista patrimonial e do recurso, na sua reabilitação, aos materiais e técnicas construtivas originais.

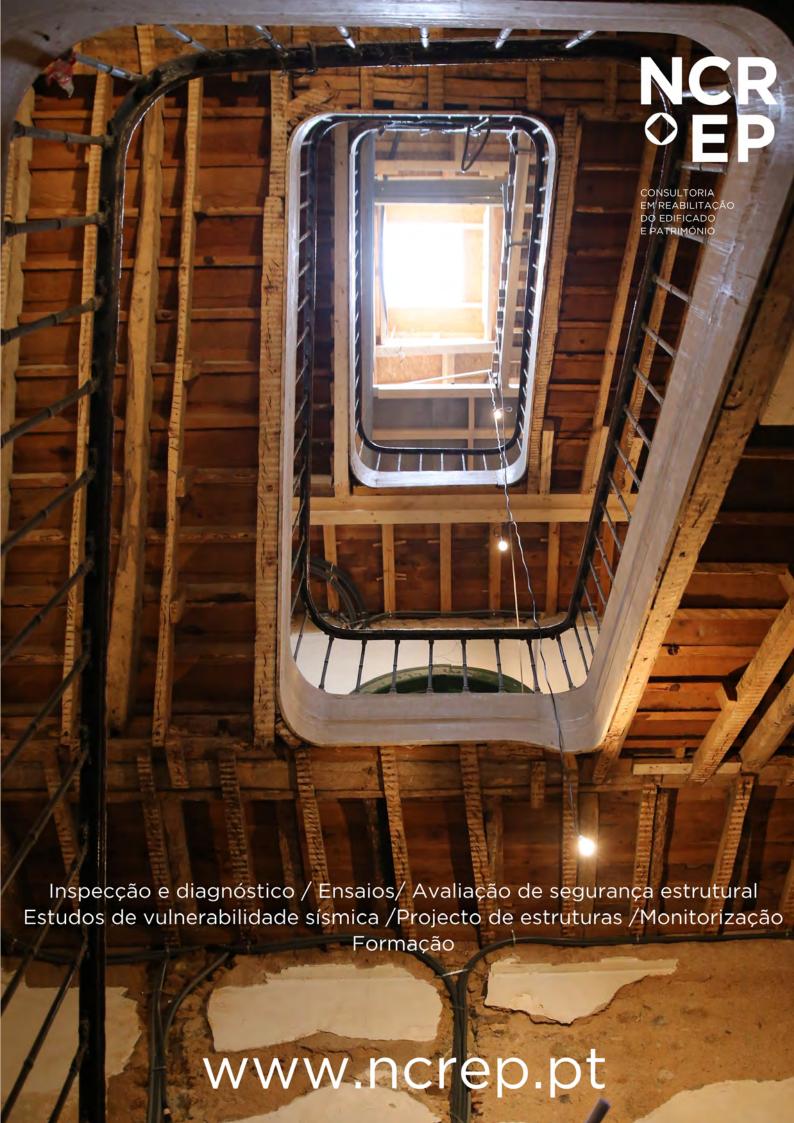




Infelizmente, com base num simples termo de responsabilidade, e passando por cima dos vários pareceres anteriormente elaborados pelos técnicos da DRC Alentejo, foi proposta à Direção-Geral do Património Cultural, a aprovação de um projeto de execução que preconizava o "desmonte" – leia-se demolição – de grande parte do monumento, incluindo o seu elemento mais valioso, ou seja, a própria fachada principal, e a construção em seu lugar, de uma estrutura constituída por pilares, vigas e lajes de betão armado.

Tal abordagem, em flagrante desrespeito pelas boas-práticas na reabilitação do edificado antigo, mormente quando em presença de construções com reconhecido valor histórico-artístico, conduziu à completa desvirtuação do Monumento Nacional que constitui a Casa do Alcaide-Mor.

Tendo tomado conhecimento de tais desmandos através de outras organizações locais e regionais de defesa do Património, a somar a décadas de incúria por parte do município, a APAC não podia deixar de intervir. Mais do que punir os responsáveis, interessa sobretudo à APAC tirar ilações que possam contribuir para que o património cultural do nosso país, em particular na sua vertente construída, sem prejuízo da sua adaptação a novos usos pela geração presente, seja objeto da atenção e dos cuidados que permitam o seu usufruto também pelas futuras gerações.



Restauro do Chalet Ficalho recebe Prémio Vilalva 2023 da Fundação Calouste Gulbenkian

projeto de restauro do Chalet Ficalho, em Cascais, conquistou unanimamente o prestigiado Prémio Maria Tereza e Vasco Vilalva, atribuído pela Fundação Calouste Gulbenkian, na categoria de preservação do património. Este ano foram submetidas mais de vinte candidaturas ao galardão, que já vai na sua 15.ª edição.

O júri, presidido por António Lamas, destacou vários elementos que contribuíram para a vitória do projeto, incluindo a atenção dada ao edifício, que estava em notório estado de degradação apesar da sua classificação.

O projeto visava a transformação do edifício num hotel, exigindo a integração de infraestruturas modernas para apoiar essa nova funcionalidade. O júri elogiou a abordagem exemplar que envolveu a utilização de técnicas artesanais tradicionais na preservação das madeiras, pedras, telas e sedas de revestimento, com a seleção de soluções discretas que minimizaram as perturbações ao equilíbrio arquitetónico. O jardim adjacente foi restaurado em colaboração com o Jardim Botânico de Lisboa, mantendo a fidelidade ao projeto paisagístico original, com destaque para a instalação discreta de uma piscina, que teve em consideração o impacto visual a partir do edifício. Foi reconhecido o valor patri-



© Roundtheworld Wikimedia Commons

monial do edifício como um exemplo notável de um estilo arquitetónico em grande parte desaparecido nas zonas costeiras do país e o equilíbrio exemplar entre a preservação do conjunto e a sua adaptação a uma nova função.

Duas menções honrosas foram atribuídas: uma ao edifício das Águas Livres e outra às Casas Nobres de João Pereira e Sousa, ambos em Lisboa. O projeto do edifício das Águas Livres foi reconhecido por prolongar o ciclo de vida do edifício, revertendo a erosão natural dos seus elementos e materiais construtivos, enquanto as Casas Nobres de João Pereira e Sousa foram distinguidas pelo restauro do mobiliário de uma antiga mercearia e pelo cuidadoso restauro dos tetos, portadas e soalhos, bem como pelas soluções criativas para valorizar os elementos azulejares existentes.

Pretensa participa na "Portugal Smart Cities Summit"



associada Pretensa marcou presença na Portugal Smart Cities Summit que se realizou de 10 a 12 de outubro na FIL em Lisboa.

O evento aborda a eficiência, mobilidade, plataformas digitais e sustentabilidade nas cidades. O principal objetivo de uma Cidade Inteligente (Smart City) é integrar todas essas áreas para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, promovendo em paralelo a investigação e o conhecimento como meios para impulsionar empreendimentos em diversos setores. Esta iniciativa proporcionou uma oportunidade de reflexão sobre o futuro do ordenamento urbano em todo o mundo.

O diretor da Pretensa, Francisco Pimenta, publicou um artigo no jornal Público sobre o projeto, já adjudicado, do novo hospital de Lisboa, uma unidade estratégica do SNS para o sul do país. e no qual não está previsto o isolamento sísmico de base. Usando como referência as lições tiradas da análise da resiliência dos edifícios após os recentes sismos na Turquia, o perito verifica que a opção tomada no projeto do novo hospital vai contra o bom senso da experiência comprovada, de que a utilização dos sistemas de isolamento de base são o maior garante da operacionalidade dos hospitais e de outras infraestruturas críticas, no momento imediato pós-sismo, bem como da ausência de danos nos equipamentos hospitalares, que representam custos comparáveis ao da edificação.



mais (ou menos) se o novo hospital tiver isolamento de

Empreitada "Conservação e Restauro – Monforte Sacro" concluída pela associada Monumenta

s trabalhos da empreitada de "Conservação e Restauro - Monforte Sacro", adjudicada pelo município de Monforte à empresa associada Monumenta, Lda. foram concluídos com sucesso. As intervenções em questão estão relacionadas com a fixação dos painéis de azulejos, provenientes da igreja do antigo convento do Bom Jesus, situada em Monforte, que foi demolida na década de 1940. Esta intervenção visou a reabilitação do espaço para a criação de um centro temático dedicado à valorização de um conjunto notável de painéis de azulejos produzidos na oficina lisboeta de Valentim de Almeida, datados de 1745



e que representam o mais extenso e notável acervo iconográfico relacionado com a vida e milagres da Rainha Santa Isabel em todo o mundo.

O valioso espólio pertence à Santa Casa da Misericórdia de Monforte e estava guardado em 59 caixotes de madeira desde que foi removido do

edifício original. Os materiais foram transferidos para instalações da autarquia, permitindo assim a realização dos trabalhos de montagem de painéis, registo e reacondicionamento dos cerca de 16 mil azuleios.

O acervo, além dos painéis figurativos alusivos à vida da rainha Santa Isabel. também é constituído por momentos da vida de São Francisco e outros painéis não figurativos. Desde dia 10 de outubro, data da inauguração do museu em que foi reconvertida a antiga igreja do Espírito Santo, o conjunto está em exposição, aberto à visita da população.

A Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Proteção do Património fez dez anos!

ara celebrar os seus dez anos de existência, a APRUPP realizou no Porto, entre os dias 17 e 19 de novembro, uma celebração recheada de atividades. O programa incluiu um workshop, tertúlias e debates realizados por nomes conceituados no campo da reabilitação urbana e proteção do património.

Filipe Ferreira, da associada AOF e vogal da direção do GECoRPA, esteve presente no primeiro dia das celebrações para falar do trabalho cooperativo entre a nossa associação e a APRUPP.

Durante o evento foi possível constatar o impacto positivo das iniciativas da associação e como esses esforços contribuíram para a preservação da rica herança cultural de Portugal. Houve também o lançamento do livro Reabilitação Urbana e do Edificado. No encerramento das celebrações, foi apresentado o Prémio APRUPP 2022.

Os dez anos da APRUPP foram, sem dúvida, uma ocasião especial que permitiu reforçar a consciencialização sobre a importância de preservar e reabilitar o património urbano de Portugal. Damos os parabéns à APRUPP por uma década de trabalho notável e esperamos que sua missão continue a prosperar no futuro!



Atelier Samthiago

Prémio Europa Nostra e intervenção na Sala do Senado

intervenção de conservação e restauro realizada pelo Atelier Samthiago, com sede em Viana do Castelo, nos tetos mudéjares da Sé do Funchal, foi reconhecida com o prestigioso prémio "European Heritage Awards/Europa Nostra" na categoria de "Conservação e Reutilização Adaptativa". Os vencedores foram escolhidos por um júri composto por especialistas em património de toda a Europa, após uma análise cuidadosa das candidaturas submetidas por organizações e indivíduos de 35 países europeus.

Os prémios Europa Nostra são amplamente considerados os mais prestigiados na área do Património Cultural, a nível europeu. Segundo o júri, os tetos mudéjares da Sé do Funchal foram restaurados com base nas melhores práticas de conservação e restauro, envolvendo uma equipa interdisciplinar de profissionais de renome de diversas nacionalidades. Os vencedores foram homenageados durante a cerimónia europeia de entrega dos prémios, decorrida no passado dia 28 de setembro, no Palazzo del Cinema, em Veneza, Itália.

A Samthiago também concluiu recentemente a intervenção de "Beneficiação do pavimento da Sala do Senado", na Assembleia da

De estilo neoclássico, a sala foi projetada em 1856 por Jean-François Colson e era destinada às sessões da câmara dos Dignos Pares do Reino. Marcou o início das grandes remodelações do edifício-sede do parlamento português, tendo sido a primeira a receber, por exemplo, iluminação elétrica, aquecimento e ventilação. A Sala do Senado - como ainda hoje se designa - foi progressivamente adaptada a novas funcionalidades: conferências, sessões de homenagem, audições parlamentares, eventos culturais, espetáculos teatrais e concertos musicais. De referir que o palácio de São Bento - estrutura complexa e atual sede do parlamento português - remonta a finais do século XVI, tendo sido originalmente construído como mosteiro beneditino.

O edifício está classificado como monumento nacional e a empreitada ficou concluída num prazo de sessenta dias.



© Atelier Samthiago



© Darwin – Wikimedia Commons

Jornadas "25." Aniversário GECoRPA"

No ano passado, no Palácio Nacional de Queluz

m outubro do ano passado o GECoRPA - Grémio do Património celebrou o seu aniversário e, para comemorar essa ocasião, realizou as Jornadas "25.º Aniversário GECoRPA", no Palácio Nacional de Queluz, em colaboração com a Parques de Sintra -Monte da Lua.

As Jornadas GECoRPA abordaram várias questões relevantes para o Património, incluíram palestras e estudos de caso, uma livraria e centro de documentação, uma exposição técnica e uma visita técnica. A visita técnica incidiu nas obras de conservação do conjunto escultórico em chumbo e reabilitação dos jogos de água dos Lagos, pertencentes ao Jardim Pênsil do Palácio Nacional de Queluz. A visita foi dirigida por João Rego, arquiteto representante do dono de obra, Parques de Sintra - Monte da Lua, e por Filipe Ferreira, engenheiro, da empresa AOF, responsável pelos trabalhos de projetos e execução.

Durante o evento realizou-se também uma homenagem a Vítor Cóias, com a entrega do diploma de membro honorário. Foi o sócio fundador que dinamizou desde o início esta associação e que teve a visão e persistência em várias matérias relevantes para a salvaguarda do património, como sejam as boas práticas, a formação e a qualificação dos intervenientes.

Foi uma oportunidade para muitos intervenientes na área da reabilitação de edifícios e conservação do Património e para outras entidades e cidadãos que partilham o mesmo entusiasmo pelo património e a sua defesa, de se encontrarem, trocarem ideias e passar um excelente dia junto de "irmãos de armas".

O encontro encerrou com um momento musical proporcionado pelo grupo de Cantares Tradicionais do Instituto Superior Técnico (GCTIST).

















Com o apoio da Pedra & Cal "Viver com a Água" – 16.º Congresso da Água

16.º Congresso da Água decorreu em Lisboa, de 21 a 24 de março, com a organização da APRH - Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos. Esta iniciativa, da qual a nossa revista foi media partner, foi dedicada ao tema "Viver com a Água".

A realização de congressos como este demonstra o crescimento da importância dada à relação com a água. A todos os níveis da sociedade, o tema da escassez de recursos hídricos é abordado com mais frequência, bem como a estreita relação com Espanha para a gestão das águas internacionais.

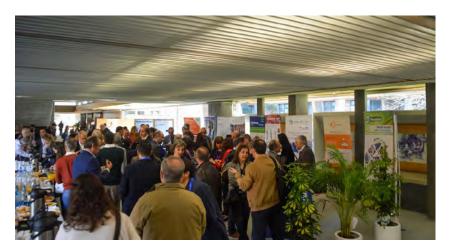
O engenheiro João Graça, da nossa associada SimpleWorks, representou o GECoRPA na mesa redonda do dia 22 de março, sob o tema "Ser Sustentável - Viver o Futuro", contribuindo para a discussão prática na caracterização e diagnóstico de intervenções em sistemas hidráulicos no âmbito do património. A relação entre a água e a história da humanidade é estreita, sendo comum a intervenção em sistemas hidráulicos desde a antiquidade. A preservação desses sistemas é essencial para a conservação do património cultural e ambiental. Portanto, é fundamental que haja uma compreensão da importância da água e dos recursos hídricos, bem como da necessidade de proteger e restaurar os sistemas hidráulicos que são parte integrante do nosso património histórico e cultural.

Nesta edição do congresso, realizada nas instalações do LNEC, as Comissões Especializadas da APRH estiveram em destaque e propuseram temas como a qualidade da água, os conflitos de interesse entre vários setores no acesso e uso da água, os vários tipos de reservas hídricas, a procura de origens de água alternativas e o eficiente planeamento do litoral para demonstrar a importância de trabalhar de forma integrada na relação que temos com a água.









10.ª Semana da Reabilitação Urbana de Lisboa

De 29 e 31 de março, realizou-se em Lisboa a décima edição da Semana da Reabilitação Urbana, um evento com o apoio do GECoRPA. Durante três dias foram discutidas e apresentadas as mais recentes tendências na reabilitação urbana e apresentados casos de sucesso em Portugal e no estrangeiro. A SRU-Lisboa é já um evento obrigatório para todos os envolvidos na reabilitação urbana em Portugal, desde os planeadores urbanos até aos investidores imobiliários.

As 28 conferências realizadas abordaram temas cruciais para a cidade, reforçando o compromisso com a reabilitação urbana e o desenvolvimento sustentável. O primeiro dia do evento destacou a simplificação do licenciamento urbano, uma reivindicação que tem como objetivo economizar tempo e dinheiro e aumentar a oferta de habitação.

A nossa associação, além do apoio dado ao evento, foi duplamente representada no dia 30 de março. José Borges, vogal da direção do GECoRPA, participou na sessão "Reabilitação de Excelência - os Vencedores do Prémio Nacional de Reabilitação Urbana" e o dia foi também animado pela discussão de um tema essencial, trazido a debate pelo GECoRPA e pelo representante da Schmitt & Sohn Elevadores, engenheiro Mário Franco. A Semana da Reabilitação Urbana de Lisboa tornou-se um evento de referência que promove o diálogo e a troca de conhecimentos sobre temas cruciais para o futuro da cidade. Com uma década de história, o evento reafirmou a importância da reabilitação urbana como um dos pilares fundamentais para o futuro das cidades, não só o de Lisboa.



GECoRPA marca presença na Semana da Reabilitação Urbana do Porto



pós a participação, na edição de novembro 2022, a nossa associação volta a estar presente na Semana da Reabilitação Urbana do Porto, que se realizará nas Caves Ferreira – Casa Ferreirinha, de 6 a 8 de novembro. O GECoRPA alia-se, uma vez mais, a esta iniciativa através do seu apoio institucional e da participação numa das sessões. É também motivo de realce ver entre o calendário a participação, em sessões, dos associados Fassa Bortolo, OET e Schmitt & Sohn Elevadores.

Inês Flores-Colen, presidente da direção do GECoRPA, fará a abertura da sessão "Os mestres e a arte de reabilitar. Apresentação do Prémio Nacional RU 2024", que será moderada por José Borges e terá como orador Filipe Ferreira, ambos vogais da direção da associação.

Documento
estratégico
Conservação e
Reabilitação
do Património.
Estratégias e
Potencialidades
(2020-2030)
disponível para
download



ste documento estratégico foi desenvolvido em 2020, e lançado no final de 2021 devido à covid-19. Teve a coordenação do anterior presidente do GECoRPA, Vasco Peixoto de Freitas, com o contributo de vários especialistas em património (Alice Tavares, Esmeralda Paupério, Filipe Ferreira, João Martins Jacinto, José Borges, Leonor Medeiros, Margarida Alçada, Manuel Aranha, Ricardo Gonçalves, Vasco Peixoto de Freitas e Vítor Cóias). Este documento visa refletir sobre o património construído e,

sobretudo, propor um conjunto de recomendações e prioridades consideradas relevantes para os decisores que atuam na área da conservação e reabilitação do património edificado.



Acesso ao documento para download

Recuperação e dinamização do Património Cultural na Direcção Regional de Cultura do Norte

associados AOF. Atelier Samthiago e Revivis marcaram presença nas sessões organizadas pela Direção Regional de Cultura do Norte sob o tema «Recuperação e dinamização do Património Cultural na DRCN», para falar sobre algumas das intervenções de reabilitação e de conservação e restauro de edifícios patrimoniais. Edifícios patrimoniais são mais do que simples estruturas de pedra e argamassa; são monumentos à criatividade e à habilidade humana ao longo das gerações. Cada detalhe arquitetónico, cada fachada e cada camada de tinta conta parte da história que compõe a nossa identidade. A reabilitação de edifícios patrimoniais permite-nos preservar essa identidade. Ao restaurar e conservar esses edifícios, estamos a garantir que as futuras gerações possam apreciar e aprender com o passado. Tratase, ao mesmo tempo, de um investimento no nosso presente, impulsionando o turismo cultural, promovendo a educação histórica e criando oportunidades económicas. Além disso, a reabilitação de edifícios patrimoniais pode ser uma demonstração do nosso compromisso com a sustentabilidade, ao revitalizar edifícios existentes em vez de construir novos. Nos últimos seis anos, a Direção Regional de Cultura do Norte tem desempenhado um papel crucial na preservação e valorização do



património cultural da região. Com um compromisso forte com a história, a cultura e a identidade do Norte de Portugal, esta instituição tem sido um farol de excelência na recuperação e dinamização do nosso património cultural. Este conjunto de sessões, realizadas na Casa das Artes do Porto e transmitidas em streaming e que tinham como público-alvo a comunidade estudantil de nível técnico e universitário, e profissionais das áreas que foram alvo de enfoque, serviram para divulgar e gerar debate sobre

este anos de continuado trabalho, que não se restringe apenas ao património edificado, em parte realizado com o saber e a experiência aportados pelos nossos associados que, devido a essa contribuição, participaram nas sessões incluídas na iniciativa «Portugal 2020 - Cultura. Património. Transformação Digital».

Veja aqui o vídeo da sessão

Relembrar Nuno Teotónio Pereira

Centro Nacional de Cultura associou-se à família de Nuno Teotónio Pereira na organização de um ciclo de "Conversas" sobre problemáticas em que ele se empenhou e que foram pouco abordadas nas diversas iniciativas realizadas no âmbito da celebração do seu centenário. Assim, essas problemáticas puderam ser revistas à luz do presente e do que se quer para o futuro, convocando diferentes gerações a pensar sobre a cidade e o mundo em que vivemos.

O nosso associado Vítor Cóias participou na segunda conversa da agenda e deu o seu contributo para uma reflexão com o tema

"Património e a reabilitação: continua na ordem do dia", em que participaram também o Arq. Victor Mestre e a Dr.ª Deolinda Folgado, com moderação da investigadora Dr.ª Ana Isabel Ribeiro, coordenadora deste ciclo.





Conferência na Ordem dos Engenheiros – Região Sul

"Conservação do Património Classificado.

Princípios e Técnicas de Intervenção e Casos de Estudo"

s intervenções destinadas à conservação do património construído classificado requerem cuidados especiais para garantir que todas as etapas do processo cumpram os requisitos de qualidade e compatibilidade necessários para preservar essas preciosas heranças e transmiti-las às gerações futuras. Este evento, realizado em Junho de 2023, foi uma oportunidade única para profissionais da área de engenharia civil, bem como para todos os interessados em preservar o nosso património, poderem aprender sobre os princípios da conservação e conhecer exemplos concretos de intervenções bem-sucedidas.

A abertura da sessão esteve a cargo do Coordenador do Conselho Regional Sul do Colégio de Engenharia Civil, Eng. Fernando F. S. Pinho, também associado do GECoRPA, que realizou uma breve reflexão sobre as exigências técnicas associadas a este tipo de intervenções, quer ao nível do projeto quer da sua execução em obra. Seguiuse a intervenção de Miguel Brito Correia, do Conselho de Administração do ICOMOS-Portugal, que abordou os Princípios e práticas de conservação do património classificado, seguido de Jerónimo Botelho, da Direção da APRUPP, que veio explicar o caso de estudo da reabilitação da Torre da Alfândega, em Guimarães. Filipe Ferreira, da Direção do GECoRPA, referiu as principais atividades da nossa associação no âmbito da reabilitação do património e, por fim, Alexandre Costa, da empresa NCREP, associada do GECoRPA, mostrou-nos o caso específico da intervenção estrutural realizada nas coberturas do Palácio Nacional de Sintra.

A sessão terminou depois de um debate com todos os participantes presentes no auditório e os que participaram remotamente, através da plataforma Zoom.

> Aceda ao vídeo da conferência:



GECoRPA acolhe novos associados coletivos e individuais

o que respeita às empresas e aos profissionais, o GECoRPA - Grémio do Património dirige-se quer aos vocacionados para a execução das intervenções desta área, quer aos envolvidos na sua conceção e projeto, quer aos que se dedicam ao fornecimento de produtos e serviços especializados, e reforçou as suas bases com a adesão de novos associados que, em áreas de atividade diversas, juntam as suas forças à defesa e consolidação dos setores da reabilitação do edificado e da conservação do Património.

Congratulamo-nos pela entrada da Fassalusa - Produção e Comercialização de Materiais de Construção, Lda., da Lainho - Conservação e Restauro, Lda., e da Lusomapei - Produtos Químicos para a Construção, S.A.







A massa associativa desta associação não é composta só de empresas. O GECoRPA conta também com o envolvimento ativo e empenhado dos seus associados individuais na organização conjunta e na promoção de iniciativas que potenciem os objetivos do Grémio. Em, 2023 juntaram-se à nossa luta mais oito associados individuais: Ana Catarina Tomé, Inês Medeiros Guerreiro, João António Alberto Abreu, Mara Mesquita Fava, Maria Paula Sofio Mendes, Paulo Jorge Dias de Carvalho, Raquel Galvão e Rodrigo Lopes Vaz-

A direção do GECoRPA dá as boas-vindas aos novos associados e agradece a toda a sua massa associativa o interesse por este projecto.



Gonçalo Ribeiro Telles Textos escolhidos

Autor Gonçalo Ribeiro Telles

Seleção de textos Fernando Santos Pessoa Prefácio Guilherme d'Oliveira Martins

Edição Argumentum

Entrevistas, apontamentos de trabalho, pareceres e comunicações a congressos, e artigos de opinião, são alguns dos textos muito diversos que estão reunidos neste livro, escritos por Gonçalo Ribeiro Telles ao longo de décadas de atividade profissional e de luta empenhada por causas. Hoje documentos de referência, estes *Textos Escolhidos* levam-nos pelas ideias e pensamento que Ribeiro Telles desenvolveu na sua intervenção cultural, cívica e profissional, nos vários domínios em que se destacou: a defesa do ambiente, o ordenamento do território, a humanização do habitat, a conservação da natureza e a preservação da paisagem, entre outros. Trinta textos que se constituem como doutrina, e são instrumentos de consagração de conceitos, que representam um incontornável legado de experiência e sabedoria. Textos que se evidenciam tanto como questões de princípio, como atitude didática, pedagógica e ação esclarecida e esclarecedora.

Disponível para consulta no centro de documentação GECoRPA.



Odemira. Património, Religião, Sociedade e Território

Autores: António Martins Quaresma e José António Falcão **Edição:** Câmara Municipal de Odemira e Pedra Angular

Composta por três volumes, esta obra totaliza 1004 páginas e apresenta, em cada uma das suas capas, uma gravura desenhada por Henrique Pousão em 1880. Essas gravuras retratam a barca que atravessa o rio Mira. Os três volumes são cuidadosamente acondicionados numa elegante caixa, adornada com um mapa manuscrito desenhado por Pedro Teixeira Albernaz, datado de 1634, durante o período de Filipe III (IV de Espanha). O mapa ilustra o curso do rio Mira, estendendo-se desde a foz em Vila Nova de Milfontes até Odemira, proporcionando uma visão histórica fascinante desta região.Um trabalho de vários anos dos historiadores António Martins Quaresma e José António Falcão reunido num livro que pode consultar no nosso centro de documentação.

Disponível para consulta no centro de documentação GECoRPA.

Livraria



Manual de Manutenção em Edificações Estudo, técnicas e aplicações

Autores: Vários Edição: LEUD

Este livro é resultado de uma sólida parceria técnica luso-brasileira, entre os coordenadores, a FUNDEC (Associação para a Formação e o Desenvolvimento em Engenharia Civil e Arquitetura), o IST (Instituto Superior Técnico de Lisboa), o Instituto de Engenharia (Brasil) e o INBEC (Instituto Brasileiro de Educação Continuada). Desde 2015, esta parceria tem promovido eventos para o desenvolvimento da Engenharia Diagnóstica, com foco na investigação técnica de problemas em construções. A parceria levou à realização de três eventos conjuntos: o primeiro em Lisboa (2016) e dois no Brasil, em Santos (2017) e Fortaleza (2019). Esses eventos destacaram a importância da manutenção na investigação de construções. Problemas de projeto, materiais ou execução geralmente se manifestam cedo e são reparados durante a garantia, mas a falta de manutenção adequada causa sérios problemas técnicos e até acidentes graves. Este livro é uma contribuição valiosa para a Engenharia em ambos os países, sendo essencial para estudiosos de Manutenção, peritos e juristas interessados na qualidade e segurança das construções e obras públicas.

Disponível para venda na livraria GECoRPA, com 10 % de desconto e oferta dos portes.

€ 42,50 € 38,25 (c/ IVA)



Para saber mais sobre estes e outros livros consulte a **Livraria** em **www.gecorpa.pt**

O Centro de Documentação pode ser consultado mediante marcação prévia através do *info@gecorpa.pt*

Os associados GECoRPA têm 10% desconto.



ASSOCIADOS COLETIVOS ORDINÁRIOS

GRUPO I

Projeto, fiscalização e consultoria



Atelier in.vitro

Consultoria e projeto na área da arquitetura, com particular enfoque na reabilitação do património edificado.



Cerne - Proieto e Consultoria

Projeto e consultoria em engenharia civil; inspeção e diagnóstico estrutural e de edifícios; reabilitação e reforço estrutural de construções existentes coordenação de projetos de reabilitação do património edificado; avaliação de vulnerabilidade sísmica e segurança estrutural; consultoria e implementação de metodologias BIM



Cura - Projectos

Inspeções, auditorias, estudos, peritagens, projetos e formação, no âmbito da engenharia e da arquitetura; ensaios, testes e medições para apoio ao diagnóstico de anomalias construtivas; controlo de qualidade, fiscalização e gestão de obras públicas ou privadas

GESTIC

Gestip - Gestão Imobiliária e de Participações, Lda. Gestão imobiliária

Lusíada

Lusíada - Arquitectura e Design

Património: restauro e reabilitação; planeamento urbano; habitação (serviços, turismo, design de interiores desenvolvimento de produto)



do Amiel, 495 - 3º Esq. - 4200-061 PORTO fone: 228 347 770

Professor Engenheiro Vasco Peixoto de Freitas, Lda. Patologia, reabilitação de edifícios e comportamento higrotérmico.

GRUPO II Levantamentos, inspeções e ensaios



Ferreira Lapa, Lda

Reabilitação do património arquitetónico e construções antigas; projeto, fiscalização e consultoria; levantamentos, inspeções e ensaios.



LAINHO - Conservação e Restauro, Lda.

Realização do projeto de conservação e restauro; fiscalização da intervenção da especialidade de conservação e restauro; Cumprimento da legislação aplicável em questões do património.



NCREP - Consultoria em Reabilitação do Edificado e Património, Lda.

Consultoria em reabilitação do património edificado: inspeção e diagnóstico; avaliação de segurança estrutural e sísmica; modelação numérica avançada; projeto de reabilitação e reforço; monitorização.



OZ - Diagnóstico, Levantamento e Controlo

de Qualidade em Estruturas e Fundações, Lda. Estudos e projetos de engenharia e arquitetura; gestão e fiscalização de obras; organização e gestão de empresa;

GRUPO III

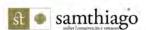
Execução dos trabalhos. Empreiteiros e Subempreiteiros



ACTIA - Engenharia e Construções, Lda. Obras de conservação e reabilitação de edifícios.



AOF - Augusto de Oliveira Ferreira & C.a, Lda. Obras de conservação e reabilitação de edifícios, cantarias e alvenarias.



Atelier Samthiago, Lda.

Obras de conservação e restauro do património histórico e artístico



CACAO Civil Engineering Lda.

Rodovias e ferrovias; estudo de viabilidade; estudo prévio; projeto de execução; revisão de projeto; coordenação de projeto; consultoria e assessoria técnica; mobilidade e transportes.



CBC - Construções Borges & Cantante, Lda Construção de edifícios



Monumenta - Reabilitação do Edificado e Conservação do Património, Lda.

Obras de conservação e reabilitação de edifícios; consolidação estrutural: conservação de cantarias e alvenarias.



NVE – Engenharias e Construção, S.A. Projetos de engenharia; construção; reabilitação.



e Materiais de Pré-Esforço, Lda. Juntas de dilatação de edifícios, rodoviárias e ferroviárias; pregagens Cintéc; proteção sísmica; químicos para construção; aparelhos de apoio; pré-esforço; reabilitação de estruturas: proteção contra explosões: barreiras acústicas; nanoparticulas para a construção.

REVIVIS

Revivis - Reabilitação, Restauro e Construção, Lda. Obras de reabilitação, conservação e restauro e construção civil na generalidade.



SCHMITT - Elevadores, Lda.

Planeamento, projeto e construção de edifícios; reabilitação de edifícios; reparação e modernização, com a substituição quase integral do equipamento; manutenção preventiva e preditiva em todos os equipamentos de elevação



STB - Reabilitação do Património Edificado, Lda. Reparação e reforço de estruturas; reabilitação de edifícios; inspeção técnica de edifícios e estruturas; instalação de juntas, pintura e revstimentos industriais

Fabrico e/ou distribuição de produtos e materiais



FASSALUSA - Produção e Comercialização de Materiais de Construção, Lda.



LUSOMAPEI - Produtos Químicos para a Construção, S.A.



S&P - Clever Reinforcement Ibérica Materias de Construção, Lda.

Fabricante de sistemas de reforco estrutural para betão armado, alvenaria, madeira e aço com compósitos de fibra; reforço de pavimentos rodoviários, aeroportuários e portuários com malhas de fibra de carbono e vidro.



Umbelino Monteiro, S.A.

Produção e comercialização de produtos e mateirais para o património arquitetónico e construções antigas.

ASSOCIADOS INDIVIDUAIS

Ana Catarina Tomé

Aníbal Guimarães da Costa

Antero Leite

Diana Roth

Dulce Franco Henriques

Esmeralda Paupério

Fernando F. S. Pinho

Inês Flores-Colen

Inês Medeiros Guerreiro

João António Abreu

João Augusto Martins Jacinto

Luís Pedro Mateus

Mara Mesquita Fava

Maria de Lurdes Belgas Costa

Maria Paulo Mendes

Miguel Reis Freire Cartucho

Paulo Jorge Dias de Carvalho

Paulo Lourenço

Raquel Galvão

Rodrigo Lopes Vaz

ESTATUTO EDITORIAL DA PEDRA & CAL

A revista Pedra & Cal é uma publicação periódica especializada, nascida em 1997, que se dedica à conservação e restauro do Património Cultural Construído e à reabilitação do Edificado em geral.

A Pedra & Cal tem como missão prestar informação diversificada e fidedigna sobre as melhores práticas, ideias e projetos destes segmentos de atividade do setor da construção, tendo como destinatários os seus associados, as empresas e os profissionais destas áreas, de modo a contribuir para a qualidade das intervenções.

Para cumprir esta missão a revista propõe-se contribuir para a divulgação do conhecimento nestas áreas e reforçar a interação entre os diversos intervenientes com as entidades dedicadas à formação e à investigação.

A Pedra & Cal propõe-se, também, sensibilizar o público em geral para a importância do Património Cultural Construído e constituir um fórum para a crítica e a opinião, sempre com respeito pela liberdade de expressão e pelos códigos da Ética e Deontologia jornalisticas.

A Pedra & Cal não tem qualquer dependência de ordem ideológica, política ou económica.

ASSOCIADO COLETIVO EXTRAORDINARIO

Ordem dos Engenheiros Técnicos

ASSOCIADOS HONORÁRIOS

Vasco Peixoto de Freitas

Vítor Cóias e Silva

APOIOS AO GECORPA ESTÃO AO ABRIGO DO MECENATO CULTURAL

Os donativos e apoios ao GECoRPA - Grémio do Património, no âmbito do seu programa de atividades, gozam dos benefícios fiscais previstos no regime do Mecenato Cultural. O GECoRPA - Grémio do Património submeteu o seu "Programa de Atividades para o Triénio 2014/2016" à Secretaria de Estado da Cultura, para efeitos de avaliação do interesse cultural, tendo sido emitida uma "Declaração de Interesse Cultural".

O reconhecimento do interesse cultural do Programa do Grémio permite aos mecenas usufruir dos benefícios fiscais previstos no regime do Mecenato Cultural.

Os donativos abrangidos pelo Estatuto dos Benefícios Fiscais Mecenato Cultural podem ser em dinheiro ou em espécie.

O GECoRPA - Grémio do Património é, também, uma entidade sem fins lucrativos de utilidade pública.





Construções Borges & Cantante, Ida 40 anos de Experiência na Reabilitação do Património



















CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO PATRIMÓNIO A AOF é uma empresa familiar, com mais de 65 anos de atividade, especializada em conservação e restauro do património edificado, estando ligada a intervenções nos principais imóveis do país.

Parque da Boavista Avenida do Cávado, 160 4700-690 Braga T. +351 253 263 614 www.aof.pt geral@aof.pt